



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 40

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 19 de outubro de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

A sessão iniciou-se com a [verificação de poderes da Sra. Deputada Vitória Alexandra Correia Pereira](#).

Após a leitura do relatório pela Sra. Deputada Valdemira Gouveia (PS), relatora da CAPADS, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o [debate de urgência sobre "Implementação do Plano de Recuperação e Resiliência na Região"](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a intervenção de abertura do debate pela Sra. Deputada Sandra Dias Faria (PS), usou da palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*).

O debate prosseguiu com a participação dos Srs. Deputados António Vasco Viveiros (PSD), Rui Martins (CDS-PP), Nuno Barata (IL), António Lima

(BE), Pedro Neves (PAN), José Pacheco (CH), Sérgio Ávila (PS), João Bruto da Costa (PSD), Carlos Furtado (Independente), Paulo Estêvão (PPM) e Vasco Cordeiro (PS).

Seguiu-se o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII – “Cria o apoio regional à frequência de estágios curriculares”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o qual, por requerimento do PS, aprovado por unanimidade pela câmara, baixou à Comissão para parecer.

A sessão prosseguiu com o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 42/2006/A, de 31 de outubro – Cria a Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, designada por RIAC”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM e do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 42/2006/A, de 31 de outubro - Cria a Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, designada por RIAC”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Apresentadas as iniciativas pelos Srs. Deputados Joaquim Machado (PSD), António Lima (BE), usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados João Vasco Costa (PS), Sérgio Ávila (PS), Nuno Barata (IL) e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva).

Submetidos à votação, o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII, foi rejeitado por maioria, tendo passado para votação o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII, o qual foi aprovado por maioria, em votação final global.

De seguida, foi apresentado e debatido o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XII – “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, de 22 de novembro, que aprova o Regime](#)

[Jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores](#), apresentado pela Representação Parlamentar do IL.

Sobre o mesmo, usaram da palavra o Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), para fazer a apresentação da iniciativa, prosseguindo o debate com a participação dos/as Srs./as Deputados/as Rodolfo Franca (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Joaquim Machado (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*) e da Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (*Susete Amaro*).

O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a apreciação da [Petição n.º 7/XII – “Pela revogação do despacho da Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital que determina a cedência de um exemplar taxidermizado do Museu Carlos Machado ao Ecomuseu do Corvo”](#), apresentada por Rui Moreira da Silva Coutinho, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a apresentação do relatório pela Sra. Relatora da Comissão, Deputada Délia Melo (*PSD*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Lubélio Mendonça (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 09 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos. Desejo a todos uma boa semana de trabalho.

Tem a palavra o Sr. Secretário para a chamada.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Rui Miguel Mendes **Espínola**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder à verificação de poderes da Sra. Deputada Vitória Alexandra Correia Pereira.

Para apresentação do relatório, elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tem a palavra a Sra. Relatora, Deputada Valdemira Gouveia. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER RELATIVO À VERIFICAÇÃO DE PODERES DO CANDIDATO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, VITÓRIA ALEXANDRA CORREIA PEREIRA

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 18 de outubro de 2021, na sala das comissões 1, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes da candidata à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Vitória Alexandra Correia Pereira.

Estiveram presentes os Deputados José Gabriel Eduardo (Presidente), Valdemira Gouveia (Relatora), José Contente, Lubélio Mendonça e Joana Pombo Tavares do PS, Sabrina Furtado (Secretária), Rui Espínola, Luis Soares, Carlos Freitas e Salomé Matos do PSD, António Lima do BE, Pedro Neves do PAN, Paulo Estevão do PPM e Rui Martins do CDS/PP (que participa sem direito a voto).

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante.

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 2 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

Nos termos do artigo 2.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia Legislativa” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

Por ofício dirigido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 13 de outubro de 2021, na sequência do pedido de suspensão do respetivo mandato pelo Deputado Pedro Miguel

de Medeiros do Nascimento Cabral, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com efeito a 19 de outubro de 2021, a Direção do Grupo Parlamentar do PSD comunicou que a vaga será preenchida pela candidata Vitória Alexandra Correia Pereira.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada a 25 de outubro de 2020, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes da candidata Vitória Alexandra Correia Pereira, a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir o Deputado Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral.

A candidata Vitória Alexandra Correia Pereira não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que a candidata é bancária, tendo suspenso estas funções a partir do dia 19 de outubro, inclusive, pelo que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS PARTIDOS

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do BE, do PPM, e a Representação Parlamentar do PAN consideram estar verificada a elegibilidade e que a candidata supramencionada não está em situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável considera, por unanimidade, elegível a candidata Vitória Alexandra Correia Pereira, e que a mesma não está em situação de incompatibilidade, concluindo que, pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato do Deputado que substitui, ou seja, a 19 de outubro de 2021.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 18 de outubro de 2021

A Relatora, Valdemira Gouveia

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, José Eduardo

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos passar à votação deste relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário faça favor.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

O relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Convido, assim, a Sra. Deputada Vitória Pereira, a ocupar o seu lugar. Seja bem-vinda, Sra. Deputada, a este Parlamento. Desejo-lhe bom trabalho.

(Neste momento, a Sra. Deputada Vitória Pereira ocupou o seu lugar na bancada do PSD)

Aproveito também esta ocasião para dar as boas-vindas e desejar bom trabalho às Sras. Deputada Guilhermina Silva, Joana Pombo Tavares e à Sra. Deputada Salomé Matos. Sejam bem-vindas a este Parlamento e desejo-vos um bom trabalho.

Permitam-me ainda que, neste momento, felicite o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, pela eleição como Presidente da nossa Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Sra. Deputada Valdemira Gouveia, eleita relatora, desejando-vos também um bom trabalho. Felicito também a nova direção do Grupo Parlamentar do PSD, na pessoa do Sr. Presidente, João Bruto da Costa, desejando também um bom trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obrigado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos, propriamente ditos, com o primeiro ponto da Agenda: **Debate de urgência sobre a "Implementação do Plano de Recuperação e Resiliência na Região"**.

Este debate de urgência é solicitado pelo Grupo Parlamentar do PS. Os tempos são os seguintes, definidos pela Conferência de Líderes:

O Partido Socialista e o Governo dispõem de 28 minutos;

O PSD de 24 minutos;

O CDS de 14 minutos;

O Bloco de Esquerda e o PPM de 12 minutos;

As Representações Parlamentares do CH, IL e PAN dispõem, cada, de 10 minutos;

O Sr. Deputado Independente dispõe de 5 minutos.

Para dar início ao debate, por parte do Partido Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos este debate conscientes da importância que os fundos europeus têm para todas as empresas da nossa região, independentemente da sua dimensão, localização e círculos de influência.

Foi por isso que agendamos um debate de urgência sobre as Agendas Mobilizadoras, denunciando a forma negligente como todo o processo foi conduzido e procurando esclarecer, de forma cabal, todos os açorianos que ao longo dos últimos dias manifestaram a sua indignação e perplexidade sobre o privilégio no acesso a recursos públicos.

Toda a informação divulgada, a conta gotas e de forma incoerente, é reveladora da total falta de transparência na operacionalização das agendas mobilizadoras.

Um Governo que apregoa incessantemente a transparência, revela-se afinal como o Governo menos transparente da história da Autonomia.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Um Governo que proclama as virtudes do diálogo, faz tábua rasa desta sua convicção, ao dialogar e tratar das Agendas Mobilizadoras com quem quis, com quem lhe interessou, desvalorizando empresas e renegando ilhas.

Para acautelar os interesses de uns poucos, este governo deixou à sua sorte a esmagadora maioria das micro e pequenas empresas que são a base de sustentação da nossa economia.

O PRR confere aos Açores uma oportunidade ímpar, num momento de especial fragilidade. Não podemos, por isso, compactuar com uma estratégia polémica de governar apenas para alguns, fazendo do amiguismo o critério de seleção dos felizes contemplados neste processo.

Não podemos compactuar com um exercício que nada mais é do que uma profunda ilegalidade que cria um benefício a alguns e distorce a competitividade empresarial, contribuindo assim para o agudizar das desigualdades entre empresas e entre ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo este um processo que exigia celeridade para garantir a boa execução e a alargada participação dos parceiros económicos, o Governo optou por protelar o acompanhamento e o apoio que era devido às empresas açorianas. Vindo agora culpabilizar as empresas, apontando inércia por parte das mesmas e justificando com isto a sua atuação.

Note-se, que até dia 1 de setembro o Governo nada disse sobre as Agendas Mobilizadoras! É esta conduta negligente que está na base deste falhanço a que agora assistimos.

É unânime entre os agentes económicos e a opinião pública e publicada, que:

- faltou transparência, informação pública dos apoios a conceder,
- faltou a participação e o envolvimento dos parceiros económicos e das organizações relevantes,
- faltou a garantia do acesso em igualdade de circunstâncias das empresas aos apoios públicos, e
- faltou a salvaguarda das regras da concorrência.

Esta atuação desastrosa do Governo Regional não só penaliza todas as empresas excluídas, como também mancha as poucas escolhidas, colocando em causa a sua idoneidade e legítima participação enquanto líderes e copromotores destas Agendas.

Faço notar a ausência do Presidente do Governo Regional que face à crescente contestação responde aos empresários e aos açorianos faltando a este debate de urgência.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Esta é a importância dada pelo mesmo à centralidade deste Parlamento!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Esta é a importância dada à transparência e ao diálogo! Este é o respeito que os açorianos lhe merecem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Com a crescente indignação dos empresários e agentes económicos, apenas no passado dia 15 de outubro vem o Governo justificar que, e passo a citar o Presidente do Governo: “o que é novo e ousado desperta muita curiosidade”. Reduzir a indignação sentida pelos açorianos a mera curiosidade é desvalorizar a importância central desta matéria para os Açores e o zelo que nos é devido pelo Governo nas questões relativas ao nosso futuro coletivo!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: O que é novo e ousado, é a forma como este Governo insulta a dignidade dos empresários açorianos e a inteligência do povo açoriano.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Este é um problema do Governo, dos partidos que o compõem e, também, daqueles que o suportam! Recuar e deixar a avalanche passar não é a postura que se espera de qualquer um dos partidos com assento nesta Assembleia!

Os Açorianos merecem mais, os Açorianos necessitam de mais!

Este problema não se esgota, como querem fazer passar, na incompetência do Secretário das Finanças, no jogo do empurra entre as Câmaras de Comércio e as Consultadoras, este problema evidencia sim um governo sem rumo e sem liderança.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Devem ser apuradas responsabilidades! Se a Região à conta de todo este caos perder milhões, quem responderá perante os Açorianos?

Explicações claras e objetivas exigem-se. Tal como disse anteriormente, “o Governo explicar-se neste assunto é um imperativo ético e uma exigência da Democracia.”

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está iniciado o debate. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faz favor, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Motivam este debate de urgência sobre as Agendas Mobilizadoras para a Inovação, acusações de esconder informação dos Açorianos, de favorecer apenas algumas empresas, de falta de transparência e de falhas de comunicação.

Apresento-me nesta Assembleia, órgão de fiscalização do Governo, determinado em tudo esclarecer e firme na convicção de que, apesar de nem tudo ter sido bem feito, termos atuado sempre de forma profissional e de boa-fé.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É preferível ser escrutinado pela ação desenvolvida do que ser acusado de nada fazer ou apresentar desculpas por mais uma oportunidade perdida.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Estou confiante que este debate servirá para demonstrar a Vossas Excelências – e através de Vossas Excelências a todos os Açorianos – que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para que este concurso de ideias resulte na atração de investimento a realizar nas áreas industrial e tecnológica, em todas as ilhas da Região, pelo nosso tecido empresarial e institucional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como será demonstrado mais à frente, não escolhemos ou rejeitámos empresas, o que seria inadmissível,...

Deputado Carlos Silva (PS): Não! Impensável!

O Orador: ... mas antes apoiámos a seleção técnica de projetos adequados às Agendas e foi a partir do núcleo inicial de instituições e empresas que, de forma voluntária e autónoma, se formaram os consórcios com dezenas de entidades participantes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional dos Açores não escondeu informação dos açorianos tendo publicado um comunicado em 1 de setembro a que se seguiram declarações sobre o mesmo tema nos media regionais, na sequência da assinatura em 2 de setembro, do contrato de financiamento do PRR com o Governo da República.

Estou também aqui, com frontalidade, para assumir o que correu menos bem. Em matéria de comunicação reconheço que poderíamos ter feito melhor. É, inquestionavelmente, um aspeto a corrigir no futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não obstante, e não constituindo uma justificação ou desculpa, o período de férias de agosto e de eleições de setembro não foi o mais propício.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Isto fica-lhe muito mal!

(Risos dos Deputados das bancadas do PS e do BE)

O Orador: Foi uma corrida contra o tempo. O concurso de ideias é complexo. Só depois de compreendido o seu alcance e clausulado e só depois de escolhida a assessoria técnica foi possível iniciar, através das suas organizações representativas, a dinamização do tecido empresarial e institucional que, até agosto, não dera sinais de se organizar por iniciativa própria,...

Deputado Carlos Silva (PS): Já tinham o contrato feito!

O Orador: ... como estava a acontecer a nível nacional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Meu Deus!

Deputado Carlos Silva (PS): Já tinha os contratos feitos com as Agendas Mobilizadoras!

O orador: Os fundos disponíveis para as Agendas Mobilizadoras para a Inovação não foram atribuídos nesta fase e só o serão na fase 2 para cofinanciar os projetos que vierem a ser selecionados pelo júri nacional. Não é demais reforçar que este concurso se destina a selecionar projetos integrados em consórcio para a transformação da indústria em todo o território nacional e que os promotores têm de dispor do capital necessário já que se trata de cofinanciamento idêntico ao dos Fundos Estruturais.

Detalhando o processo:

No âmbito da negociação realizada pelo anterior Governo Regional, ficou determinada uma alocação regional de 5% da dotação nacional do PRR para a Região Autónoma num modelo 4+1%, em que 4%, ou 580 milhões de euros, serão geridos diretamente pela Região, e infelizmente, 1%, ou seja, 117 milhões de euros, estão consignados na verba nacional para investimentos de reindustrialização e descarbonização na Região, leia-se Agendas Mobilizadoras.

Deputado Carlos Silva (PS): Para quem? Para quem?

O Orador: É destes 1% do PRR, limitados a 117 M € que estamos a falar.

Deputado Carlos Silva (PS): Para quem? Para quem essas verbas?

O Orador: O concurso de ideias que decorreu entre 1 de julho e 30 de setembro, tem por objeto apoiar a vontade das empresas e institutos académicos e tecnológicos...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é falso!

O Orador: ... em colaborarem para criar produtos inovadores orientados para os mercados externos, promovendo uma transformação estrutural da economia ligando as empresas ao sistema científico e tecnológico.

É uma oportunidade para reforçar o tecido económico regional, aumentando a sua competitividade, diminuindo o peso do setor público, incentivando o crescimento inteligente da economia em particular do setor privado.

O modelo de desenvolvimento suportado na despesa pública é insustentável. Precisamos de reforçar o tecido económico regional e o investimento privado e para isso, não podemos marcar passo, é necessário concretizar, ter êxito.

Saúdo a disponibilidade das empresas, da Universidade dos Açores, do INOVA, das Escolas de Formação Profissional e das Associações Empresariais, colaborarem em consórcio, com o objetivo de desenvolver a indústria açoriana, investindo no conhecimento, na inovação, nas novas tecnologias, com o apoio de recursos europeus, impulsionando o

investimento e crescimento económico sustentado de que a Região tanto precisa.

Para a promoção, elaboração e submissão das Agendas nas áreas do Turismo, Agroindustrial e Economia do Mar – áreas de atuação definidas no programa do XIII Governo...

Deputado Carlos Silva (PS): Afinal foi o Governo quem decidiu tudo!

O Orador: ... e na Estratégia de Especialização Inteligente da Região –, foram convidadas, em procedimentos concorrenciais, oito consultoras especializadas de renome internacional...

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que estão esses profissionais?

O Orador: ..., sendo selecionadas duas: a KPMG e a Deloitte, do conjunto em que englobou também...

Deputado Carlos Silva (PS): Até ontem era só a KPMG!

O Orador: ... a Ernst & Young, Pricewaterhousecoopers, Boston Consulting Group, Roland Berger, Mckinsey, e outras).

A remuneração imposta pelo Governo Regional no procedimento tem uma componente fixa diminuta (entre 0,00 € e 5.000,00 €),

Deputado Carlos Silva (PS): Vão ganhar percentagens!

O Orador: ...e uma componente prémio, que só será paga se a Agenda for selecionada (entre 24.000,00 € e 29.800,01 €).

Deputado Carlos Silva (PS): É uma comissãozinha para alguns!

O Orador: Assim, em caso de insucesso, apenas será pago a estas consultoras 11,3% do valor global convencionado (10.000,00 €) para o conjunto das três Agendas.

Os serviços prestados por estas consultoras implicaram num primeiro momento, a interação com empresas, associações empresariais, centros de investigação, e muitos outros, identificando os projetos industriais e tecnológicos adequados às Agendas e as possibilidades de interligações entre agentes económicos e instituições.

Num segundo momento, devidamente apoiados e orientados tecnicamente por estas consultoras, foram os próprios agentes económicos e instituições que, de forma voluntária e autónoma, se constituíram em consórcio, tendo em vista a apresentação de uma manifestação de interesse ao concurso de ideias.

Deputado Carlos Silva (PS): E o Governo não tem nada a ver com isso!

O Orador: Estas consultoras agiram como entidade aglutinadora/intermediadora de um processo.

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo lavou as mãos!

O Orador: Não lhes foi atribuído qualquer mandato para atuar em representação do Governo.

Deputado Carlos Silva (PS): Não, claro que não!

O Orador: Esta primeira fase do processo refere-se à apresentação de uma manifestação de interesse por um consórcio constituído de forma voluntária, que se identifica claramente, e define livremente a sua liderança e o seu modelo de governação, entrega um plano de atividades, um cronograma, um orçamento, identifica recursos humanos, metas e indicadores de impacto e procede ainda a uma avaliação económico/financeira.

Depois, numa fase posterior, será feita, por um júri nacional, uma seleção das candidaturas submetidas e serão dirigidos convites para apresentação de candidaturas a financiamento, visando a celebração de contratos-programa com os consórcios que irão promover as iniciativas selecionadas.

No caso das Agendas do Turismo, Agroindustrial e Economia do Mar foram reunidos como elementos iniciais dos consórcios, entidades públicas e privadas com atuação ao longo de toda a cadeia de valor da respetiva temática da Agenda, em função das suas competência, experiência e contributo previsível para a concretização dos diferentes projetos, sendo estes alguns dos critérios mediante os quais será feita, a nível nacional, a sua pré-seleção.

Da **Agenda do Turismo** fazem parte 33 entidades.

Da **Agenda Agroindustrial** fazem parte 28 entidades.

Da **Agenda da Economia do Mar** fazem parte 15 entidades.

No total, 76 entidades.

O Governo Regional não selecionou ou preteriu empresas a qualquer título, tendo esclarecido em todas as reuniões, sem exceção, através do seu representante, que a elaboração das Agendas decorria de um processo agilizado pela própria secretaria em articulação com as Câmaras de Comércio, com o apoio técnico das respetivas empresas consultoras.

O Governo Regional não escondeu o acesso ao concurso de ideias, antes dinamizou-o para que não houvessem oportunidades perdidas, promovendo a participação num concurso nacional de acesso livre, publicitado e ao qual concorreram 140 consórcios a nível nacional, representando uma intenção de investimento de 14 mil milhões de euros.

Referir ainda que os montantes das Agendas são cofinanciamento. Ou seja, é financiamento parcial do PRR para projetos, sendo que as empresas/entidades devem entrar com o restante. Não é dinheiro fácil. Quem não tiver capital para investir, não recebe esta outra componente.

Na mesma senda, os investimentos das Agendas são os mesmos que cofinanciam os outros programas de apoio como o PO Açores, o MAR2020 ou o PRORURAL.

Portanto, os investimentos constantes das Agendas são aqueles que fazem sentido apresentar em consórcio, que apresentam sinergias no âmbito dos objetivos comuns da Agenda.

Já tive oportunidade de, ontem, reunir, a seu pedido, com a Comissão Especializada Temporária do Conselho Económico e Social dos Açores que acompanha o PRR-Açores,...

Deputado Carlos Silva (PS): Esse também não fez nada!

O Orador: ... a quem agradeço a celeridade com que se mobilizaram sobre este assunto.

Terei também oportunidade, se isso me for solicitado, de reunir com o recém-criado Grupo de Trabalho deste Parlamento para o acompanhamento e

fiscalização da execução dos fundos europeus na Região Autónoma dos Açores.

Termino como comecei: é preferível ser escrutinado pela ação desenvolvida do que ser acusado de nada fazer.

Tenho dito. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está inscrito o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos hoje a algo insólito neste Parlamento: o partido que agendou este debate de urgência é o mesmo que resolveu tirar conclusões antes da discussão acontecer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Marcar um debate e apressar-se a tirar conclusões antes deste começar, demonstra falta de sentido democrático.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Há cinco dias, sem contraditório, o Partido Socialista refugiou-se numa conferência de imprensa, marcada por acusações sem fundamento,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Refugiou-se? Nota-se! Quem é que está refugiado? Olhe para a bancada do Governo!

O Orador: ... incorreções várias e pelo profundo desconhecimento do processo relativo às chamadas ‘Agendas Mobilizadoras’ do Plano de Recuperação e Resiliência.

Deputado Miguel Costa (PS): Os senhores estão com Agenda errada!

O Orador: Senão, vejamos.

Diz o Partido Socialista, na dita conferência de imprensa, que as ‘Agendas Mobilizadoras’ têm, e cito, «centenas de milhões de euros que cabem aos Açores».

Isso é falso, senhores deputados do PS. Trata-se de uma, uma centena e não centenas de milhões de euros.

O Partido Socialista lança suspeições, acusando o Governo Regional de secretismo.

Deputado Miguel Costa (PS): Grande argumento!

O Orador: Mas qual secretismo, senhores deputados do PS, se houve um concurso público lançado pelo Governo da República a 1 de julho e que abrange todo o território nacional?

Deputado Francisco César (PS): Pelo amor de Deus!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Vá por aí!

O Orador: Fala o Partido Socialista em ilegalidades, ao afirmar que o Governo Regional não criou um regulamento com critérios de seleção para as ‘Agendas Mobilizadoras’.

Já o Sr. Secretário esclareceu que esta verba é gerida a nível nacional, correspondendo a 1%. Portanto, não caberia à Região a criação de qualquer regulamento.

Deputado Miguel Costa (PS): São 117 milhões de euros!

O Orador: Fica assim bem evidente a falta de fundamento das acusações feitas pelo Partido Socialista.

O que o PS pretende com este debate é gerar a confusão e fingir-se defensor dos empresários que ignorou quando era Governo.

Desengane-se o Partido Socialista se pensa que os empresários açorianos já se esqueceram da vossa governação de 24 anos, em que o silêncio e ausência de crítica ao Governo eram recomendáveis para ter apoios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Desengane-se o Partido Socialista se pensa que os empresários açorianos já se esqueceram das centenas de milhões de euros de prejuízo das empresas públicas, que desviaram financiamento que deveria estar disponível para a economia privada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Desengane-se o Partido Socialista se pensa que os empresários açorianos já se esqueceram do descalabro da SATA, cuja sobrevivência foi posta em risco, estando esta agora dependente dos “burocratas de Bruxelas”, como lhes chamou em tempos um deputado do PS neste Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Desengane-se o Partido Socialista se pensa que os empresários açorianos já se esqueceram do aluguer do avião A330 ‘Cachalote’, que esteve dois anos parado e custou mais de 40 milhões de euros à companhia aérea regional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Desengane-se o Partido Socialista se pensa que os empresários açorianos já se esqueceram da oposição dos governos do PS...

Deputado Francisco César (PS): Onde isto já vai!

O Orador: ... à abertura do espaço aéreo, que fez com que o Turismo nos Açores tivesse perdido uma década e muitos milhões de euros em receitas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Desengane-se o Partido Socialista se pensa que os empresários açorianos já se esqueceram da forma como os governos do PS canalizaram centenas de milhões de euros de fundos da União Europeia para investimentos públicos não reprodutivos, alternativamente à sua afetação às empresas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Levamos muito a sério os alertas da sociedade civil sobre este processo das ‘Agendas Mobilizadoras’ do Plano de Recuperação e Resiliência.

Este debate é, seguramente, uma oportunidade de esclarecimento sobre esta matéria, mas que deve ser efetuado com sentido de responsabilidade.

Não ignoramos que este assunto tem sido motivo de preocupação na opinião pública.

Também não ignoramos e registamos os reparos feitos por muitos empresários sobre o tema, o que só por si constitui uma chamada de atenção para o Governo fazer melhor neste processo, independentemente das suas causas e responsabilidades.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Já ficou claro neste debate que a informação sobre as ‘Agendas Mobilizadoras’ foi transmitida pelo Governo Regional às estruturas representativas dos empresários.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pois! De alguns empresários! De alguns...

O Orador: Mas há que ter a humildade de reconhecer que este processo careceu de uma ampla divulgação, porque nem todas as empresas possuem os mesmos meios para participar num concurso público nacional inédito, complexo e com um prazo muito curto.

Aliás, também a nível nacional houve idênticos reparos sobre este processo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é uma situação que devemos todos levar muito a sério,

Deputada Andreia Cardoso (PS): Também acho!

O Orador: ... porque sem empresas e sem empresários não há crescimento económico nem se criam empregos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Senhor Secretário das Finanças já esclareceu muitas dúvidas e desfez as suspeitas lançadas sobre a participação do Governo nas ‘Agendas Mobilizadoras’.

Consideramos muito positivo que os consórcios de empresas açorianas tenham apresentado candidaturas em valor superior a 200 milhões de euros, para um financiamento possível até 117 milhões de euros.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Antes era 100, agora já são 200!

O Orador: Candidaturas superiores a 200 milhões de euros, Sr. Deputado. Basta ouvir com atenção.

Deputado Sérgio Ávila (PS): Exatamente o que a gente disse!

O Orador: Ainda assim, esperamos que se esgotem todas as possibilidades legais e processuais de corrigir o que tem de ser corrigido, designadamente através da inclusão de projetos/ideias de empresas que possam estar interessadas e que não concorreram e da imprescindível cobertura de todas as nossas ilhas.

Bem sabemos que são iniciativas empresariais privadas. Mas o Governo deverá esgotar essas possibilidades, ainda que possam não estar totalmente explícitas na regulamentação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas será também essencial avaliar o tipo de concurso aberto a 1 de julho pelo Governo da República, com um prazo para apresentação de propostas de 90 dias, ou seja, no período de férias, em que as empresas mais dificuldade têm em termos de disponibilidade de recursos para a preparação das candidaturas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Terá o modelo de concurso e a tipologia de projetos exigida sido o mais adequado à realidade empresarial açoriana? Questiono!

Temos muitas dúvidas. Mas ficou claro que esse modelo não é da responsabilidade do Governo Regional dos Açores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah, não!

O Orador: Veja-se, por exemplo, quais os montantes mínimos de investimento, em que os Pactos de Inovação exigem um investimento

indicativo mínimo de 50 milhões de euros e as Agendas Mobilizadores um investimento indicativo mínimo de 20 milhões de euros.

Estas são preocupações que devem ser avaliadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Governo e os partidos que o suportam não têm quaisquer problemas em reconhecer que há aspetos a melhorar.

O nosso foco é continuar a trabalhar para fazer crescer a economia dos Açores, libertando as empresas de muitos dos custos que tinham durante a governação socialista.

Só assim se cria emprego e se melhora a vida dos açorianos.

Desenganem-se aqueles que pensam que os empresários açorianos não reconhecem o mérito deste Governo, que implementou medidas extraordinárias de apoio às empresas afetadas pela pandemia, designadamente o Programa Apoiar.pt,...

Deputado Francisco César (PS): Os empresários escolhidos conhecem bem isso tudo!

O Orador: ...que injetou 30 milhões de euros na economia açoriana...

Deputado Sérgio Ávila (PS): Um programa nacional!

O Orador: ...programa esse que foi inviabilizado pelo Partido Socialista sob proposta do PSD nesta Assembleia;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Desenganem-se aqueles que pensam que os empresários açorianos se esquecem e não reconhecem o mérito deste Governo que,...

Deputado Miguel Costa (PS): Os senhores têm ouvido as notícias?

O Orador: ... em apenas seis meses, implementou a ‘Tarifa Açores’ com os resultados que todos reconhecem;

Desenganem-se aqueles que pensam que os empresários açorianos se esquecem e não reconhecem o mérito deste Governo, na redução fiscal, designadamente no IVA e no IRC.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Em suma, desenganam-se aqueles que pensavam, antes de 25 de outubro de 2020, que o exercício do poder na Região era um direito vitalício que lhes tinha sido outorgado.

A resposta já lhes foi dada em duas eleições em menos de um ano.

Sr. Secretário, tenho algumas questões que gostava de lhe colocar, nomeadamente:

Na sua intervenção falou em investimento em todas as ilhas. Poderá ser mais específico quanto a este assunto?

A segunda questão tem a ver com o seguinte:

Dos 117 milhões de euros, que é a verba que está afeta à Região, se porventura os projetos, os investimentos aprovados, as candidaturas aprovadas, ficarem aquém deste valor, esta verba perde-se ou de alguma maneira pode reverter para a região noutros programas?

A última questão:

Qual a possibilidade das empresas com projetos inovadores, e que se sentem excluídas nesta fase, de terem os seus projetos ainda incluídos nesta candidatura?

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O Sr. Secretário não pode dar essa resposta!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faz favor.

Deputado Francisco César (PS): Não é o Sr. Deputado Pedro Pinto?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Executivo:

Permitam-me que comece este debate com uma notícia que foi veiculada no dia 7 de setembro de 2021, aquando da reunião das audições do Sr. Presidente do Governo aos partidos com assento nesta Assembleia.

Dizia o então, e continua a ser Presidente do Conselho Económico e Social do CDS-PP/Açores, o Deputado Pedro Pinto, que “relativamente ao Plano de Recuperação e Resiliência e às Agendas Mobilizadoras, um tema incontornável, o CDS-PP apelou ao Presidente do Governo Regional para que a bazuca chegue aos setores produtivos tradicionais e às micro e pequenas empresas, que são cerca de 80% do tecido empresarial regional, pois nem só de grandes grupos económicos se faz a economia dos Açores.

Atendendo às muitas queixas dos pequenos comerciantes, o Deputado Pedro Pinto considera que os apoios não podem ser sempre para os mesmos e temos de desenvolver a economia das nove ilhas dos Açores”.

Não deixa de ser irónico que o argumento utilizado pelo Sr. Secretário acerca do mês de agosto e eleições em setembro, tenha provocado riso nos Srs. Deputados do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, mas é um argumento que também lhes assenta que nem uma luva, porque agora, terminado o prazo, é que finalmente vêm falar sobre o assunto e não foram consultar as câmaras de comércio, entre outras.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP e do PPM)

Deputado Francisco César (PS): A culpa agora é nossa!

O Orador: Não, não! Não é culpa! É a constatação de um facto. Isto é de 7 de setembro. É uma preocupação do CDS e é a constatação de um facto.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): E deixa de ser uma preocupação?

O Orador: E continua a ser uma preocupação do CDS.

O CDS sempre foi um partido defensor da transparência e nunca demonstrou qualquer tipo de complacência para com situações de promiscuidade.

Durante a vigência dos anteriores Governos Regionais, fomos uma força política implacável na defesa do princípio da transparência, reclamando-a sempre que foi preciso. O espírito responsável e cristalino com que atuamos na oposição é o mesmo que nos move na governação da Região.

Relativamente às Agendas Mobilizadoras, não podemos, por isso, compactuar com falta de clareza ou pretensos favorecimentos indevidos. Este Governo não pode ser igual aos anteriores, não pode pautar a sua ação pela opacidade nem se pode ajoelhar perante os mesmos interesses de sempre.

Este debate, servirá, pois, para esclarecer a neblina de dúvida que existe em torno deste assunto. O CDS espera que o Sr. Secretário das Finanças possa esclarecer cabalmente todo este processo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ainda não foi muito esclarecedor, Sr. Secretário. Faça mais um esforço!

O Orador: ... e dissipar todas as dúvidas que possam existir.

É, por isso, muito importante saber como foram desenhadas e projetadas estas agendas mobilizadoras. É preciso esclarecer se houve, ou não, uma consulta alargada às entidades e empresas da Região que podem beneficiar deste procedimento e criar riqueza de forma transversal e alargada.

Os Açores são 9 ilhas. Existem empresas nas 9 ilhas. Não existem apenas empresas em São Miguel, Terceira, Faial e Pico.

O CDS sempre defendeu que os Açores podiam apostar no sector do Turismo de Saúde. Foi, aliás, nesse sentido, que há cerca de 10 anos o HDES fez uma certificação, que contemplava o Turismo de Saúde.

A pergunta que deve ser respondida é a seguinte: porque é que este Hospital, como o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, como o Hospital de Santo Espírito, na ilha Terceira, e o Hospital da Horta não foram ouvidos neste processo? Compreendemos que possam ser Empresas Públicas Regionais, mas de qualquer das formas nós temos nestas Agendas o IROA ou a Escola Hoteleira, que também são organismos no âmbito do Governo Regional. Por isso fica a pergunta acerca do turismo de saúde e dos hospitais da Região.

Sr. Secretário, as Agendas Mobilizadoras não devem ser atribuídas a “traders” de PIR’s. Explique a este Parlamento, porque é que foram, então, entregues precisamente a esses agentes, algumas destas Agendas? Quais foram os critérios? Gostaria de saber se Câmara de Comércio e Indústria de PDL foi ouvida? Como e quando? E as outras Câmaras do Comércio, da Horta e de Angra do Heroísmo? Foram ouvidas? Os seus associados foram consultados?

Deputado Miguel Costa (PS): Não estava a par do processo!

O Orador: Outra pergunta que lhe deixo Sr. Secretário é relativamente à indústria do queijo, uma indústria tão significativa em ilhas como São Jorge ou Flores. O que o CDS quer saber é se a União de Cooperativas de São Jorge e das Flores foram consultadas? Se não foram, quais as razões que adianta para tal não ter ocorrido? Até porque o argumentos dos consórcios com valores indicativos de 21 milhões, são valores avultados, mas o consórcio e a figura do consórcio nestas Agendas Mobilizadoras serve exatamente para que possa haver uma aglomeração de PME’s e por sua vez criar essa sinergia, poderem beneficiar destes fundos, e fazer chegar capital aos projetos que constituem a maior parte do tecido empresarial açoriano.

Relativamente à ilha Terceira, Sr. Secretário, explique-nos porque é que a Pronicol foi ouvida, mas, por sua vez, tanto a Unicol como a Fruter não foram sequer consideradas para o debate em torno da aplicação dos fundos comunitários num setor tão crucial para a ilha e para a Região? São empresas sediadas na Região.

Tudo isto deve ser esclarecido. É apenas isso que o CDS pretende. Nem nós, nem o Governo, alinha com faltas de transparência, mas o Sr. Secretário certamente estará em condições para esclarecer esta câmara.

Por outro lado, parece-nos que não será inocente a atribuição destas Agendas Mobilizadoras a apenas dois ou três grandes grupos económicos da Região. Porque é que as PME’s não usufruem deste mecanismo do PRR? Há algum motivo para ficarem remetidas apenas para o PO 2027?

Sobre esta matéria, demos boa nota da posição do CDS em setembro passado, quando reunimos com o Presidente do Governo para transmitir as nossas preocupações, algo que disse logo no início desta intervenção, e que reitero.

Nesse mesmo dia, apelámos ao Senhor Presidente do Governo para que, no que respeita ao PRR, e às Agendas Mobilizadoras, a “bazuca (esse malfadado nome) chegue aos setores produtivos tradicionais e às micro e pequenas empresas”. Mas fomos mais longe. Pela voz do Senhor Deputado Pedro Pinto, ficou clara a posição do CDS sobre a gestão e aplicação dos novos fundos comunitários: “os apoios não podem ser sempre para os mesmos. Temos que desenvolver a economia das nove ilhas dos Açores”.

O CDS reitera que este Governo não é nem pode ser igual aos anteriores. Os esclarecimentos do Sr. Secretário são, por isso, absolutamente imprescindíveis neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui, em jeito de talhe de foice, num debate, já não me lembro sobre quê, desta mesma bancada, eu terei dito que esta bazuca, que seria uma arma de grande alcance para toda a gente, não iria passar de uma pistolazinha de água. Na altura ainda acreditei que fosse uma pistolazinha de água com um tiro certo. Não! Foi uma pistolazinha de água daquelas que atira assim. Nem dá gozo à criança.

Ao ouvir este debate, e seguir ao longo da última semana a *vox populi* sobre o assunto, ocorreram-me várias analogias. Os Srs. Deputados que me conhecem há mais tempo sabem que eu gosto de fazer umas analogias.

Hoje, agora e aqui ocorreu-me uma: “quem será o pai da criança?”. Já ninguém quer ser “o pai da criança”.

Isso faz-me lembrar uma história que se contava nos anos 80 do século passado, de uma rusga da GNR, numa casa de meninas, no centro de Lisboa.

No final das contas perguntava o GNR: se calhar a menina aqui sou eu, sou a única menina aqui dentro.

É o que se está a passar com esta discussão das Agendas Mobilizadoras.

Vem uma indicação de Bruxelas, vem outra de Lisboa, chega aos Açores.

Ninguém quer ser “o pai”. Toda a gente a perguntar a todos como é que se fazia. Toda a gente disse como é que queria que se fizesse, por isso o resultado foi este e agora já ninguém disse como é que queria que se fizesse.

Já a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores não foi ouvida nem achada, nem a de Ponta Delgada, nem a de Angra, nem a da Horta. Afinal já ninguém foi ouvido nem achado.

Deve ter sido por obra e graça do Espírito Santo que tudo caiu na cabeça do Sr. Secretário das Finanças, que hoje, aqui, nesta Casa (e isso é admissível, Srs. Deputados!), é lançado para debaixo do comboio pelo Sr. Presidente do Governo e pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, que deviam estar sentados naquelas cadeiras da frente a defender o seu Governo e o Sr. Secretário das Finanças.

Não há agenda governamental que justifique a ausência, desta sala, do Presidente e do Vice-Presidente do Governo, que são tão responsáveis por este processo como é o Sr. Secretário das Finanças,...

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Muito bem!

O Orador: ... como são as corporações que estiveram envolvidas nesse processo. Isto é lamentável na Casa da Democracia.

Mais lamentável é na Casa da Democracia que, há um ano, estava aqui a dizer que este seria o centro das decisões, de todas as decisões importantes para os açorianos.

No final das contas, quando todos estávamos à espera de recuperação e resiliência, a recuperação vai ser só para alguns e a resiliência para os mesmos de sempre.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Diz o povo que “quem parte e reparte e não fica com a melhor parte, ou é tolo ou não tem arte”.

Este provérbio popular descreve bem a forma como muitas vezes se distribui a riqueza: quem detém o poder fica com a maior e melhor fatia.

Recorro à sabedoria popular porque de facto aquilo a que se assistiu nos últimos dias foi a uma repartição de uma grande parte do bolo do PRR por quem detém o maior poder económico nos Açores.

Este inacreditável processo das Agendas Mobilizadoras apresenta, na nossa opinião, dois vícios de fundo: de forma e de conteúdo.

Dois vícios que se alimentam mutuamente e agravam os danos que causam aos Açores.

Começemos pela forma:

Sem prejuízo de termos muitas discordâncias quanto ao procedimento escolhido pelo Governo da República para aplicar o PRR, pretendia o Governo da República que as candidaturas às Agendas Mobilizadores constituíssem um processo aberto e transparente.

Um processo a que podem concorrer empresas públicas e privadas, assim como outras entidades, em consórcio. Um processo que deveria garantir transparência e equidade.

O que se percebe nesta fase é que transparência não houve e a equidade foi transformada em favorecimento de grupos económicos e empresas e em muitos conflitos de interesses.

Favorecimento, porque o Governo Regional do PSD/CDS/PPM patrocinou essas agendas envolvendo-se nas candidaturas, liderando uma das agendas e sendo copromotor em todas elas. Tudo nas costas dos açorianos e açorianas.

Agora que rebentou a polémica e claros que ficaram os negócios para amigos, ninguém quer assumir as responsabilidades:

A Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada que enviou as listas de empresas às consultoras contratadas pelo Governo, que lidera a agenda do turismo e cujos responsáveis estão envolvidos em várias empresas beneficiárias, num claro conflito de interesses, diz que não tem qualquer responsabilidade.

As Câmaras de Comércio de Angra e Horta dizem que conheciam o processo, mas que não tiveram quaisquer responsabilidades. Curioso é que nada disseram publicamente durante o processo negocial e são beneficiários de muitos milhões nessas Agendas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exatamente!

O Orador: Por sua vez, o Governo Regional diz que a responsabilidade, afinal, é das câmaras de comércio e das consultoras que o Governo contratou. Se acreditássemos nestes intervenientes chegaríamos à conclusão que as Agendas Mobilizadoras nasceram de geração espontânea.

Mas não é verdade, Sras. e Srs. Deputados. As Agendas Mobilizadoras têm responsáveis e têm um rosto.

O rosto do Governo Regional dos Açores, presidido por José Manuel Boleiro, que hoje não nos deu o prazer da sua presença. O rosto do Governo, dos partidos que integram e que o suportam.

Estes decidiram, por exemplo, entregar à COFACO, a empresa campeã dos despedimentos nos Açores, nos últimos anos, mais 6,6 ME;

Decidiram entregar ao Hospital privado, de São Miguel, campeão dos subsídios públicos nos últimos anos, a liderança de um projeto de 8ME;

Decidiram permitir à ASTA, campeã dos ataques urbanísticos nos Açores, dinheiro para construir mais um hotel;

Decidiram entregar à CCIPD a liderança de uma agenda de 75ME quando dois dos seus dirigentes, têm responsabilidades de gestão ou têm

participações diretas e indiretas em empresas beneficiárias de projetos de muitos milhões de euros.

Depois das declarações do Sr. Presidente do Governo, na passada sexta-feira, em que afirma que tudo será esclarecido,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores não querem!

O Orador: ... ficamos com a certeza de que a responsabilidade última desta política de assalto ao dinheiro público é do Governo e do seu Presidente.

Este é o problema de forma:

As Agendas Mobilizadoras nos Açores são jogo viciado e condenado a ser um negócio para amigos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A falta de argumentos é que se torna um vício!

O Orador: Mas existe um problema mais fundo que radica no modelo de desenvolvimento seguido nos Açores e que este Governo quer acentuar. As Agendas Mobilizadoras para a inovação em nada inovam e em nada diversificam.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Turismo, Agroindústria, transporte marítimo e conservas. É tudo o que se vê nessas agendas.

Estas não são Agendas Mobilizadoras. São agendas dominadoras da economia dos Açores.

Se não vejamos: O grupo Bensaúde está envolvido em projetos que ascendem a 54ME, o grupo Finançor está envolvido em projetos que ascendem a 34,7ME.

Por coincidência o atual Secretário Regional das Finanças, foi administrador do grupo Bensaúde e administrador do grupo Azoris Hotéis da Finançor. Em política não basta ser, é preciso parecer.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Este Governo trouxe de facto mudanças: O poder económico deixou de influenciar a governação, para ser ele a governar, de facto.

Sr. Secretário e Sr. Presidente do Governo, onde quer que esteja, e se nos estiver a ouvir, a perguntar que deixo é se concorda ou não e se vai fazer com que este processo seja reiniciado e retomado de forma transparente, justa e equitativa?

Se assim não for, este processo será uma mancha, não só neste Governo, mas uma mancha na história dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (PS): Caladinhos!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu tenho pena de si. Deixaram-no sozinho!

Não tem aqui nem o Presidente do Governo, nem o Sr. Vice-Presidente do Governo.

E eu fui ver a Agenda do Governo Regional, para saber o que estão a fazer. Têm que fazer uma coisa muito mais importante do que dar explicações ou dar a cara, ou meter o peito às balas para ouvir, para questionar, para defender o Sr. Secretário das Finanças, para defender o Governo e para defender o Grupo Parlamentar do PSD que cada vez que abre o microfone dá-me pena!

Dá-me pena, Sr. Deputado, porque o senhor agora tem responsabilidades acrescidas, como Vice-Presidente do Grupo Parlamentar. Sempre que o senhor abre esse microfone está a fragilizar todos os Deputados que não sabiam absolutamente nada.

Nenhum Deputado aqui, tirando algumas exceções, não sabiam absolutamente nada, não tinham informação nenhuma.

Eu, posteriormente, depois de quarta-feira, pedi essa informação e pedi uma coisa muito simples: o relatório da KPMG que andava a circular na internet.

Eu, como Deputado Regional, continuo a não ter o relatório da KPMG, que supostamente foram 88.600 euros.

Eu continuo, como Deputado Regional, que supostamente defende e representa os açorianos, a não ter informação.

A informação foi dada por um comunicado...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu não tenho esse comunicado!

O Orador: ... do PS e foi aí que eu descobri como Deputado Regional.

Perguntam-me: então não fizeste um bom trabalho?

Não!... Eu fui à procura da informação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem tem o papel é o PS!

O Orador: ... e descobri que desde 1 de julho, neste caso, 15 de julho, foi a primeira vez que se fez uma reunião por videoconferência. Isso não foi dito por mim. Foi dito pela Comércio e Indústria da Horta e de Angra do Heroísmo.

Foi a primeira e a única vez que falaram e que pensaram, à partida, fazer uma parilha entre Câmaras do Comércio, tanto a de Ponta Delgada, como a de Angra e a da Horta, esquecendo completamente as outras ilhas, obviamente, que foi o que aconteceu.

Pelos vistos dizem que não tiveram palavra, nem decisão nenhuma.

A liderança foi dada à Câmara de Comércio de Ponta Delgada e o Governo, neste caso por mão do Sr. Secretário Regional das Finanças, é que tomava a decisão. Isto dito pela Câmara de Comércio de Ponta Delgada.

Neste caso, exatamente como o Sr. Deputado Nuno Barata disse, “quem é o pai da criança?”.

Ninguém quer esta criança!... Ninguém quer esta criança!...

Não há responsabilidade!

Ouvi o Sr. Secretário Regional das Finanças a dizer que o Governo não tem responsabilidade nenhuma. Claro! Isto obviamente tem a ver com a República.

O Governo não tem, mas nós temos entidades governativas dentro deste documento, mas o Governo não tem nada a ver!

Depois, a Câmara de Comércio de Ponta Delgada também disse não, não, não! O problema é do Governo! Ele que decida. Eu quero lá saber, isto foi a KPMG.

Neste caso, em vez do Sr. Presidente do Governo, que não teve coragem de dar a cara aos açorianos, por este problema, ou suposto problema, podemos meter aqui o consultor da KPMG.

Ali ao lado do Sr. Vice-Presidente, que por acaso foi inédito, o CDS deu razão ao Bloco de Esquerda (inédito, na política, gostei bastante de o ouvir)...

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito obrigada!

O Orador: ... podia estar ali o senhor Dr. Fortuna, da Câmara de Comércio de Ponta Delgada, porque foram esses dois que decidiram.

Eu tenho uma consultora externa da KPMC a decidir o futuro do tecido empresarial dos Açores, a não ser que me digam que a COFACO é que é o tecido empresarial dos Açores, ou Santa Catarina, ou qualquer outra empresa para fazer hotéis, ou até mesmo o Hospital Privado, como foi dito?

Depois dizem também: a maior parte das empresas não conseguiu sequer ter elegibilidade, porque não têm capital.

Então e o consórcio serve para quê, Sr. Deputado?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O consórcio serve para quê?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Esse paternalismo mudado, que como não compreendemos absolutamente nada, é errado...

Deputado Sérgio Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e também os senhores estarem completamente escondidos dentro dos problemas do passado do PS não é a melhor situação para esta Assembleia. Não são pessoas sérias que fazem isso.

Nós estamos aqui para resolver o problema. São 117 milhões. Isto não são trocos.

O próprio Presidente da República esteve aqui e disse: este Fundo é irrepetível!... Este fundo é irrepetível!...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O PAN deu confiança a este Governo, sem provas dadas, a dizer é preciso dar tempo a um governo para trabalhar.

Deputada Alexandra Manes (BE): Tira já!

O Orador: Neste momento, tiraram completamente a confiança, a ponte, o elo que havia sob a transparência que não há. Só existe opacidade e supostamente só existe é clientelismo, exatamente como sempre tivemos.

É preciso que estes Açores não vai para o futuro, porque estamos a falar de um PRE de 117 milhões em inovação e tecnologia.

Onde é que está a inovação e tecnologia da maior parte das empresas que estão ali?

Então e o resto?

Então para que é nós temos prata da casa? Porque que é que temos a TERINOV? Porque é que temos a NONAGON? Porque é que temos pessoas especialistas que, aos anos, desde 2000, tratam com a União Europeia relativamente a essas parcerias?

O Sr. Doutor Mário Fortuna disse que não é especialista disto. Então porque é que foi metido? Então porque é que meteram uma pessoa que não é especialista, quando existe entidades especialistas no Governo que fazem isto todos os dias, há 21 anos?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Nós pagamos a essas entidades, porquê? Porque é que é preciso pagar à KPMG, para decidir e retirar a saúde dentro das três áreas? Porque é que a saúde foi retirada?

Muito obrigado, Sr. Deputado do CDS, que disse isso. Porque é que a saúde não foi ouvida? Porque é os hospitais não foram ouvidos?

Podem não ser elegíveis? Podem. No n.º 5 dizem que as entidades, independentemente da forma jurídica, podem ser elegíveis.

Os hospitais são empresas, sejam públicas ou não. Nós temos empresas públicas, temos entidades públicas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Porque é que os hospitais não foram ouvidos? Porque é que o Hospital Privado é que faz um consórcio?

Nós não conseguimos entender, mas uma coisa também é certa: nós somos pessoas sérias e sem dúvida que, com o PAN, não podem contar mais connosco.

Por isso, a pergunta que tenho a fazer, Sr. Secretário, e com muita pena sua, porque isto não é só culpa sua,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... é culpa das pessoas que não estão aqui para defender o Governo (é extremamente errado as pessoas não estarem aqui e o senhor estar completamente sozinho, eu tenho pena sua neste momento), é, quem escolheu a lista, Sr. Secretário?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, para participar no debate, o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com alguma estranheza não vi que a maioria, daqui, deste meu lado esquerdo, viesse vestida de branca. É tanta a pureza, é tanto o discurso bonito, é tanto o discurso da transparência, mas a verdade é que estamos a falar que o dinheiro foi parar aos mesmos.

Ouçam a frase: o dinheiro foi parar aos mesmos!

Se são os mesmos, porque no passado eles existiam. No passado, quem é que dava o dinheiro? Era o Chega? Não era!

Se são os mesmos é porque os senhores alimentaram esses vícios; se são os mesmos são os senhores que falhavam na comunicação.

Se são os mesmos é porque foram os senhores que criaram este monstro e puseram um elefante dentro da loja de porcelana. Ele não sabia de nada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas a coligação podia ter feito diferente!

O Orador: Sra. Deputada, tenha calma.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não!

O Orador: Deixe-me falar

Deputada Alexandra Manes (BE): Faça favor!

O Orador: Muito obrigado.

Eu não soube de nada. Soube pela comunicação social e por uma avalanche de emails, mensagens, todas as redes sociais que tenho.

Eu, fiquei surpreso com isto. Pedi as explicações devidas ao Sr. Secretário na altura, que achei que tinha que pedir, e ele deu-me algumas explicações. Se fiquei convencido, confesso que não.

Do que eu percebi (e vamos aos factos) há uma verba de 117 milhões de euros...

Deputado Miguel Costa (PS): Só!

O Orador: ... do Governo da República para os Açores.

O Governo da República é o gestor. Ninguém concorreu. Ninguém se importou em saber. Ninguém quis saber de coisa nenhuma. Estava deserto. Foi o que eu percebi. Posso ter percebido mal, posso ter sido induzido em erro.

Mas o que eu percebi é que não havia ninguém a concorrer, ou interessado em concorrer, ou não tinha condições de concorrer. Realmente lendo, e a literatura é extensa para se perceber tudo o que lá está,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por acaso não é muita!

O Orador: É bastante, Sra. Deputada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é quase nada!

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas o trabalho do Sr. Deputado também não é muito!

O Orador: O trabalho do Deputado do Chega, o Chega define. Não é o Bloco de Esquerda que define. A senhora tenha lá cuidado com o que diz.

Eu tive o cuidado de estar a ver isso, de consultar algumas pessoas da área da economia que me estiveram a dizer, e realmente o que me parece é que a fotografia saiu tremida.

Então, a pergunta que eu faço é:

Sr. Secretário Regional, tinha o Governo Regional responsabilidade direta, ou não, nesta matéria?

Deputado Francisco César (PS): É óbvio!

O Orador: Se sim, o senhor já reconheceu que houve alguma falha de comunicação, eu próprio reconheci que se calhar a comunicação falhou, e muito, nisto.

Deputado Francisco César (PS): Olhe se o Ventura ouve isso!

O Orador: E também porque razão é que acabaram os pequenos empresários, ou microempresários, ou as pequenas empresas, por ficar excluídos (não sei se foram autoexcluídos ou não) desse processo?

Eu gostaria de ouvir, da parte do Sr. Secretário, esta explicação para ficarmos todos clarificados.

Primeiro, saber se o Governo Regional tinha mesmo esta responsabilidade direta?

E, depois, por que razão é que não ficaram as outras pessoas? Porque, como dizia aqui o Sr. Deputado há pouco, a verdade é que acabam por ser sempre os mesmos a pagar a fatura, e acabam por ser alguns, ou muito poucos, a usufruir dos benefícios.

Eu pensei que tínhamos chegado ao tempo de que isto acabaria. Assim espero que seja e assim espero não me ter enganado e espero não estar tão desiludido quanto ali o Sr. Deputado. Eu espero que as coisas consigam ser

normalizadas, porque este é que é o sítio de nós esclarecermos as coisas e de falar delas. Não será nas redes sociais, nem será na imprensa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Secretário Regional das Finanças a quem dou a palavra.

Faz favor, Sr. Secretário Regional.

Deputado Miguel Costa (PS): Circo mediático!

Deputado José Pacheco (PAN): Vocês são uns queridos na América!

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho várias coisas para procurar explicar. Vou começar por responder ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros, a questão que me pôs primeiro sobre a distribuição das Agendas pelas ilhas. Mas talvez eu possa também ainda precisar melhor, antes de responder às três questões que me pôs, que as Agendas pertencem aos consórcios, quer nacionais, quer regionais, neste concurso cujas regras foram definidas a nível nacional pelo Governo da República.

Mas começando, faz parte das obrigações das Agendas, dos respetivos anexos, uma distribuição concelhia. E é por isso que eu posso responder relativamente à pergunta: há investimentos em todas as ilhas, direta ou indiretamente e com a responsabilidade que pertence aos consórcios eu pedi essa informação para poder dizer que, de facto, sim. Por exemplo, a Agenda do Turismo estão aqui as verbas: São Miguel, 47,3 %; Terceira, 12; Santa Maria, 2,2; Graciosa, São Jorge... Várias percentagens.

Portanto, há uma distribuição que eu diria um pouco como o Ministro da Economia: depois de entregues as Agendas, ele também referiu, apesar de possuir informação escassa... É normal, porque isto pertence ao domínio das empresas e das candidaturas a fundos comunitários.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eles não querem ouvir!

O Orador: Não é um processo dirigido, não é um processo centralizado nos governos, mas existe. Por exemplo, no caso de São Jorge, que foi aqui já levantado, tem, por exemplo, dois investimentos diretos: a Uniqueijo e a Santa Catarina.

Estamos a falar sempre, também quero frisar aqui, em processos de industrialização. E quando se fala das micro, pequenas e médias empresas, temos de pensar à luz de processos inovadores, associando tecnologia, mudança de paradigma da produção da cadeia de valor de indústrias, porque estas Agendas Mobilizadoras são para a reindustrialização e para a descarbonização. Portanto, as Agendas Verdes para a descarbonização; as Agendas Mobilizadoras de Inovação são para a reindustrialização.

Portanto, sim, há uma distribuição.

Deputado Francisco César (PS): Não há!

O Orador: Verifico, quer na do turismo, quer na distribuição da Agroindustrial, quer na do Mar, que existe aqui uma distribuição que consta pela tal distribuição concelhia e cobre as diversas ilhas da Região.

Relativamente à segunda pergunta, este concurso, nesta primeira fase, é um concurso de ideias. As ideias, se forem tão más como as críticas que estão a ser feitas por partidos da oposição, elas serão reprovadas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é só da oposição, Sr. Secretário!

O Orador: Portanto, a verba fica.

O júri nacional, com peritos nacionais e internacionais, vai apreciar ideias. Não é a atribuição de fundos pelo Governo Regional.

O Governo Regional não atribuiu fundos nenhuns.

É bom lembrar que isto é um concurso de ideias, que tem de ter mérito, porque se são tão más assim vão todas ficar “na praia”. Não são aprovadas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não! O problema é que são sempre os mesmos!

O Orador: E se não forem aprovadas – pergunta o Sr. Deputado Vasco Viveiros – o que acontece aos 117 milhões de euros?

Pois a resposta está dada pelo próprio Ministro do Planeamento. Ele diz que até se esgotar o montante dos 117 milhões de euros, em processos deste tipo, já sabem que são processos nacionais. Estes 117 milhões de euros nunca estarão na disponibilidade do Governo Regional,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque foi assim negociado. Não é por “obra e graça do Espírito Santo”.

É 1%, consignado aos Açores, em gestão nacional. É o que está escrito.

Não vale a pena, de facto, fugir à realidade. Isto é tão factual, tão factual, que não vale a pena contrariar.

Mas, de facto, diz que até se esgotar.

Qual é o problema?

É que, de facto, estas primeiras Agendas, que foram na tal corrida contra o tempo, são importantes. Todos estes investimentos têm de estar concluídos até 2025 e são investimentos na área industrial.

Pergunta-se: onde é que estão as pequenas e as micro-empresas?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já assumiu! Não estão, nem vão estar!

O Orador: Elas terão, nos 580 milhões de euros do PRR, na área da recapitalização.

Deputado Miguel Costa (PS): Ó Sr. Secretário...

O Orador: Não! Elas estão aqui! Estão 76 entidades.

Mas eu estou a responder, estarão! Há verbas!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Deputado Rui Martins, já tem aqui a resposta! Não estão!

O Orador: Isto que está aqui é uma pequena parte dedicada à reindustrialização dos Açores e se tiver êxito.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é uma pequena parte, é um quinto!

O Orador: As outras, existe ainda mais para os empresários: 125 milhões na recapitalização.

Deputado Francisco César (PS): Essa ainda vamos ver!

O Orador: Mais de 200 milhões no PO 2030.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é preocupante, Sr. Secretário!

O Orador: Para além de que o PO 2020 e o COMPETE continuam. Ainda estão em vigor.

Perguntou-me também o Sr. Deputado Vasco Viveiros, e eu já tinha dado a resposta ontem ao Conselho Económico e Social.

Deputado Carlos Silva (PS): Também não sabia de nada!

O Orador: Eu tenho pouco tempo. Tenho que utilizá-lo. Tenho muitas coisas para responder.

Mas respondendo se poderão entrar empresas que, tendo projetos inovadores, porque sem projetos inovadores esta Agenda não serve. É para projetos,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Da Quinta do ananás!

O Orador: ... não é para empresas. Os projetos é que estão na chave.

Deputado Carlos Silva (PS): O IROA é um projeto inovador!

O Orador: São os projetos que são apreciados, os projetos estruturantes. Os projetos inovadores, que se sentem excluídos, o Ministro do Planeamento já deu a resposta.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A distribuição em São Miguel está bem atribuída!

O Orador: “Questionado sobre se consórcios, depois de formados, poderiam acrescentar novos elementos, o Ministro explicou (e é ele que deve explicar), que o concurso é nacional,...

Deputado Francisco César (PS): Então se é tudo nacional, porquê a Região!

O Orador: O Ministro é socialista!

... já que as propostas de consórcios são privadas (o Ministro é Socialista), não me parece que do nosso lado possamos impor a presença de outros, mas o nosso *softpower*...”

Deputado Miguel Costa (PS): *Softpower*?

O Orador: Palavras do Ministro!

“... pode levar à sugestão de integrar alguns parceiros (mas não formalmente), mediante a constatação de que falta alguma componente”.

Mas passando para outras questões que foram levantadas:

Sr. Deputado Rui Martins (indo diretamente a perguntas que me fez), se a Uniqueijo está? Consta juntamente com a Santa Catarina. São investimentos diretos em São Jorge.

Também a Fruter foi ouvida no dia 6 de setembro. Portanto, estive com a Câmara de Comércio.

Há um conjunto de empresas que foram recrutadas. Esse estudo, não vou estar a lê-lo aqui, mas há escrutínio de tudo isto: quem foi convocado, em que datas, por quem...

Portanto, relativamente às reuniões montadas pela Câmara do Comércio, o Governo Regional teve lá sempre o seu representante. Eu intervim nas 3 agendas, na apresentação da reunião, explicando ao que vínhamos, explicando que era um concurso nacional, que o processo era voluntário, que as empresas é que se tinham que organizar e retirei-me da reunião deixando sempre lá um elemento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Orador: Portanto, essa presença do Governo Regional é fundamental, mas acima de tudo o que é fundamental é percebermos todos que estamos perante um concurso de ideias e que não foram atribuídos fundos.

Se tiverem mérito, porque é que estamos a criticar tanto? Se o processo voluntarista empresarial é o único que existe para fundos comunitários?

Isto não é um concurso para distribuir dinheiros. São processos que Bruxelas, entretanto, impôs aos países todos de forma a modificar as estruturas produtivas, e viabilizar projetos transformadores.

E é por isso que este é um processo mais complexo. É também por isso que nós também, como Governo, e não custa nada a assumir, foi difícil. Isto não é um processo fácil (Agendas Mobilizadoras) para a estrutura empresarial que temos nos Açores, para a fragilidade do tecido económico.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é um atestado de incompetência!

O Orador: Mais!... Porque são sempre aos mesmos, porque são os que estão cá.

Srs. Deputados, se viesse um grande grupo económico não precisava de pedir licença para vir fazer uma Agenda Mobilizadora. Porventura não encontrou aqui o espaço – nem aqui, nem na Madeira –, a expressão territorial ou as vantagens competitivas, que lhe permitiram fazer essa decisão.

Nós estamos aqui, todos, muito zangados uns com os outros, porque as empresas são de cá. Se fossem de fora ninguém protestava.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

Veja-se: o problema de fazer ou de não fazer?

Eu tenho aqui, a única posição (e não estou a fazer crítica nenhuma, é uma constatação). O Governo da Madeira pronunciou-se no Diário de Notícias da Madeira, no dia 14 de agosto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mesmo assim, 15 dias antes do Sr. Secretário!

O Orador: Disse que isto era muito interessante, que havia muitas condições das empresas madeirenses, juntamente com a Universidade e os institutos tecnológicos, participarem, mas pelos visto não se moveu e não houve Agendas.

Portanto, a diferença é podermos, com erros, com certeza...

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é que promoveu?

O Orador: Quem é que não comete erros em processos difíceis?

Agora, que houve a intenção de aproveitar uma primeira oportunidade... Esta é a primeira oportunidade. E se foi mal feita, vai ser anulada e o que se pretendeu (já agora porque se falou, e o Sr. Deputado Pedro Neves falou, do problema seja da KPMG, seja da Deloitte),...

Deputado Carlos Silva (PS): Afinal é Deloitte!

O Orador: Eu li, mas isso é uma questão de atenção, Sr. Deputado Carlos Silva. Tem de estar mais atento, desculpe lá.

Deputado Carlos Silva (PS): Inicialmente não estava a KPMG! Foi alterada uma!

O Orador: O que eu queria explicar, é que das 8 empresas consultadas, como isto era um processo complexo, caso houvesse inêxito, o custo gasto fosse mínimo. Tem uma parte fixa que é mínima, que são 0 para a Agenda do Turismo, 5 mil euros para a Agenda da Agroindústria e 5 mil euros para a Agenda da Economia do Mar.

A parte variável é 29 mil euros para a economia do turismo, são 24 mil para a agroindústria e 27 ou 28 também ... Tenho os valores aqui, posso dar-lhe com todo o gosto.

Não tem nada com 70 e tal e mil euros.

Deputado Pedro Neves (PAN): Em 3, são 80 mil de euros!

O Orador: Significa que se houver êxito, cada um dos consultores (são 3 Agendas) receberá 30 mil euros.

Já está publicado.

Deputado Carlos Silva (PS): Foi alterado, Sr. Secretário!

O Orador: Mas isso é o número de contribuinte, Sr. Deputado, não é o valor.

Deputado Carlos Silva (PS): Não, não! É da Deloitte!

O Orador: Desculpe!

Deputado Carlos Silva (PS): Três meses depois! Isso é que é transparência.

O Orador: Portanto, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Contrato em agosto, publicado em outubro!

O Orador: ... outras questões que foram postas aqui, Sr. Deputado José Pacheco, perguntou porque é que não estavam lá as pequenas e perguntou: tem responsabilidade?

O Governo Regional tem responsabilidade do que fez, mas não tem a responsabilidade do concurso. Se a verba fosse da Região, perguntar-me-ia: o senhor abriria este concurso?

A resposta é não!

Deputada Andreia Cardoso (PS): O problema não está na verba, está na distribuição!

O Orador: Agora, depois do concurso estar aberto a nível nacional, poder dinamizar o tecido empresarial regional, e não outro qualquer (estes são os mesmos, são os que cá estão) e poder encontrar formas...

Deputado Carlos Silva (PS): Não se enterre mais!

O Orador: ... do tecido empresarial aproveitar esta oportunidade com o apoio técnico... O que se passa aqui é como ter uma apreciação positiva num júri complexo, relativamente a matérias de transformação do tecido empresarial?

É isto que nós procurámos fazer. Se o fizemos da melhor forma, veremos também no júri. Se fizemos mal, a resposta do júri nacional será a recusa destes projetos e temos de aguardar novas oportunidades, sabendo que a verba não é perdida.

Estamos é a tentar não perder é a oportunidade, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Sérgio Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começava por aquilo que o Sr. Secretário Regional das Finanças acabou de dizer e para discordar profundamente.

O Sr. Secretário acabou de dizer que isto foi para os que cá estão.

Não, Sr. Secretário! Isto não foi para as 4.500 pequenas e médias empresas açorinas que foram excluídas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que excluiu?

O Orador: Isto não foi para os 4.500 pequenos empresários que lutam diariamente para manter as suas empresas, para criar postos de trabalho, para criar riqueza, porque a economia dos Açores, o setor empresarial dos Açores assenta não nas duas dúzias de empresas beneficiadas. São nas mais de 4.000 pequenas e médias empresas...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é demagogia!

O Orador: ... que empregam milhares e milhares e trabalhadores e que foram excluídas neste processo. É esta a realidade.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Penso que, sobre este debate, nós estamos todos esclarecidos. Aliás, ontem, o Conselho Económico e Social, sintetizou, e muito bem, esta matéria e disse: “este processo confirma a falta de transparência. Não foi um processo aberto, nem competitivo.” – cito o Conselho Económico e Social, ontem.

Depois de se conhecer, a iniciativa do Partido Socialista, depois da conferência de imprensa, e depois da do Bloco de Esquerda, como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, já ninguém foi responsável por esta matéria.

Aquilo que o Governo anunciava no início de setembro como uma grande intervenção de reestruturação da economia, já não tinha responsabilidade.

Aquilo que as Câmaras de Comércio anunciavam como uma grande intervenção de reestruturação da economia, afinal já não foi nada com eles e chegámos ao dia de hoje a responsabilidade não tem ninguém que a assuma.

Mas, cada dia que passa se conhece mais a verdade e a verdade vem sempre ao de cima.

Hoje, nós ficámos a saber que perante dois factos objetivo:

Primeiro, não houve qualquer critério transparente, objetivo, de seleção das empresas.

A questão base é porque é foram escolhidas, selecionadas 30 empresas e excluídas 4.500 empresas? É essa a primeira questão.

Segunda, porque é que não foi publicitado? Porque é que não foi anunciado? E porque é que não foi devidamente dado a conhecer esta matéria às empresas todas?

Porque é que o modelo de recrutamento, o modelo de contacto, foram reuniões fechadas, reuniões sem conhecimento, em que incluiu poucos e excluiu todos?

Este é o cerne da questão deste debate.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas, hoje, tivemos a resposta do Governo. Não publicitaram, não anunciaram, segundo o Sr. Secretário, porque em agosto estavam de férias e porque em setembro estavam em campanha eleitoral. Foi isso que disse o Sr. Secretário.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não apoiado!

O Orador: Segundo: as outras empresas não foram incluídas porque não eram competentes, não eram inovadoras, não eram capazes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O pior ataque de sempre! Os senhores são piores que o Bloco de Esquerda!

O Orador: O que nós assistimos aqui por parte do Governo, foi ao maior ataque à estrutura fundamental produtiva regional feita. Ou seja, foi dizer que nos Açores temos 30 empresas capazes e temos 4.500 empresários e empresas incapazes.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E que os milhares de postos de trabalho que estas empresas criam não são significantes para o futuro da nossa região. É isso que está aqui efetivamente em causa.

Mas, permitam-me dizer, Sr. Secretário, que nós não entramos naquilo que é a pessoalização deste debate.

Essencialmente não aceitamos aquilo que assistimos nos últimos dias. O Sr. Secretário Regional das Finanças não é, não pode ser, o bode expiatório deste processo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Isso tem de ficar muito claro, porque estas 3 Agendas não foram feitas por si só. Estas 3 Agendas envolvem diversos departamentos do Governo:...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... a Secretária Regional dos Transportes e Turismo, Secretaria Regional dos Assuntos do Mar, Secretaria Regional da Agricultura.

Onde é que estavam esses Membros do Governo? Onde é que estão esses Membros do Governo?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Por isso, Sr. Secretário Regional das Finanças, não permitam que façam de si o bode expiatório deste processo, como já fez, aliás, publicamente a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, de forma que não considero justa, nem correta.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, é bom dizer que de acordo com a legislação aprovada pelo Governo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... no início de setembro, a gestão política, a competência política do PRR, não é do Sr. Secretário Regional das Finanças. É do Conselho do Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E quando foi a decisão tomada por este Governo, e quando se está aqui a discutir uma matéria que é competência do Conselho do Governo, que é presidido (ou era!), pelo Presidente do Governo, o que assistimos aqui é que o Presidente do Governo não está presente no debate onde a matéria que está em causa é competência política e decisão política do Conselho do Governo, e não de nenhum membro do Governo, individualmente.

Deputada Ana Luís e Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Mas não precisava estar regulamentado e de ter sido o Governo a definir isso, porque numa matéria de 117 milhões de euros, em que o Governo assumia aqui hoje que afinal pode não ser aprovado nada, tendo em conta o processo como foi feito, há uma matéria que eu pergunto:...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi nada disso! Seja sério!

O Orador: O Presidente do Governo não acompanhou, não teve conhecimento, não esteve preocupado e não esteve a verificar permanentemente a evolução deste processo?

Ou também o Presidente do Governo, só teve conhecimento deste processo, pela comunicação social, quando a legislação definia que era competência do Conselho do Governo, ao qual ele preside, o acompanhamento e a decisão política sobre tudo isto? É este o cerne da questão.

Termino como começámos: o que está aqui em causa é a exclusão de 4.500 empresas. Não são apenas os 117 milhões de euros. Foi o que aqui hoje foi dito: os Açores têm, na opinião do Governo, 30 empresas capazes, competentes e boas (não vou discutir agora quais são e porque são) e tem 4.500 empresas que não são capazes, que não são competentes e que não merecem aceder a esses fundos.

A isto chama-se discriminação, a isto chama-se exclusão, a isto chama-se ter um modelo de desenvolvimento da Região que não passa pelas 9 ilhas, e essencialmente dizer aos nossos empresários que o futuro da Região não passa por eles e que o futuro da Região não passa pelos seus trabalhadores.

Isto é que é grave e isto não é uma questão de um membro do Governo, é uma questão de desenvolvimento da nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu estava à espera do momento em que ouviríamos o responsável, durante 20 anos, de ter colocado 70% dos fundos comunitários, ao serviço do público, ignorando completamente todas as pequenas e médias empresas desta Região, levantar-se para defender o indefensável da parte do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

O Orador: Estava só à espera deste momento, deste revisionismo histórico que o Partido Socialista faz desta questão e desta enxurrada de mentira,...

Deputado Berto Messias (PS): Boa tentativa, Sr. Deputado!

O Orador: ... desta enxurrada de falsidade, sobre o processo que estamos aqui a tratar e a discutir, sobre o qual o Sr. Secretário até já deu bastantes esclarecimentos a esta câmara.

É claro!... É claro!... Mais vale uma mentira que cai bem, do que uma verdade que não convém.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É essa a postura do Partido Socialista.

Eu podia, aqui, reafirmar que este não é um processo conduzido pelo Governo Regional dos Açores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é?

O Orador: Sra. Deputada, quer ouvir?

A Sra. Deputada, desde o início, cada vez que se fala a verdade e que se diz que esta foi uma verba retirada aos Açores pelo Governo da República, para administração pelo Governo da República, para gestão pelo Governo da República, que nomeou uma Comissão de avaliação das ideias que são apresentadas, que este é um processo dos privados...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Deputado leia: as empresas! Não é um processo privado, é um processo público com os privados!

O Orador: Eu percebo, que o Bloco de Esquerda tenha uma saudade, e uma visão da economia, planificada, em que o Governo é que dá ordens aos privados.

Aliás, tivemos nos Açores, durante muitos anos, um Governo que dizia quais são os privados que podem concorrer a cada fundo e cada projeto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): As agendas falam por sio!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

O Orador: Nós sabemos bem o que é um tipo de economia em que o Governo sugere às Instituições Particulares de Solidariedade Social, quais são as empresas que devem contratar...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nós também conhecemos muito bem o “Clube do Bolinha”!

O Orador: ... e outros modelos de gestão da economia planificada a que nos fomos habituando, infelizmente nos Açores, e que nos atiraram para a Região da Europa com maior número de pobres, por habitante, neste séc. XXI.

Eu podia também lembrar todos os erros do passado, mas o que importa aqui ao Grupo Parlamentar do PSD, neste momento e para já, é uma coisa:

É reconhecer a humildade com que o Sr. Secretário se apresentou neste Parlamento,...

Deputado Miguel Costa (PS): Que remédio!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foi deixado sozinho!

O Orador: ... a falar daqueles que foram os erros que eventualmente cometeu, enquanto entidade que podia ajudar a divulgar esta situação e porquê? Porque quem tinha a gestão e a obrigação de divulgação nacional deste processo era um Governo do qual os senhores são parte na República e que não fez qualquer divulgação em parte nenhuma do país.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

Deputado Sérgio Ávila (PS): A culpa ainda vai acabar em D. Afonso Henriques!

O Orador: Era isto que esta importante esclarecer, para os açorianos saberem, de uma vez por todas, que estes 117 milhões de euros, que foram retirados à região, os tais 4% menos 1%, aliás, os tais 5% menos um, porque eram os 5% que eram para vir para a Região e depois o Governo da República entendeu, “não, não, não, aqui há 1% destes 5% que nós é que vamos gerir...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Deputado, sabe que 4% ou 5% é um quinto. Portanto, estamos a falar de um quinto dos recursos!

O Orador: ... que nós é que vamos decidir”

Sr. Presidente, eu percebo que aquela voz que vai ecoando aqui no meu microfone é desagradável para mim, mas é muito mais desagradável para o debate.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Os apartes são regimentais!

O Orador: Mas a senhora não está a fazer apartes. Está a discursar por cima de mim.

A senhora não está a fazer apartes. A senhora está a discursar por cima de mim.

Pronto! Infelizmente, lá de vez em quando, consegue tirar-me um bocadinho o raciocínio.

Mas quero dizer, reafirmar e reforçar o seguinte:

Há aqui algumas situações que nós temos que, de facto, reconhecer e, por outro lado, reafirmar.

Reconhecer que a atitude do Governo Regional perante uma situação em que não havia, provavelmente, por parte da iniciativa privada da Região, o suficiente conhecimento e divulgação daquilo que eram os procedimentos neste modelo complexo que foi implementado e decidido pelo Governo da República, o Governo Regional decidiu ser impulsionador dessa organização. Chamar a atenção de que havia aqui uma oportunidade que se podia perder e que se devia eventualmente aproveitar.

Esse reconhecimento acho que tem de ser feito.

Não foi feito eventualmente como deveria fazer se fosse o titular deste processo, se fosse o dinamizador deste concurso. Eventualmente sim. Se o Governo Regional e a Secretaria Regional das Finanças fosse quem tivesse a mão deste processo, a decisão sobre esta situação, eventualmente tinha ainda mais críticas a ser feitas no modelo de divulgação.

Mas perante aquela situação que se verificava a 1 de setembro, em que o Governo Regional sabendo, ou prevendo, que podíamos perder esta oportunidade, impulsionou os privados, estimulou-os, a se organizarem, a apresentarem-se e a mobilizarem-se.

Há aqui outra situação que tem de ficar clara, de uma vez por todas, neste debate, e que me custa como parlamentar, como cidadão, mas sobretudo como (enfim!...) representante do povo açoriano, que conhece a verdade e que vê que continua a ser repetida uma mentira para tentar ofuscar essa verdade.

Qualquer empresa, Sr. Deputado Sérgio Ávila, dos Açores, podia, se quisesse, organizar-se com outras empresas, constituir um consórcio e concorrer a este concurso de ideias.

Ninguém estava excluído, nem foi excluído em momento nenhum, porque isto é um processo livre, das empresas se poderem organizar.

Este Governo não tomou, nem toma decisões neste processo.

Deputado António Lima (BE): Tomou, tomou!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tomou! Quem é que contratou as empresas?

O Orador: O Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, que é inimigo das empresas, e da iniciativa privada,...

Deputado António Lima (BE): Não, não!

O Orador: ... fica agora com esse ar de “virgem ofendida” porque alguma empresa, eventualmente, não teve conhecimento, se calhar, porque não foi...

Deputado Pedro Neves (PAN): Porque não lhe telefonaram. Só telefonaram a 8 empresas!

O Orador: Não, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não houve pessoas excluídas, mas houve empresas escolhidas!

O Orador: Não, Sr. Deputado! Não foi isso que aconteceu.

Não foi ninguém escolhido.

Deputado Pedro Neves (PAN): A Câmara do Comércio disse que escolheram algumas empresas!

O Orador: O que foi feito foi o Governo Regional a tentar impulsionar o empresariado regional para se organizar e a tentar que as empresas dos Açores pudessem aceder a estes fundos.

Para terminar, e porque vivemos numa Região com 4 mil milhões de encargos para o futuro, graças ao Sr. Deputado que me antecedeu a intervir, o Sr. Deputado Sérgio Ávila, e graças à sua gestão das finanças públicas regionais, eu até lhe devo dar aqui um elogio: é quando a Sra. Deputada Sandra Faria, ali, daquela tribuna, disse que este Governo não tinha liderança, eu lembro-me bem quando diziam que o senhor é que era o líder do Governo e não o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que se senta à sua frente.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Grande saída!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 44 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está inscrito o Sr. Deputado Carlos Furtado, a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

Eram 12 horas e 08 minutos.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário das Finanças, apesar deste processo não ter sido, nem de longe, nem de perto, um processo perfeito, eu quero mostrar-me solidário consigo.

E mostrar-me solidário porque, como se diz na igreja, na saúde e na doença, na alegria e na tristeza, as pessoas devem estar juntas.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

E as duas cadeiras da frente deviam estar ocupadas, assumindo elas as suas responsabilidades que não assumiram.

Portanto, a si, que é o único que, e passe a expressão, está a ser pendurado na cruz hoje, tem a minha solidariedade.

Quanto ao processo em si, devo dizer, Sr. Secretário, e já que não tem mais ninguém, a quem eu possa criticar diretamente, que este processo foi alvo de muitas falhas. Falhou na publicitação (temos consciência disso), falhou na transparência, falhou, e de que maneira, na promoção da igualdade de direitos de oportunidade às empresas açorianas, falhou na credibilização do próprio processo porque fica manchado no meio dessas situações todas. Falhou até, este Governo, neste processo, como alternativa ao sistema, ao sistema que padecia de todos esses erros e que agora, um ano depois, ou ainda a menos de um ano da tomada de posse deste Governo, já se começa a ver situações que eu gostava de não ver.

Realmente, e vamos aos factos, há situações que são indesmentíveis. A verdade, Sr. Secretário, é que das ditas empresas que aparecem agora nesta listagem, muitas delas têm proximidades ao sistema. A verdade é que este Governo é que vai pagar às empresas de consultoria, ou à empresa de consultoria, para dar apoio às ditas empresas do sistema.

A verdade é que essa despromoção do direito de igualdade de oportunidades vai trazer problemas, e muito graves, às pequenas e médias empresas da nossa Região que, de forma séria, com a sua humilde tesouraria, com a sua

humilde capacidade de vingar nesta terra, vai ficar discriminadas negativamente neste processo.

Isso será, seguramente, Sr. Secretário, e porque não tem mais ninguém para ouvir, uma mancha neste Governo.

Devo dizer que gosto de ter visões abrangentes e imparciais daquilo que se passa em meu redor, e devo dizer que contrariamente àquilo que já ouvi aqui hoje, que foi, alguém que corrupção, amiguismo e compadrio só existe para a esquerda, mas para a direita já não existe, já não se vê, porque parece que não há. Aliás, até sai-se em defesa de...

Da minha parte, eu devo dizer, e para terminar, Sr. Secretário, que, se aquilo que se passou recentemente com esta situação das Agendas Mobilizadoras se tivesse acontecido com o Governo do Partido Socialista, eu ficaria revoltado e indignado.

Como gosto de ser imparcial nessas coisas, tirem as vossas conclusões.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo a Câmara que acompanha os nossos trabalhos, nas galerias, o antigo Deputado desta Casa, Engenheiro Cláudio Lopes, a quem saúdo em nome deste Parlamento.

(Aplausos da Câmara)

Tem agora a palavra, para participar no debate, o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, nesta segunda intervenção, e depois de decorridas algumas horas já deste debate, começo por dizer que há aqui argumentos que, de facto, precisam de ser desmontados e precisam de ser esclarecidos.

Apesar, julgo eu, das críticas a este processo serem, por demais, claras e evidentes, o Governo tenta passar a ideia de que, qualquer empresas, nos Açores, obviamente, se poderia ter candidatado, a estas Agendas. Mas isso é apenas teoria.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O PSD acusa do Bloco de Esquerda de querer uma espécie economia planificada. Já lá vamos à planificação.

Mas será que qualquer empresa poderia concorrer a estas Agendas em pé de igualdade, como qualquer outra?

Deputado Joaquim Machado (PSD): É um direito que lhes assiste!

O Orador: Então, como é que o Governo explica a participação nessas Agendas, e até a liderança de uma delas, chamada Economia do Mar, de diversas entidades públicas e até do Governo no seu todo? Da Direção Regional do Turismo? Da SATA? Do IROA? Da Portos dos Açores, como já referi?

Então alguém acredita que alguma empresa, ou algum grupo de empresas, nesta Região, fosse apresentar uma Agenda alternativa, para concorrer, com agendas do setor privado, patrocinadas, defendidas e participadas pelo Governo Regional?

Alguém acredita que estas não são as Agendas oficiais da Região, as Agendas do Governo, as Agendas que os partidos que integram o Governo apoiam?

Estas são as Agendas dos Açores, porque estas são as Agendas que o Governo participa e nenhuma empresas, no seu perfeito juízo, iria concorrer contra o Governo para retirar verbas a uma Agenda que é do Governo. Não haveria outra forma de fazer essas Agendas?

Ninguém perderia essa oportunidade, porque o Governo liderou o processo e nem sequer, obviamente, passaria pela cabeça de alguém.

E depois, diz o PSD, que não querem uma economia planificada.

Mas então o que é isto? O Governo não participa nestas Agendas? Não tem projetos? Não está a planificar?

A mim, parece-me, que está a planificar.

O problema não é a planificação, Sr. Deputado João Bruto da Costa. O problema é a democracia. E há de me explicar quando é que foi a votos uma estratégia de aumentar em 140% o número de dormidas nos Açores até 2030, para 7 milhões de dormidas? Onde é que foi a votos essa estratégia? Onde é que foi a votos a criação de uma tarifa Açores para turistas? Onde é que isto foi a votos? E quem é que paga, já agora?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é contra votos!

O Orador: Está na Agenda, leia! Se não leu convido-o a ler.

Onde é que foi a votos o transporte marítimo no triângulo Terceira, Graciosa e São Jorge?

Não estou a dizer que discordo. Onde é que isto foi a votos, com 16 milhões de euros?

Aliás, já perguntaram aos Estados Unidos se concordam em transformar a Base das Lajes num museu? É que é isto que está na Agenda do Turismo, por exemplo, a transformação da Base das Lajes num museu.

Eu não discordo, mas se calhar haverá quem discorde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não discorda de nada, afinal!

O Orador: Sr. Deputado, estas Agendas são antidemocráticas, porque são uma planificação da economia pelo poder económico, em conluio com o Governo. Não há outra forma de o classificar.

E são uma forma de contornar o poder do Parlamento e até de contornar, como já se viu a responsabilidade do Governo nesta matéria.

A prova disso é que o grande responsável pelo Governo nem se dignou em dar a cara e explicar este processo, aqui no Parlamento, perante o Deputados. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por um testemunho. É com surpresa que vejo o Partido Socialista queixar-se que o Sr. Presidente, ou o Sr. Vice-Presidente, não estejam na bancada do Governo.

É o mesmo Partido Socialista que, durante anos, achou natural que o Presidente do Governo não estivesse, ou que o Vice-Presidente do Governo não estivesse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

E que, inclusivamente, eu testemunhei, por diversas vezes, que o Sr. Deputado Berto Messias, sozinho, naquela bancada, à sexta-feira, respondia por atacado a todos os temas: ambiente, finanças, agricultura, tudo... Era um Membro do Governo com um conhecimento enciclopédico, capaz de não responder a nada. Era isso que ele fazia, não respondia a nada!

Por isso, é evidente que essas críticas, para quem esteve até há tão pouco tempo no poder, não fazem vencimento.

Deputado Berto Messias (PS): Não seja injusto comigo, Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Em segundo lugar, é impressionante o desconhecimento, é impressionante a falsidade de muitos dos argumentos que aqui têm sido aduzidos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Muitas vezes é desconhecimento por parte de alguns, e por parte de outros, é pura e simplesmente hipocrisia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: A verdade é esta: mas quem é que não sabe que esta verba... Nós tínhamos 5%, inicialmente, do PRR (a Região Autónoma dos Açores). E o que é que aconteceu?

O Governo da República disse-nos, com a conivência do Partido Socialista, que nós geríamos 4% e o outro 1% é gerido pelo Governo da República. O senhor ficou calado e não disse nada. Isso é que é um ataque à Autonomia dos Açores e é essa questão que estamos a discutir, aqui, hoje.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

O Orador: Porque nós não estamos a discutir a questão que é da responsabilidade do Governo Regional, que são os 4%, que aqui serão discutidos e que são da responsabilidade deste Parlamento também, de gestão direta desses 4%. Nós estamos a falar é da responsabilidade da gestão desse 1%, que não é do Governo Regional, é do Governo da República, que é do vosso partido, do Partido Socialista, apoiado pelo Bloco de Esquerda.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

Deputada Ana Luís (PS): Não estamos é a discutir isso de certeza absoluta!

O Orador: É este 1%!

E se alguém tem competência para excluir alguém, no âmbito seja do que for, é o Governo da República,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

O Orador: ... porque o Governo Regional, nesta matéria, não tem competência de gestão. Esta é que é a verdade.

Os senhores sabem ou não sabem que isto é assim?

Os senhores sabem ou não sabem que esta responsabilidade é do Governo da República?

Dizem os senhores: há aqui uma pergunta do Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro se acha que a informação sobre as Agendas Mobilizadoras foi bem-feita?

Sabe o que é que ele lhe vai responder?

Foi, porque foi eu que a fiz. Foi eu que fiz a divulgação das Agendas Mobilizadoras, porque essa é uma responsabilidade do Governo da República, não é uma responsabilidade do Governo da Região Autónoma dos Açores.

Sabe, o que é que ele lhe vai responder?

Sim! Eu fiz o que fiz para todo o país, porque a divulgação que foi feita das Agendas Mobilizadoras, quem é que a fez?

Foi o Governo da República!

Para quem?

Para todo o território nacional, para os Açores...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

O Orador: ... para a Madeira e para o território continental.

Portanto, a divulgação é da responsabilidade do Governo da República e foi isso que foi feito.

Deputado Sérgio Ávila (PS): D. Afonso Henriques também foi culpado!

O Orador: Este são alguns dos pontos que interessa destacar e que mostram a falácia dos vossos argumentos.

Porque é que os Srs. Deputados não criticaram o Governo da República, em relação à divulgação destas Agendas? Porquê?

O Governo da República é que é o responsável. É só ler o que está escrito no aviso de abertura.

Há aqui muita gente e também alguns analistas que eu vejo que não leram os documentos, pura e simplesmente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah, leram, leram! Foi exatamente porque lemos!

O Orador: Não leram o aviso de abertura, não leram os documentos legais, não leram nada disso.

Vêm aqui, dizem assim umas coisas que saem bem, de caráter populista e demagógico e, pronto, estamos convencidos.

Evidentemente, se forem ao site, recuperarportugal.pt, está lá toda a informação...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olhe, mas as Agenda estão, veja lá!

O Orador: ... e a informação é para todo o território nacional.

Dizem também, como se estivessem a Rússia, do Putin, esta informação foi cortada, não chega.

Que eu saiba, o site chega e esta informação chega a todo o conjunto do país. Ou houve aqui uma qualquer interrupção desta informação? Não houve! Isso é falso e os senhores sabem que é falso.

Depois, pela voz da Sra. Deputada Sandra Dias Faria, dizia a Sra. Deputada:

“O Governo dos Açores não anunciou e escondeu deliberadamente o acesso a estes fundos à generalidade das empresas da Região”.

Escondeu? Mas então o anúncio é nacional. Como é que escondeu?

Se há responsabilidades nesta matéria, então o Governo da República é que é o responsável por gerir este 1%. É que escondeu essa informação aos açorianos...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

... em detrimento de outras regiões do país. Só pode ser a conclusão a que V. Exa. chega.

Escondeu? Mas então a divulgação foi feita pelo Governo da República, pelo Governo Socialista da República.

Depois, outro “tesourinho” da Sra. Deputada Sandra Dias, que falava em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

“Não abriu candidaturas de acesso”, diz a Sra. Deputada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Podia ter optado por fazê-lo se quisesse! Assim teriam todos acesso!

O Orador: Mas o Governo Regional é que é o responsável por abrir candidaturas de acesso?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porque é que não o faz?

O Orador: Isso é de uma ignorância brutal, nesta matéria.

Mas o Governo Regional, que não tem competência, que não lhe foi delegada competência, é que pode abrir candidaturas de acesso nesta matéria, em detrimento daquelas que são as competências do Governo da República? É falso!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é não!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quem não leu os documentos foi o senhor!

O Orador: É falso!

E mais!...

O que é fundamental nesta matéria...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O Governo escolheu empresas, quando todas podiam ter acesso!

O Orador: ... é que há uma questão essencial:

Se as empresas dos Açores não estavam a concorrer, e são os tais 117 milhões de euros, o que é que o Governo Regional devia ter feito?

Deveria ter cruzado as mãos, não fazia nada, e ficava à espera, como por exemplo, outras regiões do país, ou até a Região Autónoma da Madeira, em que os grupos de organizassem, porque é isso que está aqui no aviso de abertura do concurso, que é as empresas é que concorrem.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Não estão a concorrer porquê?

O Orador: Portanto, não o fazendo, o que é que o Governo Regional deveria fazer?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Deputado, no Continente as comunidades intermunicipais fizeram-no!

O Orador: O que o Governo Regional deveria fazer é, pura e simplesmente, não fazer nada e então os senhores estariam agora aqui a dizer “o Governo Regional foi negligente, porque se perderam 117 milhões de euros para a Região, porque não fez nada e porque não deu nenhum contributo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

Era o que os senhores estariam agora aqui a dizer.

Portanto, o que o Governo fez foi tentar que o tecido empresarial da Região pudesse apresentar concurso, pudesse apresentar-se neste concurso de ideias e pudesse criar os consórcios.

Portanto, foi isso que o Governo Regional fez.

Chegados aqui, há uma entidade que teve especial responsabilidade. Isso é dito por vários agentes, que é a questão da Câmara de Comércio de Ponta Delgada, nomeadamente o Dr. Mário Fortuna.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem é que o convidou?

O Orador: Trata-se de algo legítimo, ou seja, isto é para as empresas privadas, é para o setor empresarial, deve ser o setor empresarial a ter esta capacidade de decisão, porque a decisão pública é sobre os outros 4%, não é sobre este 1% que é do Governo da República e que é dirigido às empresas.

Portanto, esta entidade, que goza do estatuto de utilidade pública, e que tem estas competências que lhe foram delegadas pelo Estado,...

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que diz os princípios que estão aí, Sr. Deputado?

O Orador: ... o que deveria ter feito era uma gestão que não fosse uma gestão arbitrária e que não fosse uma gestão que a informação não chegasse de forma igual a todos, porque existindo uma informação igualitária para o conjunto do país, a partir do momento em que há uma informação...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas os açorianos não estão a concorrer com o resto do país! Têm um pacote próprio!

O Orador: ... que privilegia, a partir das Câmaras de Comércio, umas empresas e outras não, a partir daí é que há uma diferença.

Há testemunhos de empresas que dizem que não foram contactadas. Há testemunhos de empresas que dizem que não foram a nenhuma reunião...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Está aqui, Sr. Deputado!

O Orador: ... e que não foram convocadas para o efeito.

Há testemunhos de outras Câmaras do Comércio que dizem que a liderança foi da Câmara de Comércio de Ponta Delgada e do Dr. Mário Fortuna.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E quem é que convidou esse senhor para a liderança do processo!

O Orador: Há empresas que transmitem esta informação.

Portanto, sobre esta matéria, e se isto foi assim, o Dr. Mário Fortuna tem muito para explicar aos seus associados,...

Deputada Sandra Faria (PS): Ele não é Presidente do Governo!

O Orador: ... tem muito para explicar ao seu tecido empresarial.

Portanto, essa é que é a questão fundamental e que eu considero que é importante esclarecer.

O Dr. Mário Fortuna tem que explicar como é que foram feitas essas escolhas e qual foi a sua responsabilidade nesta matéria.

Deputada Ana Luís (PS): Isso fica-lhe tão mal, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, aqui não é o passa culpas. São as culpas objetivas, de quem tem a responsabilidade e tem de as assumir.

Eu, em toda a minha vida, assumi aquelas que são as minhas responsabilidades.

Deputada Ana Luís (PS): E agora põe as culpas nos outros. O senhor tem responsabilidades porque faz parte do Governo!

O Orador: Outros, neste processo, terão de assumir as suas responsabilidades.

Eu, pelos testemunhos que tenho, o Dr. Mário Fortuna não dirigiu, não coordenou estes trabalhos, esta presença das Câmaras de Comércio da melhor

forma. Esta é uma questão que eu considero que deve ser aqui abordada neste debate.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o Governo nisso lava a suas mãos!

O Orador: Concluindo:

É importantíssimo que estas verbas cheguem aos Açores. Não se pode desistir destas verbas. Apesar delas serem verbas, são verbas que são geridas pelo Governo da República (torno a repetir), e em relação à aplicação e atribuição destas verbas, essa decisão não é do Governo Regional.

É, mais uma vez, do Governo da República.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Graças a Deus! Isso é uma bênção!

O Orador: É o Governo da República que vai analisar estas propostas e as vai aceitar ou não.

Mais uma vez, não é uma decisão que vai ser feita na Região. Esta decisão não vai ser tomada na Região por culpa do Governo da República que nos retirou estes 1% de gestão no PRR. Nós tínhamos 5 e tiraram-nos 1% desta gestão do PRR.

Portanto, essa é que é a questão fundamental.

Concluindo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminou.

O esforço que estava a ser feito nesta matéria, era um esforço essencial (foi um esforço essencial!), e é importante que estes 117 milhões de euros, agora, nesta fase, e em fases posteriores, cheguem à Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por falar em exercício, vamos tentar fazer aqui um exercício e acreditar naquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse (ou não acreditar).

Neste caso, o Governo não fez qualquer ilegalidade, isso é verdade, mas há completamente uma imoralidade respeitante a isto. É disso que nós estamos a falar, não estamos a falar de ilegalidade, porque a responsabilidade é do Governo da República. Foi o Ministro que telefonou o Dr. Mário Fortuna. “Oh, pá! Arranja aí umas empresas! Trata do assunto que nós não temos nada a ver com isso”.

Aliás, foi o Governo da República que pagou a KPMG e pagou à Deloitte. Foram os consultores que, supostamente, na segunda lista é que escolheram.

Sr. Deputado Bruto da Costa, o senhor disse que nenhuma empresa foi excluída.

Claro! Sem dúvida! Nenhuma empresa foi excluída!

Mas algumas empresas foram escolhidas.

O senhor disse, também não. Eu disse isso como um aparte, mas eu tenho uma transcrição aqui, da Antena 1,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu estou a dizer que Governo não escolheu ninguém!

O Orador: ... do senhor Dr. Mário Fortuna, onde perguntaram sobre as listas. “As listas foram inicialmente sugeridas por nós (Câmara do Comércio) e houve nomes que nem sequer foram endereçados, porque os entrevistadores entenderam que não era preciso.”

Diz mais:

“Era impossível, em tão pouco tempo,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Governo não escolheu ninguém!

O Orador: ... porque houve um mês, no máximo para fazer isto”, porque houve as férias, houve as eleições autárquicas e esquecemo-nos de tudo.

Isto começou logo em julho (em julho!), não foi em setembro.

“Se era preciso fazer mais entrevistas, tínhamos feito”. Então houve entrevistas.

Agora perguntamos:

Quem é que meteu ao barulho a Câmara de Comércio?

Foi a Câmara do Comércio que decidiu sozinha: eu vou avançar sozinha. Vou esquecer a Câmara de Comércio da Horta e de Angra do Heroísmo, vou liderar todo o caso, vou pagar às consultoras externas, relativamente a todo este envelope financeiro que é irrepetível, desse 1% dos 5% que nós temos direito, e não há aqui, Sr. Deputado Paulo Estêvão, ignorância da parte dos deputados novos. O estudo foi feito, a investigação foi feita, nós sabemos do que é que falamos, não estamos aqui a falar de demagogia.

A responsabilidade do Governo foi de inação ou sonegação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Essa é a diferença.

Se foi de inação é amadorismo, está mal. O Governo está errado.

Se não foi e foi de sonegação de informação, está igualmente errado.

Não existe um meio-termo, não existe neste caso dar a responsabilidade ao Governo da República. Isso não é uma coisa séria. Não estamos a ser sérios. Essa é a diferença.

Quem é que deu o poder às Câmaras do Comércio para decidir quais eram as empresas?

A Câmara de Comércio de Ponta Delgada disse que as empresas foram contratadas pela Câmara de Comércio. Quem decidiu se não o Governo?

O Governo tem a obrigação.

E um Governo com menos de um ano (ainda não fez um ano), a prioridade absoluta deste Governo, era mostrar transparência, seriedade e confiança aos açorianos e ao tecido empresarial açoriano, porque tem de mostrar trabalho. Mas não! Prefere fazer comparação com os Governos anteriores. Esse é o vosso argumento.

Os senhores esquecem-se do argumento principal: os senhores tinham que mostrar que a transparência e a seriedade deste Governo estava acima de tudo e vocês não conseguiram demonstrar isso.

Os vossos argumentos (ou não!)... A República é que decide quais são as empresas. Engraçado! Como é que eles descobriram determinadas empresas aqui nos Açores?

Depois, o Governo não fez absolutamente nada, não é responsável sequer sobre 117 milhões.

Quando teve acesso ao relatório da KPMG, porque pelos vistos foi a KPMG que decidiu as áreas, as empresas e o valor da candidatura, o Governo não meteu as mãos à parede e disse “isto não pode ir assim para o Governo da República?”.

Deputado Carlos Silva (PS): Estava de férias!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Neves.

O PAN esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor. Tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Faz favor, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, eu gostaria de saber os tempos, se fizesse o favor, e gostava de saber quem era o Deputado que estava inscrito a seguir.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Faça favor, Sr. Secretário, para anunciar os tempos. Tem os atualizados.

Posso informar que os Srs. Deputados que estavam inscritos a seguir são os Srs. Deputados Vasco Cordeiro, Nuno Barata e José Pacheco.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Obrigado, Sr. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Uma interpelação.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para solicitar informação ao Sr. Presidente se este debate termina aqui ou se continua? Muito obrigado.

Presidente: O debate termina quando os tempos terminarem, Sr. Deputado, e o Sr. Secretário já os vai anunciar antes de conceder o intervalo regimental solicitado.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 2 minutos e 38 segundos, o PS de 14 minutos e 51 segundos, o PSD de 7 minutos e 15 segundos, o CDS de 7 minutos e 13 segundos, o Bloco de Esquerda de 2 minutos e 2 segundos, o PPM esgotou o seu tempo, o CH dispõe de 5 minutos e 56 segundos, a Iniciativa Liberal de 7 minutos e 12 segundos, o PAN esgotou o seu tempo e o Sr. Deputado Independente dispõe de 1 minutos e 26 segundos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Regressamos às 15 horas para dar continuidade ao nosso debate.

Bom almoço.

Eram 12 horas e 36 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Vamos então dar continuidade ao nosso debate de urgência, a pedido do Partido Socialista.

Estava inscrito, antes da hora de almoço, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro a quem dou a palavra. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Eu gostaria de começar esta intervenção por felicitar a Direção do Grupo Parlamentar do PSD pela sua eleição e desejar votos dos maiores sucessos e também dirigir uma saudação a todas as Sras. Deputadas (julgo que são só Sras. Deputadas), que assumiram funções, pela primeira vez, neste plenário, desejando-lhes também os votos das maiores felicidades no desempenho das suas funções.

Este debate aproxima-se da sua conclusão e pode dizer-se que as intervenções que aqui foram feitas revelaram muito mais do que aquilo que aqui foi dito. Mas, mesmo assim, deixaram por esclarecer muito daquilo que é necessário esclarecer a propósito deste assunto.

Julgo que quer o Governo, quer os grupos parlamentares que o suportam incorreram num erro. E o erro foi o de considerar que este era um assunto do Grupo Parlamentar do PS de crítica ao Governo. Não! Não é!

Este não é um assunto do Grupo Parlamentar do PS; este não é um assunto, sequer, que tenha a ver com apenas empresas e empresários; este não é sequer um assunto que tenha a ver apenas com a economia e com fundos comunitários.

Este é um assunto que tem a ver com valores como a transparência, a isenção, a imparcialidade, o não favorecimento de uns poucos em detrimento de muitos.

É por isso que, na minha opinião, já a caminhar para a conclusão deste debate, o Governo, os Grupos Parlamentares e a Representação Parlamentar que o suporta não perceberam o que é que aconteceu.

Não perceberam o que é que aconteceu na sociedade açoriana em relação a esse assunto, não perceberam o que é que aconteceu hoje, aqui. Isso é lamentável.

É lamentável, porque é bem revelado, em primeiro lugar, pela ausência do Sr. Presidente do Governo deste debate, violando, aliás, aquilo que o próprio Governo aprovou. Esta ausência é absolutamente lamentável! Esta ausência é absolutamente lamentável.

Deputado Joaquim Machado (PSD): No seu tempo, o senhor nem aparecia cá! Isso é que lamentável!

O Orador: Porque se alguém tinha que dar também explicações aqui...

O Sr. Deputado Joaquim Machado está deserto para intervir neste debate.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com certeza!

O Orador: Então peça a palavra e intervenha.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nem vinha cá durante a semana!

O Orador: Espero que me seja descontado o tempo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pedi para eu intervir e eu estou a fazê-lo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado, deixe o Sr. Presidente, ainda, falar!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, permitam que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro continue a sua intervenção.

Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: A ausência do Sr. Presidente do Governo deste debate, fugindo ao debate, contrariando tudo aquilo que ele proclamou, é um mau sinal para a forma como este Governo encara a sua responsabilidade para com este Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: Numa matéria que é absolutamente decisiva, não apenas em relação ao futuro da Região,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quantas vezes o senhor faltou a debates?

O Orador: ... mas atrevo-me eu a dizer, em relação a este Governo. Esta é uma matéria absolutamente decisiva.

A ausência do Sr. Presidente do Governo, deste debate, é um indício de que não perceberam o que é que está aqui em causa. Mas há outros argumentos que indiciam que não perceberam o que é que está aqui em causa. Pasmem-se! São apenas 100 milhões.

Tanto barulho por causa de 100 milhões? Quis-nos fazer crer o Sr. Secretário Regional das Finanças...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não apoiado!

O Orador: ... e os deputados que intervieram em sua defesa?

Bom, eu penso que este argumento e a forma como ele é posto diz tudo (tudo!) em relação a este Governo não ter percebido o que é que aconteceu a propósito deste assunto.

Mas há um terceiro argumento, que é dizer: “desculpem lá, isto foi apenas uma falha de comunicação, isto foi aqui um problema de informação”.

Não, não foi. Não foi um problema de informação, não foi um problema de comunicação.

Aquilo que está aqui em causa é, mais uma vez, o mau relacionamento que este Governo tem com a transparência, com a isenção...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não apoiado!

O Orador: ... e com a forma de se relacionar com a sociedade, com a economia e com os empresários.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Isto não augura nada de bom.

Por que razão é que este problema não é apenas um problema de comunicação?

Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Ainda assim é mais pequeno do que o buraco que deixaram!

O Orador: O Conselho do Governo aprovou, em agosto, o modelo de governação do PRR e, nesse modelo de governação do PRR, estão bonitas palavras como as seguintes: “a governação do PRR obedece aos princípios gerais seguintes:

- Princípio da transparência e prestação de contas que determina a aplicação à gestão dos fundos europeus das boas práticas de informação pública dos apoios a conceder, e concedidos, e de avaliação dos resultados obtidos”.

Isto foi aprovado em Conselho do Governo.

Onde é que está o Sr. Presidente do Governo para responder pela aplicação daquilo que ele próprio aprovou?

Mas também o modelo de governação diz que: “há o princípio da participação que determina o envolvimento de todos os órgãos de governação nas várias fases do PRR Açores (de todos os órgãos de governação), desde a fase de conceção à fase de implementação e avaliação, garantindo o amplo envolvimento dos parceiros económicos e sociais e das organizações relevantes da sociedade civil.”

Onde é que estão o Sr. Presidente do Governo para responder pela falha do cumprimento daquilo que ele próprio fez aprovar em Conselho do Governo?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): O Sr. Primeiro-Ministro é que tem de responder!

O Orador: Mas mais. “O modelo de governação do PRR diz que o órgão de coordenação política é o Conselho do Governo, que lhe compete assegurar a coordenação política e estratégica do PRR Açores.”

Onde é que está o Sr. Presidente do Governo para responder pelo incumprimento e pela falha no cumprimento daquilo que ele próprio fez aprovar?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E a leviandade (porque não tem outro nome) e a ligeireza com que é encarada esta questão, não augura nada de bom.

Não há uma segunda oportunidade para causar uma primeira boa impressão e este Governo, no período de programação financeira de 2021 a 2027, e concretamente nos primeiros fundos do PRR, já desbaratou por completo a oportunidade que tinha para causar uma primeira boa impressão. Desbaratou nos Açores, e pior, desbaratou a imagem dos Açores no país e na Europa em relação à forma como geriu esse assunto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Este não é um problema apenas de comunicação e de informação. Não!

E há coisas aqui que não estão esclarecidas e que precisam de ficar esclarecidas, porque esses 117 milhões fazem parte de um pacote de 3 mil milhões de euros, que entre 2021 e 2027, a Região tem à sua disposição, tem a responsabilidade de aplicar.

Portanto, isso não apenas um problema de informação.

O Governo diz que só avançou, porque as empresas não avançaram, e porque as férias prolongadas, e a campanha eleitoral, podem ter sido a causa das empresas não terem avançado. Mas o Governo, a 15 de julho (a 15 de julho!), decorridos 15 dias sobre a data de abertura deste aviso para a entrega de candidaturas a empresas, já estava a reunir com a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, sobre esse assunto.

O Governo não avançou só depois de estar provado que as empresas não avançavam. O Governo avançou, desde o início, porque quis condicionar, desde o início, os resultados do processo de candidatura a estes fundos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Antes de decorrido um mês, antes de decorrido o primeiro mês de apresentação de candidaturas, o Governo já estava a negociar com os consultores para eles intervirem neste processo.

O primeiro contrato tem a data de 5 de agosto, o que quer dizer que não é verdade o argumento de que o Governo só interveio neste processo, porque as empresas não intervieram.

Não. Os senhores condicionaram este processo desde o início. E condicionaram (convém também esclarecê-lo) de uma forma, que nos parece, particularmente, criticável e censurável.

Diz também o Sr. Secretário que isto foi para as empresas que cá estão.

Sr. Secretário da Agricultura (certamente que em Conselho do Governo se terá pronunciado sobre esse assunto), se é para as empresas que cá estão, o que é que justifica que seja copromotor da Agenda Mobilizadora na área da agricultura, uma empresa da Azambuja?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Tem uma parte da Casa dos Açores!

O Orador: O que é que justifica que seja copromotora, na Agenda da Agricultura uma empresa da Azambuja?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): É uma parte da Casa dos Açores!

O Orador: Sr. Secretário do Turismo, certamente que o senhor terá decidido, em Conselho do Governo, que era assim que se avançava.

O que é que justifica que haja, como coprodutor, na Agenda do Turismo, uma empresa de Paranhos? De Paranhos!

Deputado Nuno Barata (*IL*): Do país vizinho!

O Orador: Ó senhores, cada vez que os senhores tentam explicar isso, mais se enterram,...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): O senhor só diz metade da verdade!

O Orador: ... mais complicam e mais se adensa, o nevoeiro e a névoa, sobre este processo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Interessa esclarecer aqui um assunto:

O problema do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, conforme foi referido pelo Sr. Deputado Sérgio Ávila, não são as empresas dos Açores.

Nós temos um problema: como é que uma empresa de Paranhos e outra de Azambuja entram nestas Agendas Mobilizadoras? Mas isso os senhores explicarão.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Foi aquelas que o senhor investiu milhões de euros. Estão aqui os resultados!

O Orador: Peça a palavra e fale, se quer explicar. Os açorianos merecem que o senhor se levante e explique.

Mas o nosso problema são as mais de 4 mil empresas que ficam de fora. E não vale a pena a desculpa: bom, não se mexeram.

A sua responsabilidade, a vossa responsabilidade, era exatamente a de mobilizar essas empresas para que também elas pudessem beneficiar desses fundos, em termos de inovação, em termos de modernização e em termos de aproveitar os fundos para reforçarem a sua competitividade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E os senhores não o fizeram, porque não quiseram.

Por negligência, ou por vontade específica, os senhores resolveram que estes fundos não beneficiaram essas outras empresas. Foi por isso que excluíram empresas e é por isso que isto é contestável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Os açorianos estão gostando de o ouvir!

O Orador: O Sr. Secretário da Agricultura quer falar, não quer?

Deputado Miguel Costa (*PS*): Está nervoso!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Que nível!

O Orador: Já agora fale. E o do Turismo a gente também gostava de saber. Da Azambuja e de Paranhos! Ao que isto chegou!

Mas de qualquer das formas o que eu gostaria de lhe dizer, Sr. Secretário, é o seguinte:

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Ao que isto chegou!

O Orador: É verdade!

O Sr. Secretário fez-me lembrar... Com todo o respeito, o seu posicionamento aqui, e a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, fez-me lembrar aqueles romances cordel, em que há uma donzela, enfeitada com grinaldas de margarida, que é apresentada como sacrifício à turbamulta.

Coube-lhe esse papel neste debate e o Sr. Deputado Paulo Estêvão reservou o papel de “donzela” para o Prof. Mário Fortuna.

Sr. Secretário, nós não aceitamos o seu sacrifício (nós não aceitamos o seu sacrifício!).

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Muito bem!

O Orador: Quem tem de explicar é o Governo e o Presidente do Governo. Sobretudo, como é que uma decisão do Conselho do Governo foi, de forma tão flagrante, violada pelo próprio Governo.

Os senhores fizeram “tábua rasa” daquilo que aprovaram, em agosto.

A 30 de setembro os senhores fizeram “tábua rasa” daquilo que aprovaram em agosto.

E agora digam-me: com que credibilidade é que os empresários, as empresas, a sociedade açoriana, olha para este Governo na aplicação dos restantes três mil milhões de euros?

Os senhores não imaginam o dano que causaram, e que estão a causar, à Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os senhores juntaram-se e tomaram o Governo por causa dos fundos comunitários.

Veremos se não serão os fundos comunitários a deitar abaixo este Governo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): A boca fugiu para a verdade! O problema não são os empresários, é o Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

(Diálogo entre o Secretário Regional da Saúde e o Deputado Carlos Silva)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, eu quero dar continuidade aos trabalhos. Sr. Secretário, faz favor de me permitir que dê continuidade aos trabalhos? Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Igualmente daquele lado, Sr. Presidente!

Presidente: O Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, estamos perante um momento decisivo do futuro dos Açores, mas não só. Estamos também perante um momento decisivo de Portugal e da União Europeia, no contexto internacional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: E este é o pecado, o grande pecado que tem este debate, é ser um debate demasiadamente tardio. O grande drama que estamos aqui a encarar hoje, apesar das escolhas terem sido mal feitas, das empresas não terem sido as ideais, dos promotores não serem, se calhar, aqueles que gostavam de ser, das empresas bafejadas não serem aquelas que gostavam de ser, é que o desenho de todo este Plano de Recuperação e Resiliência não está feito para alcançar as famílias e muito menos as famílias açorianas que, mesmo num contexto de ultraperiferia, além de viverem em ultraperiferia, vivem num estado de atraso económico e social considerável em relação aos seus parceiros da União Europeia.

Isso está desenhado de uma forma generalista, vindo de uma união que não olha sequer ao seu povo, e é, por isto, que esta união também está em risco, mas este é debate para outras andanças.

Há aqui uma espécie de dirigimos da economia, mesmo que o Partido Social Democrata não goste. Há aqui, não é uma espécie, há mesmo um dirigismo da economia! Essas Agendas Mobilizadoras são parecidas aos Planos Quinquenais da ex-União Soviética. Isso é quase igual aos Planos Quinquenais da ex-União Soviética. Até a União Soviética percebeu que não servia para desenvolver coisíssima nenhuma, tanto que se atrasou em relação ao resto do mundo civilizado.

São planos altamente específicos, dirigidos e a executar por alguns escolhidos.

“Não foi o Governo que escolheu”, diz o Governo.

Claro que não foi o Governo que escolheu, mas foi o Governo que escolheu quem ia escolher. Isto ainda é pior do que escolher.

Escolher quem vai escolher, é pior do que escolher. É não ter a coragem de escolher.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Joaquim Bastos e Silva*): Por acaso não é!

O Orador: Isto é um erro estratégico colossal. Isso foi meter 117 milhões de euros na mão de meia dúzia de consultores. Estes já ganharam o seu. Estes já tiveram a sua recuperação económica. Estes já se “safaram”,...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Também não é verdade!

O Orador: ... para usar a terminologia que o nosso povo gosta que se use e eu, como sou um homem do povo, gosto de usar.

Esses 16 mil milhões de euros que vêm para Portugal não vão chegar às famílias, nem vão chegar às PME. Esse é o desafio que se deixa aqui hoje. É o Governo dos Açores impor-se, por forma a aplicar os outros 580 milhões de euros de forma diferente, daquilo que a União Europeia diz que é para fazer, e daquilo que Portugal diz que é para fazer.

Isto aqui é Açores e quem manda aqui são os açorianos.

No dia que nós não formos capazes de fazer diferente não estamos aqui a fazer nada.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Isso já é verdade!

O Orador: Então emigramos e somos três ex-distritos autónomos. Não estamos aqui nesta Casa a fazer nada. Essa é que é a questão, é pegar já nas malinhas, amanhã, Sr. Secretário, e ir sentar-se com o Sr. Ministro e mudar isto tudo.

Se isto for para fazer igual, vai ficar igual. Se formos aplicar os próximos 580, como vão aplicar estes 117, nós vamos ficar ainda pior do que estávamos, porque este dinheiro vai parar, de facto, para Azambuja, para Paranhos, ou para o quinto dos infernos, e nós não chegamos a ver nada.

Em relação às famílias está escrito: o Sr. Deputado, umas vezes ponta de lança, outras vezes com a carro-vassoura do Governo, ainda há bocadinho falou nisto: os avisos, vão ver os avisos. Os avisos para as famílias, para a agenda social. Estão abertos dois avisos:

Um para mobilidade verde social, viaturas elétricas para as IPSS. Isso chega às famílias? Zero!

Outro: eficiência energética das habitações (vão lá ler o que está escrito). Chega às famílias? Zero!

Deputado Francisco César (PS): Chega, chega!

O Orador: Não chega, não!

Portanto, se continuarem neste caminho que a União Europeia decidiu que nós havíamos de continuar, eles ficam todos muito mais ricos e nós todos cada vez mais pobres. É esta a realidade.

Portanto, Sr. Secretário, faça a malinha amanhã e ponha-se a caminho para ver se resolve este assunto, porque o aviso está aqui deixado e fica dito também para os empresários que estão lá em casa e que estão muito indignados por não terem sido bafejados com esses 117 milhões.

Se não se mexerem, se ficarem à espera de que alguém se mexa por eles, vai-lhes acontecer a mesma coisa que os 580 que aconteceu com estes 117.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há uma coisa engraçada que o Sr. Deputado Francisco César tem, às vezes, dificuldade em perceber, mas alguém percebeu. É que, em termos futebolísticos, o ataque é sempre a melhor defesa.

No fundo, a conclusão a que eu chego aqui, e o Chega chega, é que nós tivemos aqui um ataque numa defesa.

Numa defesa, de quê?

O Governo da República olha para os Açores, de uma forma, como umas ilhas distantes, umas ilhas esquecidas. E negoceia as coisas.

Quem é o Governo da República?

É o Governo Socialista, do António Costa, que não está nada preocupado com os Açores e que faz aqui um 31, e que o Governo Regional foi a jogo.

Deputado João Vasco Costa (PS): O que é fez o Líder do seu partido?

O Orador: Foi a jogo e correu mal. É a conclusão a que eu chego.

Pois, o euro milhões, às quarta-feira e ao sábado sai a toda a gente.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Há terça e à sexta!

O Orador: Não! Há quarta e ao sábado, porque são os dias que nós já sabemos os números.

O que se passou aqui é que toda a gente já sabe os números do Euromilhões.

Mais onde é que estavam os senhores em agosto, em julho e em setembro?

Eu não ouvi nada. Eu estive cá no último plenário. Isto não veio a debate.

As pessoas acordaram, depois de uns músicos de ouvido soprarem ao ouvido uma série de coisas.

A verdade é que isto correu mal. Para o nosso Governo correu mal. Já reconheceu isso.

O Sr. Secretário, disse, e disse bem, que se calhar não se metia numa desta se tivesse o poder de decisão. Tentou-se minimizar o dano, mas realmente não correu bem.

Como dizia o Sr. Deputado aqui ao lado, e muito bem, realmente (e eu tinha-lhe feito essa pergunta), não cabiam as pequenas empresas, ou não iam ter capacidade, ou são muito difíceis de se juntar.

É difícil. E vão para os suspeitos do costume. E os suspeitos do costume, usando esta terminologia, indica outra coisa: é que nós desconfiamos destas empresas.

Se nós desconfiarmos destas empresas, e eu ouvi e li na comunicação social que eles estavam todos muito incomodados com isso, se estão todos muito incomodados com isso, olhem, meus amigos, está aqui o Chega que defende a transparência...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Então os senhores têm as ferramentas na mão. Ainda há poucos dias anunciámos, que vamos ter um gabinete anticorrupção.

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é que vai gerir isso?!

O Orador: Os senhores estão acusando que houve corrupção, os senhores estão acusando que houve tráfico de influência.

Se estão acusando isto, eu sou o primeiro a subscrever que haja um inquérito para nós apurarmos se isso é verdade ou mentira.

Agora, virmos para aqui, no sábado, depois de sair o Euromilhões, dizer que os números eram estes ou aqueles, é muito fácil para qualquer pessoa.

A última pergunta, para todos:

Interessa, ou não, que o dinheiro venha para os Açores?

Isto é que é importante saber.

Como é que ele veio? Nós já percebemos que não veio pelo melhor caminho, mas interessa saber se o dinheiro faz falta ou não aos Açores, porque eu já ouvi aqui algumas conversas que parece que o melhor era o dinheiro não vir para os Açores. Eu não tenho a mesma opinião.

É verdade que o Governo, aqui, não inspira confiança, mas há que melhorar isso.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Deputado, vamos todos para Azambuja!

O Orador: Vamos trabalhar, vamos em frente. Agora, não vamos é deixar tudo a perder porque alguém suspeita e alguém que “emprenhou pelos ouvidos” (e peço desculpa pela expressão), acha que tudo é corrupto, que tudo está malfeito. Vamos então trabalhar. Foi o que eu li na comunicação social.

Os senhores podem branquear hoje e vir falar das 4 mil empresas.

O que eu li na comunicação social foi que isto era tudo um bando de ladrões e de vilões...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Fale por si!

O Orador: ... e que ia parar o dinheiro sempre aos mesmos. Foi o que eu e peço desculpa (e os açorianos leram).

Contra esses factos não há argumentos.

Foi o que foi dito e é isso que nós temos de saber: se somos todos uma cambada de vilões ou se afinal estamos aqui a tentar remediar a coisa, que não correu bem. Eu sou o primeiro a dizer e o Sr. Secretário também admitiu. Eu não tenho de defender o Governo, mas também não tenho que pôr o Governo na fogueira.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo CDS-PP, o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Eu vou começar esta intervenção, após a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, regressando ao dia 14 de outubro, não foi assim há muito tempo.

No dia 14 de outubro, de manhã, o Deputado Vasco Cordeiro, aponta Portugal como exceção na articulação do PRR. “A falta de participação das autoridades locais e regionais na definição dos instrumentos da recuperação da crise pandémica é uma das questões que tem marcado o debate em Bruxelas, na Semana Europeia das Regiões e Cidades.

Vasco Cordeiro considerou que Portugal é de certa forma a exceção”.

Depois, à tarde, o “Partido Socialista dos Açores acusa Governo Regional de gestão ilegal das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência”.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: E...

O Orador: Aqui, aparece a cara do Deputado Vasco Cordeiro.

Justiça lhe seja feita, não é o Deputado Vasco Cordeiro, é a Vice-Presidente da sua bancada, a Deputada Sandra Faria, que faz as afirmações.

Mas a realidade é esta: de manhã Partido Socialista, ou o Deputado Vasco Cordeiro, diz que Portugal é uma exceção. À tarde, o Partido Socialista diz que o Governo é criminoso na gestão do PRR.

Eu acho que tinham de acertar agulhas...

Deputada Sandra Faria (PS): O senhor não percebe o que lê?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E para Azambuja? E Paranhos?

O Orador: ... no mesmo dia, antes de fazerem declarações à comunicação social.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS, PPM e Membros do Governo)

Relativamente a esta discussão e às perguntas que eu fiz no período da manhã ao Sr. Secretário, eu reitero algumas das questões, porque, do ponto de vista da saúde, e do turismo de saúde, há um facto que é inegável: os hospitais públicos regionais e o Serviço Regional de Saúde, no passado, fizeram um esforço para haver uma certificação, em termos de qualidade das instituições públicas.

Numa fase inicial, a entidade certificadora era uma entidade inglesa, o *King's Fund*. Depois, numa fase posterior, essa certificação passou a ser feita pela *Joint Commission*.

O interesse de ser a *Joint Commission*, uma entidade americana, era o facto de nós podermos potenciar o turismo de saúde nos hospitais da Região, tendo uma entidade certificadora americana, logo, acreditada, e por sua vez poder ter aqui alguma facilidade em prestar serviços a seguradoras americanas. No fundo, trazer um crescimento económico para os Açores, por esta via.

Por isso, não posso deixar de reiterar ao Sr. Secretário, juntamente com um outro assunto que tem a ver com a Fruter e com a UNICOL, na Ilha Terceira: De acordo com aquilo que foi veiculado pelo Sr. Ministro da Economia, na República, que disse que deveríamos exercer o nosso *soft power*...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e numa fase posterior tentar agregar novos participantes para estas Agendas Mobilizadoras, para estes consórcios, é isso que espero que o Sr. Secretário faça.

Eu sei que não vai ter muito tempo para responder a esta questão em concreto, por isso fica já, no fundo, esse desejo. É um pedido reiterado do CDS para que, do ponto de vista daquelas que são as empresas que têm potencial na Ilha Terceira, como a Unicol e a Fruter...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): No fundo, está tudo bem!

O Orador: ... (elas foram ouvidas, mas depois por algum motivo acabaram por não ser integradas nestes consórcios), que elas possam ser, efetivamente parceiras neste processo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Chama-se *performance*!

O Orador: Bem como a questão do turismo de saúde, é algo que para os Açores pode ser efetivamente muito rentável e que não deve passar ao lado das entidades públicas que já temos, que têm qualidade, que têm profissionais de saúde qualificados.

Se bem me lembro, o próprio Hospital Internacional dos Açores, nem sequer é certificado. Espero bem que esta verba a que se candidata, não seja para uma certificação, quando nós temos esses processos nas entidades públicas.

Depois, por outro lado, e para terminar a minha intervenção, gostaria de resumir aqueles que, para mim e para o CDS, são os três factos desta discussão.

Por um lado, o Governo Regional, e na pessoa do Sr. Secretário Regional das Finanças, assumiu que mais, ou melhor, poderia efetivamente ter sido feito na divulgação dos anúncios do Governo da República, acerca das Agendas Mobilizadoras.

É um facto, foi assumido. Valha a humildade deste Governo em reconhecer aquilo que corre menos bem.

Por outro lado, também é um facto inegável que as Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores não estavam mobilizadas, e não mobilizaram os seus associados, para poderem usufruir destes mecanismos de apoio, o que é a prova que nós necessitamos que estas organizações, estes organismos,

estejam cada vez mais proativos e atentos a todo e quaisquer mecanismos de apoio e de estímulo à economia e às empresas regionais.

É um facto, que também é indesmentível, porque não podemos dizer que o Governo é responsável, quando o próprio tecido empresarial não estava preparado para acorrer àquilo que são os anúncios do Governo da República, tenham sido mais ou menos divulgados. Isso também é um facto.

Por fim, o último facto, é que o anterior Governo Regional, presidido pelo agora Deputado Vasco Cordeiro, hipotecou 20% do PRR, exatamente aquele que se destinaria, em exclusivo, ao sector empresarial, público ou privado da Região Autónoma dos Açores. Deixou na mão do Governo da República.

O Governo Regional do Partido Socialista, neste particular, entregou a Autonomia ao Governo da República.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo Bloco de Esquerda tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, tenho pena de uma coisa neste debate. É que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tenha perdido os seus dotes de gestão do tempo e tenha esgotado os seus 12 minutos numa única intervenção.

De facto, há aqui um argumento que utilizou e que de certa forma já tinha sido utilizado pelo Governo, sobre a divulgação deste processo.

Dizia o Sr. Deputado Paulo Estêvão que a divulgação foi da responsabilidade do Governo da República, que pôs no seu site, na internet, e, assim, estava

bem feito. Os empresários estão a ir todos os dias ao site do PRR, a clicar no *refresh*, para ver quando é que sai o aviso.

Sr. Deputado, essa noção de transparência e de divulgação é do séc. XIX, só que no séc. XIX não havia internet. Afixava-se na porta e sabia quem lá fosse ver.

Não é assim que as coisas funcionam.

O Governo, pelos vistos, achou que depois a divulgação não funcionava. O que é que fez o Governo? Divulgou. Reuniu com os empresários, fez ações de divulgação, enviou emails, fez telefonemas?

Não!

O Governo, com quem quis e bem entendeu, com as Câmaras de Comércio, embora elas neguem, criou Agendas. Participou das Agendas e escolheu quem quis. Essa é uma verdade inquestionável, porque o Governo contratou consultoras e escolheu quem quis.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é uma mentira!

O Orador: O que se pergunta é qual foi o critério? Com que base? Em que regulamento? Que processo de seleção? E quem é que escolheu? Pelos vistos nem o Governo sabe. Alguém saberá, mas alguns membros do Governo, pelos vistos, nem sabem bem porquê?

O resultado foi, por um lado, uma estratégia de desenvolvimento, com 117 milhões de euros, porque é uma estratégia para vários setores, uma estratégia que não foi a votos, que ninguém votou, que ninguém debateu e é uma estratégia escondida dos açorianos.

Depois, o resultado é profundamente imoral.

O Sr. Deputado José Pacheco dizia que leu os jornais e que era sempre para os mesmos. Quem disse isso foi o Bloco de Esquerda e reafirmo.

Mas o senhor por acaso acha bem que a COFACO, que despediu, há dois ou três anos, 160 trabalhadores, vá receber mais 6 milhões de euros? O senhor acha bem?

Deputado José Pacheco (Chega): Não acho bem!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O Bloco de Esquerda está irmanado com o Chega?

O Orador: O senhor acha bem que o Hospital Internacional da Lagoa esteja com projetos de muitos milhões de euros, quando os hospitais dos Açores estão à míngua? O senhor acha bem?

O senhor acha bem que esse dinheiro que é necessário, em tantas áreas da economia, tenha sido escolhido a dedo, e tenha sido atribuído a empresas, e ninguém sabe por que razão e por que motivo?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Se acha bem, está tudo dito sobre a noção de transparência e de combate à corrupção, porque, pelos vistos, resume-se a um gabinete.

Deputado José Pacheco (Chega): Os senhores querem atingir o Chega dos Açores, mas não conseguem!

O Orador: É essa a sua noção de combate à corrupção.

Termino dizendo que para o Bloco de Esquerda este processo está viciado, está inquinado e não pode, de nenhuma forma, continuar. Não pode ser aceite.

A única solução para nós, aceitável para este processo, é o seu reinício e a sua retoma, com transparência.

Bruto da Costa (PSD): Está aqui! O senhor tem esse poder lá fora!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mantenha-se sempre assim!

O Orador: É por isso que dizemos que um processo desta forma, com esta falta de transparência, mancha o Governo e mancha também, infelizmente, a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Faz favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começava a minha intervenção por notar, na intervenção do Sr. Deputado António Lima, que o senhor fala que a internet do séc. XIX é que era bora.

Deputada Sandra Faria (PS): Ele não disse isso!

O Orador: Eu acho que o seu revisionismo histórico ficou bem demonstrado nessa sua intervenção, sobre a internet do séc. XIX. Mas, pronto, já vimos bem que o Bloco de Esquerda diz aquilo que lhe vem à cabeça para tentar justificar e repetir uma mentira muitas vezes.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E então? O senhor está agarrado a esse papel há horas!

O Orador: Eu tenho aqui o aviso, Sr. Deputado, das Agendas Mobilizadoras, publicado no sítio da internet, no séc. XXI, relativo ao recuperar.pt.

Só para explicar que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro juntou o PRR tudo no mesmo.

Nós já demonstrámos suficientemente, e o senhor sabe disso, escusa de repetir essa mentira, que não estamos a falar da mesma coisa.

Estamos a falar daquela parte do PRR que nos foi retirada e que, no ponto 10.º do anúncio, na página 16, diz assim:

“Divulgação de resultados e pontos de contacto.

O acesso às informações e esclarecimento poderá ser feito através de candidaturas PRR (recuperarportugal.gov.pt);

IAPMEI, Plano de Recuperação e Resiliência (e-mail, info@iapmei.pt.);

E a linha de apoio do IAPMEI.”

Deputada Sandra Faria (PS): E a linha de apoio não faz nada!

O Orador: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro ainda me há de explicar e convencer, sem ser só com esse teatro de meias verdades, qual é a parte do Governo Regional que tem intervenção neste anúncio, nesta divulgação,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Qual foi a parte que o senhor não percebeu?

O Orador: ... nesta informação, de resultados e pontos de contacto.

É no IAPMEI?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Se o senhor reunir com as Câmaras de Comércio e com os consultadores percebe a outra parte!

O Orador: É no recuperarportugal.gov.pt?

Não é, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Uma coisa que eu tenho que lhe dizer com toda a frontalidade: a retirada de 1%, daquilo que estava reservado para os Açores gerirem, do PRR, ou seja, dos 117 milhões de euros que os senhores dizem que o Governo (terá de ser o da República, porque ele é que é responsável) distribuir ilegalmente,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E os senhores queixaram-se? Estão a queixaram-se de quê?

O Orador: ... aquilo que é o 1% que foi retirado à Região Autónoma dos Açores e a sua gestão ao Governo Regional e aos açorianos, pelo Governo da República, não é só de Paranhos e da Azambuja! É da República!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é mentira!

O Orador: Do seu Governo, daquele Governo que o senhor autorizou que retirasse 117 milhões de euros à gestão dos Açores...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Os senhores estiveram calados e agora é que estão a falar!

O Orador: ... e que os pusesse nas mãos do Governo da República.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é mentira!

O Orador: Com essa verdade o senhor não é capaz de lidar.

Faltou o senhor, na sua intervenção final, que tinha para esgotar o seu tempo, falar da parte do PRR que estamos aqui a falar. Foi aquilo que o senhor falou e que o Partido Socialista não falou em todo este debate,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E falta-lhe a si! O senhor é que não falou!

O Orador: ... que é parte que mais uma vez, numa medida contra a Autonomia, contra os açorianos e contra a gestão dos fundos comunitários na Região Autónoma dos Açores, o Governo da República reservou para si, para gerir e para distribuir como entende, da forma que entende...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Se isso é assim, onde é que os senhores estiveram?

O Orador: ... regulamentando, fazendo os avisos, e gerindo conforme aquilo que o Governo da República entendeu.

Isso é a clareza, a verdade, e por mais que o senhor queira confundir os açorianos entre aquilo que é o PRR regional e aquilo que é a parte do PRR que caberá aos Açores, mas que é gerido pela República, essa parte terá de ter paciência, vai ter que se explicar e mentir muitas vezes para as pessoas eventualmente acreditar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O problema é o tempo, Sr. Deputado. Não lhe bate certo o tempo!

O Orador: Termino, só demonstrando esta hipocrisia do Partido Socialista enquanto foi Governo Regional e aquilo que demonstra aqui (perdoe-me, Sr. Deputado Pedro Neves, mas eu tenho de dar este exemplo do passado, para demonstrar aquilo que é uma hipocrisia terrível do Partido Socialista, em termos políticos, naquilo que é a gestão dos Fundos Comunitários).

No PO 2020, ali certamente desenhado pelo Sr. Deputado Sérgio Ávila, enquanto Vice-Presidente do Governo, na parte que é aquela que estamos aqui em termos paralelos a discutir,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não há paralelo! É a primeira vez que isto surge no Plano de Recuperação e Resiliência!

O Orador: ... em termos de Investigação, Desenvolvimento Tecnológico & Inovação.

O valor do investimento era 24 milhões de euros. Sabe quanto é que tocou aos privados? 3 milhões de euros.

Eram 14 empresas. Onde é que estão as outras 4 mil e tal empresas, que os senhores excluíram do acesso ao PO 2020,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

... através de reservarem uma ínfima parte da verba para a sua concretização?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Estão na Azambuja e em Parambos!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, aquilo que tenho que lhe dizer é que, infelizmente, V. Exa. nessa disputa de protagonismo que tentou demonstrar aqui hoje para tentar passar uma imagem de um líder ainda capaz, aquilo que o senhor foi capaz de fazer, foi de demonstrar que repetindo uma mentira muitas vezes, espera que ela que se torne verdade.

Não quis falar verdadeiramente do PRR dos Açores. Quis esconder o PRR que a República retirou aos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Se isso é assim, onde é que os senhores estiveram? Quietos e calados!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que esta tarde teve dois momentos dignos de registo. Primeiro, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a falar com toda a moralidade sobre o devido aproveitamento dos Fundos Europeus, como se não tivesse “telhados de vidro” de 24 anos de governação, onde ele participou, dentro deles, durante muitos anos.

O discurso é bonito, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas devo dizer-lhe que poderia tê-lo encomendado a outro membro da sua bancada, porque assim ficaria mais protegido.

Outro momento absolutamente hilariante aqui da tarde foi ver alguém de um partido de direita, que se diz liberal, a dizer que o que interessa é que venham os fundos europeus. As mãos onde vão parar não interessa, como se isso fosse assim.

Não, não! O dinheiro quando vem tem de ter o devido destino, porque senão, e é aquilo que já se falou muito neste espaço, hoje, a má aplicação desses dinheiros vai criar uma desigualdade de oportunidades que é flagrante, que é intimidatória para os nossos pequenos investidores que passam a deixar de ter ferramentas para combater aquelas empresas que vão ser eleitas para esse tipo de investimento.

Isso não pode acontecer.

Uma sociedade para ser justa não pode recorrer a esse princípio generalista de, o que interessa é que venha o dinheiro.

Não, não! O que interessa é que venha o dinheiro, desde que seja bem aplicado, Srs. Deputados.

Foi isso que eu, sinceramente, vi com mágoa que há, nesta Casa...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

... quem defenda com ligeireza que o que interessa é que venha o dinheiro.

Não! O dinheiro tem de ser gerido como deve ser, atribuído como deve ser, porque só assim é que teremos uma sociedade justa, capaz de se desenvolver e elevar os padrões de vida desta terra e não dessa forma ligeira com que se pretende receber o dinheiro.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor quer mesmo falar de “telhados de vidro”? Quer? Se fosse a si não queria!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faz favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já quase tudo foi dito, mas as intervenções do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e também a última intervenção do Sr. Deputado António Lima, fazem pôr na boca de terceiros aquilo que eu também poderia dizer, mas volto a pegar na situação da Madeira, porque a comparação é sempre positiva e, tendo em conta a consideração (que é muita) que eu tenho pelo ex-Vice-Presidente Calado, da Madeira, vou aqui dizer o que é que ele referiu no dia 14 de agosto, e muito brevemente:

Primeiro, disse, em 14 de agosto, “que o aviso estava aberto a nível nacional”.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Coisa que o senhor não fez!

O Orador: Depois, por outras palavras, “as empresas regionais da Madeira podem, e devem, fazer consórcios para aceder a estes apoios, incluindo associações empresariais, instituições académicas e outras entidades do Sistema de Investigação & Inovação”, esclarece Pedro Calado.

Mais à frente, diz “o ainda Vice-Presidente, defendendo que a Região tem todo o potencial (a Região da Madeira) para apresentar propostas competitivas para estes concursos. Temos uma universidade (também nós) prestigiada, centros de investigação e um tecido empresarial que já deu provas em vários setores da sua resiliência e da sua capacidade inovadora e competitiva.

Entretanto, o responsável lamenta apenas que, apesar da importância e da oportunidade deste aviso para os empresários da Região, esta abertura não tenha sido articulada, atempadamente, com as entidades regionais competentes, uma vez que os interessados têm pouco mais de um mês para

apresentar as suas propostas, dado que as candidaturas terminam a 30 de setembro”.

Pois bem, é este o contexto em que nós nos encontramos, concurso nacional, concurso de ideias. Aproveitar ou não aproveitar?

Há a opção da Madeira, que foi fazer uma comunicação no dia 14 de agosto e deixar passar o tempo; há a opção dos Açores que foi mobilizar as energias, no fundo, fazer a captação de investimento que é para a área industrial, para transformação da estrutura de produtos da Região Autónoma. Optámos por este segundo caminho, por fazer. Os resultados vão ser vistos também na apreciação do mérito das propostas que foi possível juntar nos Açores e disso teremos de aguardar com certeza.

Relativamente à questão da estrutura produtiva mais frágil dos Açores, micro, pequenas e médias empresas.

Esta mesma semana, quando estivermos aqui a falar sobre a RIAC, explicarei que está em curso, também no âmbito do PRR, um sistema de apoio às empresas para que elas possam, desde a Graciosa, no Corvo, em São Jorge, obter informação relativamente aos apoios da recapitalização, do PO 2030 e de todos os sistemas de incentivos que há e, de facto, apoiá-las nas áreas em que elas têm os seus projetos e podem ser apoiadas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Estamos aqui a falar da reindustrialização e não de tratar de qualquer coisa.

Os projetos que poderiam ser aqui incluídos são projetos ligados às Agendas definidas ao nível nacional.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o senhor optou por uma delas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate. A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para rematar, Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, com o devido respeito, se calhar o segundo caminho não foi o caminho mais correto, porque às vezes mais vale não gastar dinheiro do que gastá-lo mal gasto.

O que é facto é que esse mecanismo que o senhor encontrou para captar investimento, o esforço que o senhor fez, reconheço, vai trazer mais desequilíbrios do que equilíbrios, vai criar concorrência desleal onde não devia, e vai criar problemas naqueles que já tinham problemas.

Eu dou-lhe só um exemplo, e são empresas com as quais eu colaboro e eu gosto de colaborar.

A Transportes Marítimos Graciosenses vai sair beneficiada em relação à empresa Barcos do Pico (ponto).

Deputado Miguel Costa (PS): Bem-dito!

O Orador: A empresa Barcos do Pico e a Parece Machado ficam de fora desses 117 milhões, em concorrência direta com Transportes Marítimos Graciosenses.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem! E porquê?

O Orador: Este é um exemplo e posso dar muitos outros, mas este é um exemplo de três empresas que eu conheço bem e que ficam extremamente penalizadas. Mais valia não gastar do que gastar desta forma.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Mas o problema mesmo de base vem do problema que o nosso empresariado tem, que desde 1985 vive como um toxicodependente completamente dependente de Fundos Comunitários (completamente dependente de fundos comunitários).

Nós, em vez de aproveitarmos o momento desses, decisivo de alterar este paradigma, continuamos a fazer igual ao que foi feito no passado. Ou seja, estamos na fase de metadona.

Passamos da fase da toxicodependência, do dependente de heroína, para a fase do dependente de metadona.

Não é isso que se pretende fazer quando se pretende alterar todo o paradigma de governação dos Açores e a palavra “alteração do paradigma” não é minha, é do Governo. E insistentemente usada pelo Governo.

Dezasseis mil milhões de euros (repito: dezasseis mil milhões de euros) que a União Europeia vai dizer como é que nós vamos gastar, de cima para baixo.

Meus senhores, de cima para baixo o dinheiro não chega lá abaixo!

De cima para baixo, metade do dinheiro perde-se pelo caminho!

De baixo para cima o dinheiro chega todo lá acima!

Dezasseis mil milhões de euros a dividir por 10 milhões de portugueses são 1600 euros por pessoa. São 8 mil euros numa família de 5 pessoas.

Oito mil euros numa família e 5 pessoas pode fazer sair da resiliência, pode ser o suficiente para fazer a transição energética, pode ser o suficiente para a mobilidade energética, pode ser o suficiente para perfazer aquele valor que é preciso para adquirir habitação própria, etc., etc., etc.. Podia dar aqui centenas de exemplos.

A família média portuguesa ainda é de 5 pessoas. Não é que tenham 3 filhos, é que muitos têm o pai, ou a prima, ou o avô ainda a cargo. É de 5 pessoas, a família média. São 8 mil euros por pessoa.

Não vai chegar às famílias, não vai chegar às empresas, não vai chegar às PMEs, até porque, tal como as Agendas Mobilizadoras, o Sr. Secretário sabe tão bem quanto eu, que tudo está armado para não sermos nós a mandarmos

nesse dinheiro e está atrás de si o Sr. Secretário da Agricultura que também sabe. Está em guerra com a Sra. Ministra da Agricultura.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Porque nós já fizemos tanta coisa tão mal feita nestes últimos anos, já estamos a receber dinheiro da União Europeia, ainda comunidade económica do carvão e do aço, ainda na pré-adesão, andava Marcelo Caetano a governar o país.

Essa gente que paga os impostos para meter esse dinheiro da nossa economia olha para nós e diz: fizeram sempre o mesmo; vão ser cada vez mais pobres.

Hoje somos dois terços, no final deste Plano de Recuperação e Resiliência arrisco a dizer que seremos quatro quintos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal também esgotou o seu tempo. Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, quer o Governo, quer o proponente deste debate não têm tempo para proceder ao seu encerramento. Portanto, está encerrado.

Vamos avançar. O ponto 2 da nossa Agenda, deliberou a Conferência de Líderes, será tratado amanhã de manhã.

Para o ponto 3 da nossa Agenda deu entrada na Mesa um requerimento, que já foi distribuído às Sras. e aos Srs. Deputados, ao abrigo do 134.º, que requer a baixa deste diploma à Comissão.

Conjugado este número do nosso Regimento com o n.º 2 do 87.º, admitidos os requerimentos, eles são imediatamente votados sem discussão, nem declarações de voto. É isso que farei.

Portanto, está à votação o requerimento entregue pelo proponente, para que este diploma, Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII – “Cria o

apoio regional à frequência de estágios curriculares”, baixe novamente à Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O requerimento colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Avançamos para os pontos 4 e 5 da nossa Agenda, uma vez que a Conferência de Líderes deliberou fazer esta discussão em conjunto.

Portanto, está em debate o ponto n.º 4, o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 42/2006/A, de 31 de outubro – Cria a Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, designada por RIAC”**. Esta é uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM.

O ponto 5 da nossa Agenda é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 42/2006/A, de 31 de outubro - Cria a Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, designada por RIAC”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE.

O debate, em conjunto, tem os seguintes tempos:

Os autores das iniciativas, assim como o Partido Socialista e o Governo, dispõem de 28 minutos;

O CH, o IL e o PAN, dispõe, cada, de 10 minutos;

O Deputado Independente dispõe de 5 minutos.

A esses tempos são acrescidos, uma vez que o debate é em conjunto, 8 minutos para os grupos e representações parlamentares, e para o Sr. Deputado Independente mais 4 minutos.

Para apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII, iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, dou a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado para a sua apresentação. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

A criação da Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, por todos conhecida por RIAC, foi e é um projeto de grande relevância no âmbito da Administração Pública dos Açores. Tornou mais próxima a Administração Pública dos cidadãos, com a oferta de uma vasta lista de serviços, com alto significado social, sobretudo em localidades mais recônditas e povoadas por muitos cidadãos de avançada idade.

À medida que o tempo foi passando, e as tecnologias incorporaram mais valências, também a RIAC foi alargando a oferta de serviços ao cidadão, com mais ou menos rapidez e atualização dos equipamentos necessários aos novos fins.

Em qualquer circunstância, em 2006 como em 2016 ou 2019, para a eficiência e qualidade dos serviços, foram determinantes a competência e o empenho dos trabalhadores da RIAC. Sem esse profissionalismo o sucesso deste projeto, da responsabilidade dos governos regionais do PS, teria ficado aquém daquilo que hoje dispomos.

Mas nem sempre a dedicação e o profissionalismo dos trabalhadores da RIAC tiveram o devido reconhecimento e retribuição por parte da tutela – também é preciso dizer – principalmente quando passaram a executar centenas de tarefas e serviços, que foram avolumando a complexidade e responsabilidade do seu trabalho.

Daí que há cinco, seis anos, os assistentes técnicos da RIAC tenham iniciado uma luta justa pela dignificação e valorização das respetivas carreiras. Fizeram-no sob diversas formas, com e sem a envolvência dos sindicatos, até com recurso à greve. Em todos os casos, a resposta dos governos regionais do

PS foi a recusa às pretensões dos trabalhadores, escudada em pretensos impedimentos de natureza legal.

Até que chegamos a uma nova solução governativa para os Açores, que agora, naturalmente, quer honrar os compromissos eleitorais das forças políticas que integram a Coligação. E aqui estamos a cumprir, dando substância à expressão pública de março passado, quando afirmávamos que a “valorização remuneratória se deve fazer com a maior urgência possível, salvaguardando o interesse dos trabalhadores [da RIAC] e a racionalidade da gestão do dinheiro dos contribuintes, naturalmente, com o envolvimento dos sindicatos”.

No primeiro dia de julho, o diploma deu entrada neste Parlamento, dispondo-se a criar um suplemento remuneratório, agora na sua versão revista, de 20% para todos os assistentes técnicos da RIAC que prestam serviço de atendimento ao público. A medida abrange 128 trabalhadores, equivale a um ganho médio anual de sensivelmente 1.785€.

Fazemo-lo com a consciência de que este é um valor justo, que acautela o reconhecimento que é devido àqueles trabalhadores, ao mesmo tempo que não descarta a responsabilidade que sempre deve observada na gestão da tesouraria pública, em síntese, é uma valorização responsável.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima para apresentação da iniciativa, **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 42/2006/A, de 31 de outubro - Cria a Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, designada por RIAC”**. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Início esta intervenção saudando todos os trabalhadores e trabalhadoras da RIAC e a sua luta persistente pela melhoria da sua carreira e pelo justo reconhecimento do seu trabalho.

Os trabalhadores e trabalhadoras inseridos na carreira e categoria de assistente técnico, que procedem ao atendimento ao público, nas diferentes lojas RIAC, prestam um trabalho essencial em condições exigentes.

Esta exigência é permanente pelo elevado número de áreas onde ocorre essa prestação de trabalho: Venda de produtos, Apoio à Cidadania; Trabalho; Habitação; Documentos; Negócios; e uma outra latitude de serviços.

As diversas áreas que constituem o trabalho dos assistentes técnicos das lojas RIAC subdividem-se em 315 diferentes tipos de serviço, cada um dos quais com especificidades e dificuldades próprias, impondo uma exigente disponibilidade mental destes trabalhadores, para que a sua atividade seja prestada com qualidade.

As funções destes trabalhadores assistentes técnicos são distintas da generalidade dos seus colegas assistentes técnicos dos restantes departamentos da administração pública;

O Governo Regional alega no Programa do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores que “os quadros da Administração Pública devem ser valorizados”.

A sua formação e qualificação profissionais são essenciais para a eficiência do seu desempenho e para uma melhor prestação de serviços públicos às pessoas e às empresas”.

Para além disso, o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021, prevê o início do processo de negociação com as organizações representativas dos trabalhadores, nos termos da lei, que permita a dignificação e valorização profissional dos assistentes técnicos da RIAC.

No entanto, as negociações entre o Governo e as organizações representativas dos trabalhadores terminaram sem acordo.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou este projeto de Decreto Legislativo Regional, que agora se debate, que prevê a criação de um suplemento remuneratório para os trabalhadores da RIAC que efetuam atendimento ao público.

Propomos assim que seja criado um suplemento remuneratório de 25% do salário base da carreira a atribuir aos trabalhadores da RIAC inseridos na carreira e categoria de assistente técnico e que prestam serviço de atendimento ao público.

Este suplemento é mais do que justo e já deveria ter sido criado!

É justo, em primeiro lugar, dadas as exigentes condições de trabalho destes trabalhadores, já referidas.

É justo também porque noutros serviços e categorias da administração pública regional também foram criados – e bem – suplementos remuneratórios com vista a compensar o desempenho de funções de maior responsabilidade ou penosidade.

Mas é também necessário de modo a que se torne atrativo trabalhar neste importante serviço e para que este tenha cada vez mais qualidade.

Os mais de 30 profissionais da RIAC que já saíram da RIAC por mobilidade provam que a exigência e responsabilidade não está a ser devidamente compensada.

Isso leva a que saiam do serviço pessoas competentes por cansaço e pelo sentimento de que o seu trabalho e esforço não é minimamente valorizado ou reconhecido.

Com a saída destes trabalhadores e trabalhadoras perdem-se bons profissionais e muito conhecimento, com a agravante de que são muitas vezes substituídos por trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais!

O que propomos com este Projeto de Decreto Legislativo Regional é exatamente o que os trabalhadores propuseram ao Governo, através dos seus representantes.

Proposta essa que o Governo ignorou.

É por isso hora do Parlamento assumir a sua responsabilidade, chegando a uma solução digna e justa para todos estes trabalhadores e trabalhadoras.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, podemos passar à votação das mesmas?

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não quero salvar o debate, não é esse o meu objetivo, mas não poderia deixar que estas propostas fossem para votação sem deixar a nossa opinião sobre a outra proposta que está em discussão, porque efetivamente há duas propostas: há a proposta da coligação, PSD/CDS/PPM, e há uma proposta do Bloco de Esquerda.

Eu tenho duas coisas, muito rapidamente, a dizer relativamente à proposta da coligação.

Em primeiro lugar, dizer que se não fosse a proposta do Bloco de Esquerda, aquilo que os trabalhadores da RIAC iriam receber, seria um complemento de 5%, no primeiro ano, 10% no segundo ano e 15% no ano seguinte.

Neste momento, a coligação já apresentou uma proposta de substituição em que aumentou o teto máximo para 20%. Ou seja, já serviu de alguma coisa o Bloco de Esquerda ter apresentado uma proposta, exatamente a proposta que o Governo não respondeu e ignorou em sede de negociação coletiva com os sindicatos representativos destes trabalhadores.

Ou seja, se ficássemos todos quietos e calados seriam os trabalhadores a perder. Ainda bem que o fizemos. Fizemos, porque efetivamente a proposta que foi feita pelos trabalhadores ao Governo é mais do que justa e por isso tomamo-la também como proposta e apresentamo-la a esta Casa.

Fez evoluir a coligação. Ainda bem.

Mas também não percebemos é porque é que mantém, a coligação (coisa que não foi dita da tribuna), essa aplicação gradual no tempo.

Se aquele complemento remuneratório é justo, se ele é necessário, porque é que não se aplica já no ano de 2022? É preciso esperar que a totalidade do valor seja pago só em 2025? É a pergunta que deixo à coligação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado, e ainda bem que referenciou que havia uma proposta de substituição integral, que eu não tinha anunciado. Agradeço-lhe por isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faz favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A intervenção do Sr. Deputado António Lima suscita alguns reparos, desde logo, para repor alguma veracidade na apreciação nesta matéria.

Disse o Sr. Deputado António Lima que se não fosse a proposta do Bloco a coligação não tinha evoluído.

É uma opinião, que é legítima, como tão legítimo é aquilo que lhe vou dizer:

Se não tivesse sido a proposta da coligação, o Bloco de Esquerda não tinha apresentado a sua proposta...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Aí é que está! É ver a cronologia!

O Orador: ...porque os factos são factos e indesmentíveis.

Efetivamente nós apresentamos uma proposta no dia 1 de julho, e o Bloco de Esquerda, que nos vai habituando a ser uma espécie de cábula de esquerda, a seguir, apressa-se a fazer uma cópia dos diplomas da coligação.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E digo-o, não pela circunstância deste diploma, mas porque é a terceira vez que, durante esta legislatura, o Bloco de Esquerda utiliza este expediente, de copiar as propostas da coligação...

Deputada Alexandra Manes (BE): Melhorar!

O Orador: ... para apresentar depois outras, naturalmente sempre muito mais generosas.

Foi assim para com os trabalhadores da Base das Lajes, foi assim para com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, e foi agora também com a RIAC.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): E com o COMPAMID!

O Orador: E com o COMPAMID, depois do compromisso assumido aqui pelo Sr. Presidente do Governo Regional, embora formalmente o Bloco tenha apresentado primeiro a sua proposta.

Portanto, Sr. Deputado António Lima, com todo o rigor, esta é que é a sequência dos factos que comprova que o Bloco está transformado numa espécie de cábula de esquerda, ou então, dizendo de outro modo, o partido do aumento dos aumentos.

A coligação propõe aumentar 10, o Bloco de Esquerda vai atrás e propõe aumentar 20; a coligação, neste caso, propôs 15, o Bloco de Esquerda vai atrás e propõe 25, e assim sucessivamente, de uma forma, sempre, completamente irresponsável...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que não acautela aquilo que deve ser o cuidado que, naturalmente devemos ter na gestão do dinheiro dos contribuintes, que tem tradução na tesouraria pública. Tão simples quanto isso.

Portanto, não foi o Bloco de Esquerda que suscitou este benefício e a concretização desta justa e antiga reivindicação dos trabalhadores, que trabalham de *front office* da RIAC, pela dignificação das suas carreiras, com tradução numa valorização da sua remuneração mensal, mas sim, a iniciativa da coligação que, cumprindo com aquilo que tinham sido os seus compromissos eleitorais chegou-se à frente e está a concretizar.

A questão que o Sr. Deputado levanta, do faseamento, eu julgo que estou dispensado de responder, mas como disponho de 28 minutos, mais 8, pois dou-lhe naturalmente a resposta, que é óbvia, e que o senhor sabe que eu sei que o senhor sabe.

Efetivamente nós não podemos acautelar, no imediato, todas as despesas que vão surgindo para compromissos eleitorais, para corresponder àquilo que está no Programa do Governo, mas também na assunção de dívidas que nos foram deixadas pela governação anterior, não podemos assumir tudo de uma só vez, contrariamente àquilo que o senhor faz.

Há uma explicação muito óbvia que acrescento a esta, que é, a sua proposta, para esta legislatura, corresponde a mais de... Sabe quanto? Fez as contas a quanto é que corresponde o encargo? Então eu deixo o desafio do senhor dizer à câmara quanto é que custa a sua proposta durante esta legislatura. Depois eu digo quanto é que custa a proposta da coligação.

É nessa diferença, no exercício responsável da governação e da gestão do dinheiro dos contribuintes, que está a diferença. Nós não abdicamos disso.

Portanto, de uma assentada, vamos fazer as duas coisas:

Vamos corresponder de forma positiva àquilo que era a justa e antiga luta dos trabalhadores da RIAC, ao mesmo tempo acautelando as finanças regionais.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo Regional)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já ouvimos falar aqui em cábulas de esquerda, mas também devo dizer que temos cábulas de direita. E isto, porquê? Porque falou o Sr. Deputado Joaquim Machado numa proposta, e num justo anseio dos trabalhadores da RIAC, reportando-se a um Projeto de Resolução, apresentado pelo PSD, na legislatura anterior, o 137/XI, em que era pedido exatamente a dignificação (que não é aquilo que se pede agora, mas naquele) dos trabalhadores da RIAC.

Aquilo que o PSD antes dizia, que fazia a tal recomendação ao Governo para que este fizesse, agora não! Já não é o Governo, mas, sim, a Assembleia é que o deve fazer.

Isto, já nós, na altura, dizíamos que assim devia ser.

Antes era a criação de uma carreira especial, agora já não é. Perceberam o que nos dizíamos antes, e que mantemos. Mas nós não dizemos só isso. Os senhores discriminam, com essas medidas que propõem agora, 5.700 outros técnicos da função pública na Região Açores, que não ficam abrangidos com estas propostas legislativas e que são negativamente discriminados, são assim desvalorizados no exercício do seu desempenho, comparativamente com os da RIAC e, objetivamente, são prejudicados com este diploma.

Então e os técnicos de saúde? Têm um desempenho a todos os níveis notável com a abrangência de atividades exercidas igualmente em condições de alta

complexidade, para mais no tempo de pandemia que passamos. Como é que ficam esses técnicos de saúde?

E os técnicos de educação que diariamente se confrontam com a gestão de atividades de elevada complexidade, também, na gestão de alunos com necessidades especiais.

Então, e os técnicos de laboratório? Etc., etc., etc..

Os senhores não acautelam isso e, portanto, são 5.700 técnicos que, na Região, são, por esta via, desvalorizados, comparativamente com estes trabalhadores da RIAC e são objetivamente prejudicados com este diploma que, para além de tudo, também tem falhas técnicas, à semelhança daquilo que já dizíamos antes.

Percebe-se bem do corpo do diploma, que não são sanadas deficiências técnicas e refiro-me concretamente à Lei 35/2014, de 20 de junho, quer no seu artigo 84.º, n.º 4, alíneas a) a c), que regula a criação de carreiras especiais,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é! Não é uma carreira especial!

O Orador: ... (que não é o caso para aqui, para os diplomas em apreço, é verdade), e os seus cumulativos três princípios de aceitação, quer com a previsão para o suplemento remuneratório, nomeadamente no seu artigo 159.º, n.º 3, alíneas a) e b), e ainda no seu número 5.

É que diz o que diz exatamente esse artigo 159.º, é muito simples: “são devidos suplementos remuneratórios quando trabalhadores, em postos de trabalho determinados, sofram, no exercício das suas funções, condições de trabalho mais exigentes”.

Depois diz:

“a) De forma anormal e transitória, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho suplementar, noturno, em dias de descanso semanal, complementar e feriados e fora do local normal de trabalho; ou,

b) De forma permanente, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho arriscado, penoso ou insalubre, por turnos, em zonas periféricas, com isenção de horário e de secretariado de direção.”.

O n.º 5 prevê que:

“Os suplementos remuneratórios devem ser fixados em montantes pecuniários e só excecionalmente podem ser fixados em percentagem da remuneração base mensal.”

Nada disso os senhores fazem aqui.

Essa excecionalidade deve ser fundamentada e os senhores não fundamentam. Uns dizem que é 15, outros dizem que é 5, 10, 15, agora 20, para os outros 25. Portanto, isso também de ser cumprido e não é.

Portanto, aquilo que foram as razões que sustentaram um voto contra do CDS-PP e do PPM, naquele outro diploma, à iniciativa apresentada pelo então PSD, sozinho, em fevereiro de 2020, eram fundamentalmente não conseguirem perceber em que se consubstanciavam aquelas propostas.

Nós, continuamos a não perceber como é que ficam os outros 5.700 trabalhadores, técnicos que ficam foram deste diploma, e que, por via disso, quer os senhores queiram ou digam o seu contrário, ficam objetivamente prejudicados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Lima, faz favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado, respondendo muito diretamente à sua pergunta, eu não tenho os dados que o Governo tem, e o senhor talvez terá, mas o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento teve a oportunidade, em Comissão, de dizer quanto é que custava o suplemento de 25%, e custava 353

mil euros por ano. Isso são dados do Governo. Se estiverem errados a responsabilidade não é minha, foi isso que foi avançado pelo Sr. Secretário, e estou a transmitir-lhe. Se tivesse lido o relatório da Comissão talvez tivesse percebido qual era o valor.

De facto, veio o Sr. Deputado Joaquim Machado dizer que o Bloco de Esquerda andou a cabular propostas da coligação.

Bem, para além de nós já termos apresentado em sede de orçamento uma proposta sobre esta matéria, exatamente para que o governo negociasse este aspeto com os sindicatos, de facto, nós copiámos a proposta, mas não copiámos ao PSD, ao CDS e ao PPM. Nós copiámos, nomeadamente o seu valor, da proposta que os trabalhadores enviaram ao Governo. Foi daí que nós copiámos a propostas, mas fizemos uma coisa diferente do que fez a coligação: nós copiámos bem.

Copiámos o valor que os trabalhadores propuseram ao Governo e os senhores copiaram mal e ainda por cima fizeram uma graduação de aplicação. Ou seja, nós fomos bons cábulas. Os senhores nem copiar souberam.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu alegro-me com a circunstância de ter tido razão quando disse que o Bloco de Esquerda é uma espécie de cábula de esquerda, porque o Sr. Deputado António Lima acaba de confirmar exatamente isso, ou seja, a sua eficiência a cabular. Ele é que é um bom cábula, os outros copiam mal. Gabo-lhe o gosto, Sr. Deputado!

Mas vamos por partes:

Eu li o relatório da Comissão e foi exatamente com base nos valores que ali foram apresentados pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, que fiz as contas. Isso permitiu nós termos uma consciência e uma convicção profunda

de que o valor que apresentamos era um valor mais justo, mais responsável, adequado àquilo que são as capacidades da tesouraria pública. Portanto, também nos ajudou a rever a nossa proposta. É tão simples quanto isso.

É porque a proposta do Bloco de Esquerda representa mais de 1 milhão de euros, quase 1 milhão e 100 mil euros, nesta legislatura. É fazer as contas, Sr. Deputado. Representa cerca de 1 milhão e 100 mil euros nesta legislatura. Isso é 66% mais do que a proposta da coligação para o mesmo período de tempo. Isso faz a diferença. Faz a diferença, porque, ao mesmo tempo que nós estamos a consagrar aquilo que entendemos ser um direito, uma valorização das carreiras dos trabalhadores do *front office* da RIAC (128 que são abrangidos), naturalmente que também estamos, em simultâneo a acautelar aquilo que é a boa gestão da tesouraria pública. Portanto, é tão simples quanto isso, Sr. Deputado.

O que nos distingue não é uma questão de generosidade. É muito mais do que isso, é de responsabilidade.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado João Vasco Costa, eu não tenho forma de resolver este problema do PS, que é ficar agastado com a resolução de um problema.

Nós estamos a dar uma resposta positiva, satisfatória, estamos a corresponder, repito, a uma justa aspiração dos trabalhadores da RIAC.

Não estamos a fazer muito mais do que isso, não mais do que isso. Tão só isso.

Devo reconhecer a coerência do Partido Socialista que sempre recusou resolver este assunto, que sempre negou este direito aos trabalhadores da RIAC. Ao menos nisso, o Partido Socialista mantém-se coerente.

Agora, não posso acompanhar o Partido Socialista quando, numa manobra, que nós já percebemos, e que hoje aqui é repetida, agora nesta matéria, como antes, relativamente às empresas que não tiveram acesso, ou não terão acesso àquelas verbas comunitárias que aqui se discutiram no debate anterior,...

Deputado Rui Espínola (PSD): É verdade!

Deputado João Vasco Costa (PS): Essa conclusão não é verdadeira!

O Orador: Sr. Deputado João Vasco Costa, os 5.700 assistentes técnicos que, porventura, o senhor identificou, eu não duvido que eles existam. Agora, numa coisa nós vamos estar de acordo: é que eles não têm a complexidade nem o número de tarefas, nem se sujeitam, por exemplo, a uma coisa que o Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista, antes fazia e que eu exorto o Governo da coligação a não repetir, que é, numa manhã, dizer ao trabalhador da RIAC que à tarde tem de se deslocar para o Nordeste e ele fá-lo a custas próprias.

Espero que o Governo Regional que é suportado por esta coligação não tenha esse tipo de procedimento, porque isto não se compagina com aquilo que são os direitos dos trabalhadores e o dever da administração.

Mas isso acontecia e o Partido Socialista achava que estava tudo muito bem, como outras alterações do horário de trabalho, etc., etc..

Portanto, não o posso acompanhar nesse raciocínio, que eu diria mais, numa argumentação demagógica, de que nós agora resolvemos aqui a situação de 128 assistentes técnicos, e que 5.700 ficam discriminados.

Essa era uma matéria que já antes, o Sr. Vice-Presidente da altura, o agora Sr. Deputado Sérgio Ávila, dizia que isso era uma discriminação atender à especificidade dos trabalhadores da RIAC, eu acho é que, de acordo com aquilo que é o entendimento, daquilo que foi o enquadramento legal, e daquilo que forem as forças da tesouraria pública, nós devemos ir resolvendo os assuntos e não ficar naquela atitude do menino traquinas que não sendo grande jogador, e não podendo jogar à bola, mas sendo dono da bola, leva a bola para casa para que nenhum possa jogar.

Portanto, de uma forma grosseira, é mais ou menos isto que aqui o Sr. Deputado João Vasco Costa nos trouxe, que é, há aqui 128 que ficam com a situação resolvida, e há 5.700 que são discriminados.

Mas o que é que fez o Partido Socialista, durante 24 anos, para resolver o problema desses 5.700?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Esta é a questão que o senhor devia ter respondido. Devia responder agora num ato de contrição, e chegou muito tarde. Mas como diz um ditado holandês, “o tempo certo para plantar uma árvore foi há 20 anos; a segunda oportunidade para fazer é hoje” e nós estamos fazendo.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para participar no debate, o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta legislatura foi dado início a um processo de diálogo e concertação entre a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e o SINTAP, que esteve na origem na criação de um grupo de trabalho, constituído por representantes desta Secretaria, da direção da RIAC e do SINTAP, e que resultou na apresentação, em maio de 2021, deste ano, de um conjunto de 14 medidas destinadas a promover a melhoria contínua das condições de trabalho e motivação dos colaboradores da RIAC.

Portanto, o ponto primeiro, é o reconhecimento de que é necessária essa valorização e uma maior motivação.

Em maio, de 2021, o SINTAP apresentou ao grupo de trabalho uma proposta de atribuição de um suplemento remuneratório aos trabalhadores da RIAC

inseridos na carreira e na categoria de assistente técnico e que prestam serviço de atendimento público, no montante de 25% da base da carreira.

Na ocasião, a Secretaria Regional procedeu ao cálculo e, desses cálculos, que não preciso de repetir aqui, estão contidos no relatório na audição que tive na Comissão Técnica respetiva.

Estes cálculos tiveram em consideração o processamento do suplemento remuneratório em 12 meses, calculado sobre o vencimento base da carreira de cada trabalhador, incluindo os encargos da Segurança Social.

Em todo o caso, sem prejuízo da eventual existência de aspetos de natureza jurídica que poderão ser aprofundados sobre este tema, e este é que é o órgão legislativo, portanto, essas dúvidas existem mas serão com certeza esclarecidas e resolvidas no seio desta Assembleia, sempre se dirá que a proposta de atribuição de um suplemento remuneratório, gradual, ao longo dos próximos três anos, 2022, 2023 e 2024, apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e do PPM, se afigura mais equilibrada do que a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Entendemos que as medidas apresentadas pelo grupo de trabalho, incluindo a proposta de suplemento remuneratório reivindicado pelo SINTAP, constitui elementos essenciais num processo de diálogo que decorreu, e decorrerá, de forma construtiva com respeito pelos princípios que regem a administração pública e os limites previstos na lei, cabendo agora a decisão final às Sras. e aos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu reconheço, sem dúvida nenhuma, ao Sr. Deputado Joaquim Machado, o dom da palavra.

Não posso aceitar é que, no uso da mesma, ponha na minha boca, ou na ação do Partido Socialista, coisas que eu não disse, nem que nós não fizemos.

Refiro-me concretamente à questão de nós nunca recusarmos qualquer coisa aos trabalhadores da RIAC, só por recusar. Aliás, nós, antes, como agora, reconhecemos aos trabalhadores da RIAC, um trabalho muito meritório, de elevada qualidade. Portanto, essa não é a questão.

O que dissemos sempre foi que não tinha enquadramento legal, como não tem. Não tinha antes, quando os senhores propunham que fosse o Governo a fazer e nós dizíamos que tinha de ser a Assembleia a definir.

Os senhores perceberam que realmente tínhamos razão, não é o Governo que tem de fazer, não tem de recomendar ao Governo. É a Assembleia é que tem de decidir.

Mas não tinham razão também, e agora continuam a não ter, porque carece de suporte legal. As carreias específicas já vimos. O suplemento remuneratório, o que se diz no artigo 159.º, também me parece que é bem claro.

Portanto, não percebo, a propósito de quê... Aliás, percebo e também percebo a sua coerência. A nossa coerência na ação tem a ver com o facto de considerarmos não haver suporte legal.

A vossa é a mesma que apresentaram durante a manhã. Os senhores, para benefício de poucos, prejudicam muitos e aquilo que fizeram de manhã querem fazer agora. É isso que nós dizemos e não concordamos porque é uma clara injustiça e uma discriminação, em termos comparativos, que é de todo inaceitável.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Note-se que os trabalhadores da RIAC já têm um suplemento que foi criado no tempo do Governo anterior, para abono de falhas, e têm também, naquelas

situações em que fizessem trabalhos por turno, outro complemento remuneratório.

Portanto, também por isso são positivamente acarinhados, mas não de forma a que prejudique todos os outros trabalhadores.

O Sr. Deputado Joaquim Machado quer dizer-me que considera técnicos de primeira e técnicos de segunda, quando não reconhece aos trabalhadores, da saúde, por exemplo,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... que estão na frente da linha de combate à COVID, que têm um trabalho de elevada complexidade? É isso que me está a dizer?

Está a querer dizer que quando digo que são 5.700 estou a abarcar toda a gente. É verdade! E os da educação? Não merecem também essa consideração?

Esse é um comportamento nós não adotamos e não aceitamos que seja adotado.

Vozes de alguns deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições? Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Há uma coisa que é evidente neste debate. O Partido Socialista, eu não diria que não gosta dos trabalhadores da RIAC, mas (e vou ser generoso) nunca quis reconhecer, e ainda hoje não reconhece, a especificidade daqueles assistentes técnicos que trabalham em atendimento ao público.

A comprovar isso está exatamente aquilo que o Sr. Deputado João Vasco Costa, há pouco mais de um ano, um ano e meio, no dia 12 de fevereiro de

2020, aqui, neste mesmo Parlamento, dizia: os trabalhadores da RIAC têm o que merecem, têm o que é possível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E até concluía:

“Quem concorre para a RIAC sabe ao que vai. Se quer vai, se não quer não vai”, aliás, na lógica daquilo que também tinha sido a resposta do Sr. Vice-Presidente da altura, hoje, Sr. Deputado Sérgio Ávila, aos trabalhadores, que foi: quem está mal, mude-se”. De facto, houve 30 que se mudaram. Aproveitaram a oportunidade da mobilidade para ir trabalhar noutra sítio, sendo essas tarefas substituídas e passadas a ser desempenhadas por trabalhadores de programas ocupacionais.

Portanto, esta foi a lógica e é o entendimento do PS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado João Vasco Costa, não vale a pena, nesta circunstância, e na dificuldade deste debate, transformar-se numa espécie de Madre Teresa de Calcutá, relativamente aos assistentes técnicos, porque eles não são coitadinhos.

Os outros assistentes técnicos não são prejudicados, em nada, com esta medida.

Deputada Sandra Faria (PS): Não!

Deputado Bruno Belo (PSD): O que é que eles perdem?

Deputada Sandra Faria (PS): Valorização profissional!

O Orador: Faz lembrar sempre aquela perspetiva que é muito de uma certa clique de esquerda portuguesa, que é, nós temos de acabar com os ricos que é para ficarmos todos pobres.

Portanto, a circunstância destes trabalhadores da RIAC, que trabalham no atendimento ao público, serem merecedores pela multiplicidade, complexidade e responsabilidade das suas tarefas, disso ter uma correspondência na valorização remuneratória, isso não significa que os

outros estejam prejudicados. Os outros recebem na medida justa daquilo que a lei também dispõe e que se entende que é justo.

Agora, eu fico espantado quando o Partido Socialista teve 24 anos para fazer essa justiça social aos 5.700 assistentes técnicos e nada fez. E ainda hoje pode fazê-lo.

Relativamente ao posicionamento do PSD sobre esta matéria, também há mais uma coisa para dizer, que é esta:

De facto, quando o PSD trouxe aqui propostas no sentido de recomendar ao Governo Regional que promovesse a valorização destas carreiras profissionais, o Partido Socialista argumentou, e eu confirmo isso, como muito aqui afirmou o Sr. Deputado João Vasco Costa, de que isso devia ser feito através da Assembleia. Essa era uma competência do Parlamento.

Bom! Mas o PS não estava cá? O PS não tinha maiorias absolutas no Parlamento para que o fizesse?

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o PSD também estava!

O Orador: O PS não fez nada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Isso leva-nos à conclusão final:

Se o PS tivesse continuado a ser Governo Regional, os 128 assistentes técnicos da RIAC continuariam a não beneficiar desta valorização remuneratória.

Disse.

Deputado Flávio Soares (PSD): Essa é que é a verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Sérgio Ávila, tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo pela intervenção final do Sr. Deputado Joaquim Machado.

Sim, Sr. Deputado Joaquim Machado, se o PS continuasse a ser Governo não haveria assistentes técnicos de primeira e assistentes técnicos de segunda. É isso que está aqui em questão, porque na ânsia de satisfazer 100 pessoas (não é esse o número e a quantidade), o que está em causa é o princípio. E o princípio que aqui se introduz, pela primeira vez, é que esta Assembleia, se aprovar este diploma, vai dizer que há 100 assistentes técnicos que são mais relevantes, são mais importantes, e merecem ser melhor remunerados, do que todos os assistentes técnicos que trabalham nos hospitais, nos centros de saúde, nas escolas, na ação social, em todos os laboratórios, em todos os departamentos desta administração que prestam igualmente serviço, com complexidade, com esforço, com dedicação e com competência.

O que hoje se está a dizer aos açorianos e aos trabalhadores da Administração Pública, é que há 100 ou 120 assistentes técnicos que são melhores do que todos os outros. Isso é algo que nós não concordamos e é algo que não aceitamos.

Segundo aspeto essencial, é preciso que saibam os 5.700 assistentes técnicos, que este Governo pensa que eles são piores que outros 120. É isto que está aqui em causa, nesta matéria.

E se vamos falar daquilo que foi referido a 12 de fevereiro de 2020, nesta Assembleia, quem mudou de opinião, num ano, foi o PSD.

Há um ano o PSD exigia ao Governo criar uma carreira específica para funcionários da RIAC. Um ano depois, o PSD vem dar razão ao PS, porque não é possível, afinal, como nós dissemos há ano, criar uma carreira específica da RIAC.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Há um ano, o PSD nesta Assembleia, exigia ao Governo de então, que negociasse com os sindicatos e que aprovasse essa carreira ou essa componente de carreira específica.

Afinal, hoje, o que o PSD vem dizer, é que o Governo de então tinha razão, que, como disse então a 12 de fevereiro, o Governo não tem competência sobre esta matéria. É uma matéria da exclusiva competência da Assembleia.

Não cumprindo aquilo que há um ano e meio defendia, porque não o pôde cumprir, como sempre dissemos, não é competência do Governo e não é possível criar uma carreira específica, criou aqui um suplemento remuneratório.

E porque é um suplemento remuneratório claramente discriminatório para os restantes funcionários da Administração Pública, o que sai desta Assembleia é, pura e simplesmente, uma questão: afinal, há 5.700 assistentes técnicos, todos os que trabalham nos hospitais, nos centros de saúde, nas nossas escolas, na segurança social e em muitos outros serviços públicos, com funções complexas, exigentes e difíceis, que são assistentes técnicos de segunda, porque esta maioria criou uma categoria de assistentes técnicos de primeira. É com isto, com o princípio, que não concordamos.

Não é o valor, não a abrangência das pessoas. É um princípio estrutural.

Com esse princípio estão a abrir, e é um alerta, um precedente muito perigoso, no âmbito da administração pública regional. Vão passar a pôr funcionários contra funcionários, porque os senhores abriram uma porta que terá uma dimensão, que os senhores nem calculam, em termos de efeitos no futuro, porque efetivamente introduziram a discriminação dentro dos próprios funcionários públicos.

Deputado Miguel Costa (PS): Isso é verdade!

O Orador: É isso que está em questão, é isso que está em debate e é isso que, se for aprovado, teremos, a partir de agora, nos Açores, uma administração pública, na carreira de assistentes técnicos, uns de primeira e a larga maioria de segunda.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Tenho, naturalmente, que registar a coerência do Sr. Deputado Sérgio Ávila, então Vice-Presidente do Governo, que impôs ao Partido Socialista, sempre, esta visão do problema dos trabalhadores da RIAC, porque só assim é que se compreende que o argumento por ele tantas vezes invocado neste Parlamento, de que a valorização da carreira dos trabalhadores da RIAC, qualquer que fosse a forma que ela assumisse, era uma responsabilidade da Assembleia e que aqui, tendo o Partido Socialista maiorias absolutas, nunca nada fez neste sentido.

Portanto, reconheço-lhe a coerência e a capacidade para impor ao Partido Socialista exatamente este modelo que hoje deixa alguns dos Deputados da bancada incomodados com esta situação.

Nós, efetivamente, não estamos a fazer discriminação.

Deputado João Vasco Costa (PS): Estão, estão!

O Orador: Discriminar é quando se trata por igual aquilo que é desigual.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: E é tratar de forma diferente aquilo que efetivamente é diferente. Isso é uma forma de justiça e os trabalhadores que trabalham, e os trabalhadores que exercem funções na RIAC, de atendimento ao público, que fazem tarefas tão distintas, que vão do pagamento da fatura de eletricidade,

da emissão de um passaporte ou de um Cartão de Cidadão, de revalidação de uma carta de condução, de emissão de um documento para tribunal, de atestado, são mais de 600 tarefas. Aliás, aqui num debate, até uma vez foi dito, que eram mais de 800 tarefas, que correspondem ao desempenho de serviços, que podiam ser identificados ou distribuídos, da responsabilidade de mais de 60 entidades diferentes.

Eu não encontro, mas provavelmente o Sr. Deputado Sérgio Ávila, como muito conhecedor que é da administração pública regional, se calhar encontra um e vai dar um exemplo, um assistente técnico, que noutra serviço da administração pública, tenha este volume de tarefas tão distinto e que correspondam a tarefas desempenhadas por 60 entidades.

Isto não significa que nós não tenhamos reconhecimento pela complexidade e responsabilidade que outros assistentes técnicos, nos mais variados domínios da administração pública regional têm e continuam a ter.

Do nosso ponto de vista, para já, isso não justifica uma valorização através da sua remuneração base. Apresentar uma remuneração base, não passa por aí.

Agora, o Sr. Deputado Sérgio Ávila diz que nós estamos a criar assistentes técnicos de primeira e de segunda.

Bom, na aceção dele e do Partido Socialista, melhor seria serem todos assistentes técnicos de segunda, mas a realidade é um bocadinho diferente, porque no tempo do Partido Socialista, com responsabilidades governativas, havia assistentes técnicos com remunerações diferentes, ainda que não tivessem uma complexidade e um volume de tarefas tão distinto, tão específico e tão fácil de identificar, como é aquele que está consignado aos trabalhadores de atendimento ao público da RIAC.

Eu não vou dar o exemplo, porque acho que não enquadra nesta discussão e na argumentação que eu estou a fazer, dos trabalhadores desta Casa, Sr. Presidente, que também usufruem de um suplemento remuneratório. Mas no tempo do Sr. Deputado Sérgio Ávila, então Vice-Presidente do Governo

Regional, havia assistentes técnicos com remunerações muito, muito, muito distintas, dos demais da administração pública regional.

Quer exemplos? O senhor sabe-os todos. Eu confesso que nem sei metade, mas deixo, por exemplo, os da SPRHI e da AZORINA.

Portanto, vir falar de assistentes técnicos de primeira e de segunda, Sr. Deputado, eu também já tive funções governativas. Com certeza que cometi erros, mas nesta matéria, o Sr. Deputado Sérgio Ávila não me apanha, nem eu tenho telhados de vidro.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Contente (PS): Quem é que cortou a remuneração complementar em 92? Fui eu?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Joaquim Machado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho mais uma vez (provavelmente a última)...

(Diálogo entre o Deputado Joaquim Machado e a Deputado Andreia Cardoso)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu gostava de ouvir a intervenção do Sr. Deputado António Lima. Muito obrigado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Começo por dizer nesta intervenção que, de facto, há um problema, que é um problema muito mais vasto do que aqui estamos a discutir, que tem a ver com as carreiras da administração pública, a sua unificação, a falta de

diferenciação que existe neste momento, para além do quase congelamento, apesar de pequenos e muito limitados aumentos, mas quase congelamento do salários há longos anos.

Esse problema, é um problema de fundo, que não sendo o problema que estamos a tratar aqui, mas que agrava esta desigualdade que muitos trabalhadores sentem e a sua frustração em não ver o seu trabalho reconhecido.

Agora, na nossa opinião, e como temos na nossa proposta e já há muito defendemos, na passada legislatura, é que se justifica, neste caso, a criação deste suplemento remuneratório, porque é efetivamente a solução mais simples para resolver e chegar à reivindicação desses trabalhadores, até porque isso já acontece, de várias formas, com vários profissionais da administração pública regional e não só. Não vou aqui citar exemplos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para não ferir suscetibilidades ali!

O Orador: ... até para não se dizer que queremos retirar alguma coisa a alguém. De maneira nenhuma, pelo contrário, mas há vários exemplos que estão publicados em vários decretos legislativos regionais e decretos regulamentares.

Esses suplementos são justos. E quando foram criados, foram criados por inteiro e aplicados por inteiro.

Por isso, nesta última intervenção, termino dizendo que o que nós percebemos (e obviamente registando a evolução que houve na proposta da coligação, eu não conheço certamente todos os suplementos remuneratórios, subsídios de risco ou de penosidade, que existem e não tenho pretensões de conhecê-los a todos) daqueles suplementos que vi, não vi nenhum que tenha sido aplicado de forma progressiva no tempo.

O desafio que deixo à coligação é que deixem pelo menos essa progressividade, que não faz qualquer sentido, e muito menos faz sentido somar o custo por legislatura, porque o custo é anual, não há orçamentos de legislatura, há orçamentos anuais, isso faz pouco sentido.

Se é justo atribuir esse suplemento então façamo-lo em 2022. Os 20% que a coligação propõe é um avanço, certamente. Não é aquilo que os trabalhadores reivindicavam, não é aquilo que o Bloco de Esquerda propõe, mas é um avanço. Agora, fazê-lo de forma progressiva, efetivamente não havia necessidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila. Faz favor.

(*) **Deputado Sérgio Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente:

Sr. Deputado Joaquim Machado, quando não se tem razão num debate, desvia-se a atenção para outras matérias que não têm nada a ver com o debate.

O Sr. Deputado referiu, em relação a níveis remuneratórios, trabalhadores de estruturas empresariais e não no âmbito da administração pública, que é aquilo que estamos a discutir e a falar.

Se essas situações existiam, existem hoje e continuarão a existir sempre.

Portanto, não é uma questão do governo A, do governo B. São estruturas remuneratórias diferentes, porque têm carreiras completamente diferentes. Não foi correto, nem leal da sua parte, tentar fazer essa afirmação de uma coisa que sabia perfeitamente que não tinha nada a ver com o que estávamos aqui a falar.

Mas, ultrapassando essa parte, quero voltar a dizer-lhe aquilo que é essencial. É legítimo e é bom que todos os açorianos saibam, que o PSD acha que, um assistente técnico, no âmbito do regime da administração pública, que trabalhe na RIAC, merece ser melhor remunerado, porque tem uma tarefa mais exigente que um assistente técnico que trabalha num centro de saúde, que cuida dos doentes, que cuida dos nossos idosos, que cuida das nossas crianças nas escolas, não são 600 ou 700 tarefas, mas para mim, um assistente técnico que cuida de um idoso, que trata de um doente, que trata de um

acamado, que cuida das nossas crianças, que as acompanha, podem na fazer 700 tarefas, mas cada uma das que faz são tão dignas de remuneração e de valorização como essas 700. É isso que nós defendemos, é esse o nosso princípio de valorização, não é o princípio de discriminação.

Por isso, resumindo e concluindo, os senhores mais uma vez privilegiaram alguns em detrimento de muitos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cite-se a Lena d'Água!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata, faz favor. Tem a palavra. Ainda não é desta que vamos para votação.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não queria apelidar de demagógica a última intervenção do Sr. Deputado Sérgio Ávila, mas ela não deixa de o ser. De facto, é tão digno o trabalho de trabalhador da RIAC, de um assistente técnico da RIAC, como é da saúde, da educação, da higiene e segurança da câmara municipal A, B, C, D, o Sr. Luís, o senhor do matadouro, seja o que for. Têm todos a sua dignidade. Aqui não há escalonamento de dignidade no trabalho. Tanto muito haveria escalonamento da indignidade de não trabalhar, que é uma coisa bem diferente, mas isto fica para outras “núpcias”.

Agora, um facto é que V. Exa., e bem, a certa altura, criou este serviço, aliás, está aqui nos considerandos do Partido Social Democrata, do CDS e do PPM. Até conseguiu uma proeza orçamental sobre a qual lhe tiro o chapéu, brilhante mesmo: conseguir pagar despesa corrente com despesa de capital e ser a União Europeia a pagar parte dela.

Deputado Sérgio Ávila (PS): E este ano ainda mais!

O Orador: Acho que fez isso muito bem feito e com isso lhe tiro o chapéu.

Agora, há aqui um outro pormenor que acho que até os próprios sindicatos se esqueceram. É que os trabalhadores da RIAC desempenham funções de alguns trabalhadores que já têm um complemento remuneratório pelas funções que desempenham, nomeadamente registo e notariado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: São trabalhadores muito mais bem pagos, do que os trabalhadores da RIAC, os da Administração Pública Regional que estão na saúde, os da Administração Pública Regional que estão na educação, os da Administração Pública Regional que estão por todas as secretarias regionais, e que ficaram com pouco trabalho mantendo o complemento remuneratório. E os da RIAC que estão fazendo o trabalho deles, ganham menos. Era só que faltava.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Era só o que faltava.

É só por essa razão, e aduzindo esse argumento, porque de resto concordo absolutamente com os argumentos do Partido Socialista: não se pode discriminar uns e deixar os outros mais bem servidos, porque este é grande problema que a esquerda que governou este país, nos últimos 40 anos, mais de 30, criou no país, as chamadas, hipocritamente, de discriminações positivas, como se as discriminações positivas não criassem discriminações aos outros todos, mas de vez enquanto lembram-se que uma discriminação positiva cria discriminações negativas.

Pois bem bom, ainda bem que de vez enquanto se lembram desse pormenor.

Mas o que é facto é que os trabalhadores da RIAC, há muito, reclamam esse complemento remuneratório e ele é mais do que justo. É mais do que justo

precisamente por isso, por aquilo que acabei de dizer há pouco, porque as funções que desempenham são funções desempenhas, ou eram funções desempenhadas por outras carreiras que têm esses complementos remuneratórios.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Julgo que vai sendo tempo de votar, porque vão escasseando os argumentos. E vão escasseando os argumentos principalmente ao Partido Socialista, nomeadamente, porque o Sr. Deputado Sérgio Ávila tenta ludibriar os açorianos criando aqui uma confusão ao afirmar que nós estamos a criar uma discriminação de assistentes técnicos, por exemplo, da saúde, que tratam de doentes. Os assistentes técnicos da saúde não tratam de doentes, Sr. Deputado Regional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas tratam dos processos dos doentes!

O Orador: São os assistentes operacionais!

Portanto, estamos a falar de uma outra categoria profissional.

Não são os administrativos que tomam conta dos doentes. Porventura, isso poderia acontecer alguma vez, por uma falta de pessoal, mas isso não é a regra.

Portanto, não vale a pena vir com este argumento falacioso, demagógico, de que de facto nós estamos aqui a valorizar uns em detrimento dos outros todos, dos tais 5.700 assistentes técnicos que ficam prejudicados.

O que nós estamos a fazer é tão simples quanto isso: reconhecer a especificidade destes trabalhadores e fazemo-lo através de uma valorização remuneratória.

A outra conclusão óbvia é de que o Partido Socialista, continuando a ser Governo, nem esta valorização se teria feito.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Vamos então avançar para a votação.

Vamos votar as duas iniciativas na generalidade, começando naturalmente por votar o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII**, cujos autores são os Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII foi aprovado, na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente e 23 votos contra do PS.

Presidente: Vamos passar à votação na generalidade, do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII**, da autoria do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII foi reprovado, na generalidade, com 23 votos contra do PS, 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra do CH, 1 voto contra da IL, 1 voto contra do Deputado Independente e 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Muito obrigado.

Tendo sido aprovado, na generalidade, o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XI**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM, passamos ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

(Pausa)

Não havendo, o diploma tem quatro artigos. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação os quatro artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente e 23 votos contra do PS.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XII, foi aprovado, em votação final global, com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor

do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente e 23 votos contra do PS.

Presidente: Vamos avançar na nossa ordem de trabalhos, para o ponto 6 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XII – “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, de 22 de novembro, que aprova o Regime Jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores”**.

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do IL.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata para a sua apresentação.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, peço que aguarde, porque o Sr. Deputado Pedro Neves pediu a palavra para uma interpelação. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, queria pedir um intervalo de 15 minutos, por favor.

Presidente: Quinze minutos? Vamos fazer um bocadinho maior, e então fazemos o nosso intervalo da tarde. Regressamos às 17h30.

Eram 17 horas e 09 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 39 minutos.

Vamos entrar no ponto 6 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XII – “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, de 22 de novembro, que aprova o Regime Jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores”**.

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal. Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na verdade, este diploma foi já apresentado em plenário. Tão somente acrescentar que foi entregue uma substituição integral na medida em que o seu preâmbulo foi amplamente alterado no sentido da boa técnica legislativa. De resto, esta alteração prende-se já com a vetusticidade do diploma, que não sofreu adaptações depois da sua fase inicial.

Basicamente, o que aqui se pretende é que existam pareceres técnicos obrigatórios para a transferência de peças entre museus e coleções visitáveis da Região Autónoma dos Açores, e que esses pareceres, a serem alterados, careçam de uma justificação técnica plausível.

De resto, adequa também o sentido das penalizações. É só isso.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, faz favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A mais recente polémica da cedência de um bem museológico do Museu Carlos Machado para o ecomuseu do Corvo, deixou claro, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PS, a necessidade de clarificar, passe a redundância, de deixar mais transparente todo este processo.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que é bem-vinda esta iniciativa, precisamente por quatro motivos, que clarificam, exatamente a situação que parecia menos clara à luz do que aconteceu.

A primeira clarificação foi a grande diferença – que deixou horas de debate e que assim, provavelmente, não deixará mais – entre uma cedência e uma transferência de uma peça. A cedência da peça, fica então clara, através deste

articulado: é transitória. Portanto, é uma cedência não definitiva, é um ato não definitivo, e a transferência um ato definitivo.

O segundo grande motivo pelo qual entendemos que traz clarificação é exatamente dar ainda mais importância ao parecer técnico do museu em que o bem está incorporado. Portanto, deixa também isto muito claro.

O terceiro grande motivo pelo qual entendemos importante esta clarificação é que o diploma deixa, na mesma, toda a liberdade ao decisor político, naturalmente para tomar a decisão que bem entender, no entanto, exigindo também o acompanhamento de um parecer técnico, digamos, que fundamente a decisão do político quando não for a acompanhar o primeiro parecer técnico do museu em que o bem está incorporado.

Por último, entendemos que também é importante o articulado em que diz claramente que tem de ser obrigatoriamente divulgado, ou têm de ser todos os processos e todos os pareceres técnicos obrigatoriamente divulgados, para toda a opinião pública, para todo o açoriano ter acesso e perceber o que foi dito e não haver aqui nada que deixe uma transparência duvidosa a todo o processo.

Portanto, por este motivo, entende o Grupo Parlamentar do PS que é bem-vinda esta iniciativa à qual votaremos favoravelmente.

Muito obrigado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que está aqui em jogo é uma alteração ao Regime Jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores, e tem relevância e a sua importância.

Por isso, o PAN obviamente tem dúvidas. Nós temos dúvidas e por isso é que estamos aqui neste plenário e, antes de dar o nosso sentido de voto, queremos mesmo tirar dúvidas de forma mesmo consciente.

Do artigo 82.º, tanto o n.º 1, o n.º 2 e o n.º 4, nós temos dúvidas.

Neste caso, o n.º 1 nós achamos que é redundante; o n.º 2 temos dúvidas que neste parágrafo onde diz que “deve referir quaisquer outros elementos inerentes à deslocação...”, eu gostaria que o Sr. Deputado Nuno Barata nos clarifique, porque eu tenho dúvida, à partida, quais são os outros elementos.

Depois, no n.º 4, “no caso referido no número anterior, é condição de validade da decisão, a sua divulgação...”, aonde? Onde é que nós vamos divulgar? Isso também é uma dúvida que nós temos.

Nós sabemos que esta alteração do Regime Jurídico foi motivada devido a uma situação específica, e nós queremos saber. À partida, se alteramos o Regime Jurídico, então que façamos esta alteração com consciência.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para participar no debate, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal apresenta, aqui, a primeira proposta de alteração ao DLR que aprovou o Regime Jurídico dos Museus e coleções da Região, e onde foram definidos, em 2016, os princípios políticos da museologia, na Região.

Esta legislação, na altura do debate nesta Casa, (foram os argumentos apresentados na altura pelo Governo Regional) surgiu para satisfazer as necessidades das entidades museológicas, salvaguardando o património cultural, sendo este documento estruturante para a operacionalização da atividade museológica na Região e onde, neste documento, foram definidos objetivos, composições, e atividade desta tal rede de museus e coleções visitáveis dos Açores, e que assentou num espírito de cooperação entre os vários museus, criando também igualdade de oportunidades, e visa a cooperação, a articulação entre os museus, a otimização e a partilha de recursos e assenta em princípios de política, nomeadamente o princípio da coesão regional.

Parece-nos, ao contrário daquilo que foi dito por parte da bancada do Partido Socialista, que o princípio que levou a Iniciativa Liberal a apresentar esta iniciativa, e apesar de nesta substituição integral ter sido retirado, no preâmbulo, o que estava na iniciativa inicial, a verdade é que o princípio que levou a Iniciativa Liberal a apresentar esta iniciativa é que nos parece que foi uma situação particular que é referenciada na primeira iniciativa, e que é um mau princípio para levar à atualização e a revisitarmos este diploma.

Também dizer, até porque no âmbito das audições, quer desta iniciativa, quer no âmbito da Petição, que é o ponto seguinte da nossa Agenda, a verdade é que, e foi dito por diversas vezes e acho que isso ficou efetivamente esclarecido, que não se tratou de uma transferência permanente, mas sim de uma cedência temporária.

A alteração proposta incide principalmente no artigo 82.º. O que nos parece é que, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Rodolfo Franca disse, que o ponto 1 serviu para clarificar a grande diferença de cedência e transferência, a verdade é que o que temos atualmente, no artigo 82.º temos:

“Cedência temporária

A cedência temporária de bens culturais incorporados em museus na Região só pode ser efetuada quando estejam garantidas as condições de segurança e de conservação.”

Nesta redação apresentada pela Iniciativa Liberal temos:

“Artigo 82.º

Condições de cedência”, foi retirada a questão da cedência temporária, que passa a estar plasmada no ponto 1.

“A cedência de bens culturais incorporados em museus na Região só pode ser efetuada a título temporário e apenas quando estejam garantidas as condições de segurança e de conservação.”

Ou seja, os princípios mantêm-se os mesmos. Está escrito de outra forma, mas os princípios mantêm-se os mesmos.

Portanto, não consigo perceber como é que o Sr. Deputado Rodolfo Franca diz que agora é que ficou claro. Não me parece que assim seja.

A nós, o que nos parece, é que efetivamente o que está aqui é o mesmo, ou seja, cedências só podem ser temporárias, os bens podem ser incorporados noutros registos, mas sim através do artigo 13.º que é a incorporação, em que prevê a transferência, a permuta, a afetação permanente.

Portanto, as cedências são, neste momento, temporárias, e o que prevê este diploma é exatamente que as cedências se mantenham temporárias, e isto é o que está neste articulado.

No entender da bancada do CDS, parece-nos que, efetivamente, o que está é uma reformulação daquilo que já estava previsto, neste caso, no ponto 1, mas que mantem os mesmos princípios, porque para a bancada do Partido Socialista é essencial que exista a cedência de peças entre os museus, nas coleções, porque é esse o princípio que motivou a construção desta ideologia, desta rede de museus e de coleções visitáveis, e esse princípio deve manter-se, como é natural, e como é o que está implementado, salvaguardadas condições de conservação, de preservação da peça, da integridade da peça.

Portanto, isso já está salvaguardado também e, quando falamos nos restantes pontos do artigo 82.º, estas condicionantes técnicas de conservação e segurança, atualmente, já estão salvaguardadas.

Até isso foi dito no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais relativamente à Petição. Quando ouvimos os dirigentes dos vários museus da Região, eles próprios disseram que para além desta legislação do decreto de lei, também está regulamentado.

Se calhar, o que era importante, no nosso entender, acrescentar, seria na questão da regulamentação interna e da Portaria 26, que também é necessário efetivamente fazer essa passagem para a regulamentação interna dos próprios museus.

Depois também queria colocar uma questão ao proponente, relativamente à divulgação, quando diz no ponto 4, “no caso referido no número anterior, é

condição de validade, a sua divulgação...”, esta divulgação é feita, exatamente como disse o Deputado Pedro Neves, onde? É feita nas redes sociais? No Jornal Oficial? É feita como e de que forma?

Acho que isso era importante também percebermos no âmbito deste debate, até porque também é importante saber, porque se por um lado dizem que é importante esta iniciativa para clarificar, depois da polémica que existiu, acho que é importante também clarificar onde é que essa informação é divulgada, até porque estamos a falar de bens, que pode até ser um bem de um valor elevado, em que a condicionante do parecer, por exemplo, emitido, é referenciado o valor desse bem, e esse valor passa a ser divulgado onde? Acho que é importante esse esclarecimento.

Também queria perguntar, no diploma atual, em que temos o artigo 12.º que fala na política de incorporações e essa política de incorporações, essa sim, é que prevê que possa existir essa afetação permanente, e que fala, no ponto 2, do artigo 12.º, que “a política de incorporações deve ser revista e atualizada pelo menos de 5 em 5 anos”.

O entendimento do proponente foi efetivamente focar-se no artigo 82.º e isso é algo que, na nossa análise, salientámos que efetivamente este artigo 12.º, referente à incorporação, também devia ter sido revisto e atualizado.

Para finalizar esta minha intervenção, queremos dizer que efetivamente consideramos que o que proporcionou esta iniciativa não foi o melhor princípio.

Consideramos que tem de estar sempre (daquilo que nos foi dito quer em Comissão deste diploma, quer da Petição), através desta legislação, através de regulamentação interna, são dados os pareceres, são emitidos os pareceres por parte dos técnicos, onde tem de estar salvaguardados os princípios técnicos da segurança, da conservação do bem. Para nós é essencial que seja assim.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para esclarecer as dúvidas dos Srs. Deputados e tecer algumas considerações. Eu começaria precisamente pelo fim, pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (mais não seja, porque as senhoras sejam privilegiadas, nesta matéria), para dizer que em relação ao artigo 12.º, eu entendo que não se deve mexer, mas se a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras entende que deve mexer, nada melhor do que uma proposta de alteração ao diploma para se alterar esse artigo 12.º. Quanto à nova redação do artigo 82.º, nomeadamente do seu ponto 1.º, tem precisamente a ver com a sistematização do diploma e técnica legislativa, porque se reparar, mais à frente, no artigo 152.º, quando se refere às coimas, introduz-se uma alínea h) que tem a ver com a violação deste disposto no artigo 82.º.

Foi só essa técnica que levou à introdução deste n.º 1 que já existia no corpo deste artigo.

Relativamente às dúvidas o Sr. Deputado Pedro Neves, que também cumulativamente a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras colocou em relação à divulgação, nós não estamos no séc. XIX, como dizia há pouco o Sr. Deputado António Lima, andemos para aí a meter editais nas portas das igrejas sobre essas cedências. Talvez vamos utilizar os meios que o Governo devia ter utilizado para o PRR. Não usou! Ficámos à espera!

Mas lembro que, por exemplo, o Governo Regional dos Açores tem um portal, onde estão lá os departamentos, e, em certo ponto, está lá a Direção Regional da Cultura e estão lá os museus. É um bom sítio para divulgar isto, para todos nós sabemos, a tempo e a horas, o que é que está a ser feito.

Não é preciso divulgar nas redes sociais, no *Instagram*, no *Influencer* (que está mais na moda), ou no *Facebook* dos Srs. Deputados, ou em qualquer outra rede social, se bem que já quase todos os membros do Governo têm *Facebook*, até o Sr. Vice-Presidente, que dizia que aquilo era loja

malcheirosa, já tem Facebook. Se calhar, por aí, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, se pudesse começar uma boa prática de divulgar aquilo que se faz, em vez de se fazer pela calada e depois estarmos aqui com debates de urgência para esclarecer a situação.

Relativamente à outra dúvida que tem o Sr. Deputado Pedro Neves, no que concerne a quaisquer outros elementos inerentes à deslocação, seria fastidioso estar aqui a dizer que tipo de caixa, que tipo de transporte, se vai de barco, se vai de avião, se vai de comboio, se a caixa é térmica, se não é térmica. Tudo depende da peça!

Estar aqui a discriminar todos esses trâmites não era boa técnica legislativa sequer.

Portanto, ficou, na generalidade, para que seja definido esses outros elementos que estão inerentes à deslocação de peças, que não é de somenos importância. É, de facto, uma questão relevante saber em que condições algumas peças vão ser transportadas, até algumas delas, não só pelo seu valor sentimental que possam ter para algumas populações, e não terem praticamente valor material algum, mas têm condições de conservação difíceis. Algumas delas, se as perdermos, são irrecuperáveis.

Portanto, é por isso que entendo que deve estar aqui referida essa frase que vem permitir que se conheça o meio de transporte, o tipo de acondicionamento, etc..

Espero ter clarificado as perguntas dos Srs. Deputados.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo PPM, o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Nuno Barata andou indeciso em relação a esta iniciativa. Eu precisei de colar duas folhas...

(Neste momento o Sr. Deputado mostra um documento à câmara)

... para, utilizando as palavras do Sr. Deputado Nuno Barata, verificar a evolução desta vetusta iniciativa parlamentar, porque (vejam bem!) isto começa assim:

26-04-2021: “Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução que recomenda ao Governo a regulamentação para a movimentação...”.

No dia 17/05, retirada do Projeto de Resolução.

Mas, no mesmo dia, 17/05, “Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão ...”.

Nesse mesmo dia, no dia, 17/05, “Primeira substituição integral...”.

No dia 20/05, retirada do Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão”. (*risos*)

Deputada Ana Luís (PS): Não se ria ainda, Sr. Deputado!

O Orador: No dia 1/09, segunda substituição integral.

No dia 17/05, “Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão”. (*risos*). Peço desculpa.

Deputado Nuno Barata (IL): Pode rir à vontade!

O Orador: No dia 17/05, “Primeira substituição integral...”.

No dia 20/05, retirada do “Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão”.

No dia 1/09/2021, “Segunda substituição integral...”.

Para terminar com esta longa lista, digo-lhe já, que vou votar favoravelmente esta sua última versão,...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Antes que ele volte a retirá-la!

O Orador: ... principalmente, porque V. Exa., em todas estas versões, tinha sempre aqui o boi, o boi de raça anã. E qual é a diferença desde a primeira para a última?

Deputado Carlos Freitas (PSD): O boi fugiu!

O Orador: O boi desapareceu!

(Risos da câmara)

Nesta última iniciativa o boi desapareceu e não fui que o levei. Eu não tenho culpa que o boi tenha saído desta iniciativa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está a ver, Sr. Deputado Nuno Barata, tudo tem um propósito!

O Orador: Por isso, eu não posso ser culpado de uma coisa que eu não fiz. Se o boi não está aqui, a culpa não é minha, Sr. Deputado. É do Deputado Nuno Barata.

O Sr. Deputado Nuno Barata, o que acaba por propor neste momento, é uma alteração que o Sr. Deputado que “embarcou neste navio”, Rodolfo Franca, diz que é muito clarificadora (uma alteração muito clarificadora).

Então a alteração é esta: na seção 3 (porque isto foi assinado e foi no Conselho de Governo aprovado pelo anterior Presidente do Conselho de Governo, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro; está muito bem escrito, como bem sabem) escrevia o seguinte, no artigo 82.º: “cedência temporária”.

Que tipos de cedência é que existem?

O diploma dizia “cedência temporária”.

Eu pergunto, Sr. Deputado Rodolfo Franca, qual é a dúvida?

Está aqui escrito: “cedência temporária”.

Está aqui escrito outra cedência?

Não! Quem fez isto, fez bem!

Quem fez isto, fez bem. Estava muito bem feito.

Ah, não concorda?

Tem de falar com o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que a técnica legislativa não foi a melhor. Foi preciso o Sr. Deputado Nuno Barata chegar para melhorar a técnica legislativa do Governo.

Deputado Nuno Barata (IL): À sexta tentativa!

O Orador: Então, como é que se melhora a técnica legislativa?

Altera-se aqui a epígrafe e diz-se, em vez de “cedência temporária”, escreve-se “cedência”.

Isto clarifica tudo. Isto é uma técnica legislativa perfeita. Depois, mete-se, entretanto, num dos números do artigo.

Portanto, como diria um bom amigo que aqui esteve muitos anos, esta proposta é como o “Melhoral, não faz bem, nem mal”.

E eu, nestas circunstâncias, e para terminar com este sofrimento do Sr. Deputado Nuno Barata e esta azáfama toda em relação a esta iniciativa, devo dizer-lhe, Sr. Deputado Nuno Barata, que vou votar favoravelmente a sua iniciativa.

Deputado Nuno Barata (IL): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, o senhor meteu ali uma chalaça sobre a divulgação. Eu aprendi, hoje, de manhã, que é melhor dizermos onde é que é a divulgação, porque senão, ninguém vê: *Tik Tok, Instagram*, como diz.

Sobre o n.º 2, eu fiz esta pergunta, mas foi uma pergunta válida que eu fiz. Estamos a falar de logística? Estamos a falar de transporte? Ou estamos a falar das peças, que exatamente aquilo que motivou o senhor a fazer esta alteração?

Também é preciso conhecermos porque é que não definimos mais ainda, em termos jurídicos?

Claro! Podemos definir aquilo que nós quisermos, exatamente como a lei nacional, de exportação, por exemplo, ou de cedência, e é daí a nossa grande dúvida, se estava aqui ou não, um “cavalo de troia”, dentro do regime jurídico. Logo a minha pergunta foi válida e, obviamente, que o Sr. Deputado Nuno Barata explicou.

Por isso, não vejo se era errado saber se era uma forma de transporte ou de logística, ou se tinha a ver com a coleção em si. Era a dúvida e era uma dúvida e era uma dúvida válida, da parte do PAN. Não era uma dúvida política, era uma dúvida mesmo técnica.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar pelo Sr. Deputado Pedro Neves. Eu quis esclarecer que isto tinha a ver com as questões logísticas, porque, na primeira parte do ponto 2 está a questão técnica, relativamente às peças. Esta era mesmo em relação ao transporte.

Admito que se tivesse feito uma sétima tentativa, depois das seis, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tão bem decorou, provavelmente isto teria mais um ponto aqui, um ponto 3, com este segundo parágrafo do ponto 2. Mais uma substituição integral, mais uma folha colada no rol do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão é muito bom na contabilidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mais ou menos!

O Orador: Era bom ir à Base de Dados saber quantos requerimentos o Sr. Deputado já fez, quantos Projetos de Resolução o Sr. Deputado já fez. Mas o Sr. Deputado Paulo Estêvão desde que é “ponta-lança” deste requerimento faz menos requerimentos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Governo é bem melhor!

O Orador: Deve ser pelas mesmas razões que ele dizia ao Sr. Deputado José San-Bento que não precisava de fazer requerimentos. Deve ser mais ou menos a mesma coisa.

Sr. Deputado, eu sou um só. Portanto, sou um só e não pago por fora para me fazerem essas coisas.

Por isso, à sexta tentativa o senhor vai votar a favor, eu fico satisfeito. À sexta acertei.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar, e a palavra é novamente esta.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, da nossa parte não há qualquer espécie de confusão entre a situação específica da cedência de património do Museu Carlos Machado para o Ecomuseu do Corvo, não há qualquer confusão, entre isso e este diploma. O que há é um despoletar de uma atenção precisamente porque aconteceu uma situação que deixou a nu a evidência de que é preciso mudar algo, porque algo não estava claro.

Vou dizer, relativamente que ambos, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras e o Sr. Deputado Paulo Estêvão, entendem que é igual. Do ponto de vista do Grupo Parlamentar do PS é completamente diferente dizer “a cedência temporária de bens culturais” (e diz três vezes no mesmo artigo 82.º: “a cedência temporária de bens culturais”), porque isto pressupõe que possa haver uma cedência, que não é temporária.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Cedência temporária, não é definitiva!

O Orador: Quando se diz “a cedência temporária”, pressupõe que possa haver uma cedência que não é temporária.

Deputada Catarina Cabeceira (CDS-PP): Mas como?

O Orador: É muito mais claro deixar na redação que a cedência é temporária. É uma coisa completamente diferente da outra.

Portanto, não é a mesma coisa.

Os senhores leiam com atenção, porque não é a mesma coisa.

A primeira deixa confusão, como se nota, e a segunda não.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas está a criticar uma iniciativa do Partido Socialista! Ainda bem que a proposta é da Iniciativa Liberal!

O Orador: Portanto, fica mais claro.

Relativamente às cedências, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras deu aqui a entender que, eventualmente, o Partido Socialista punha em causa o princípio da cedência. Nem pensar nisso! Nunca esteve em discussão tal coisa, desde logo, porque o próprio Museu Carlos Machado tem mais do que 150 peças cedidas e isso nunca esteve em questão. O que está aqui em questão é o princípio e a confusão instalada entre cedência e transferência.

Por último, Sr. Deputado Paulo Estêvão, queria dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não é arrogante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem dias!

O Orador: Portanto, aceita sempre, democraticamente, qualquer sugestão de alteração, desde que seja para melhorar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rodolfo Franca, V. Exa. tem inteira razão. Estes meses de oposição retiraram muita da arrogância do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Reconheço uma humildade que não estava habituado a ver no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma nova atitude.

Só mostra que uma cura da oposição faz muito bem a qualquer partido.

Deputado José Contente (PS): Uma discussão coerente!

O Orador: Por isso, da minha parte, reconheço, e aí, há muito tempo que não consigo ter uma convergência com V. Exa., mas aqui tenho. A arrogância está, lentamente, a passar de moda no seu grupo parlamentar.

Deputado Francisco César (PS): Mas está a ganhar moda no seu!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Não, não!

Por isso, as coisas estão melhores, Sr. Deputado Rodolfo Franca. As coisas estão bastante melhores.

Sr. Deputado, sendo que reconheço que há uma nova atitude, e essa atitude é uma atitude que saúdo em democracia, eu não posso concordar consigo em relação à interpretação disto, porque isto aqui não faz nenhuma confusão.

Eu agora tenho de estar aqui a defender (deixa-me neste paradoxo, nesta situação) um texto que era do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E nós gostamos disso, Sr. Deputado!

O Orador: Eu só estou à vontade, porque votei favoravelmente na altura, por isso posso continuar a ter a mesma opinião.

Este texto é um texto claríssimo. Ouça:

“Artigo 82.º, cedência temporária”.

Não há outra!

Diz V. Exa., bom, isto aqui pode ficar uma dúvida, porque só fala na cedência temporária e não fala nas outras.

Pois, se não fala, é porque não existem.

Sr. Deputado, quantos deputados é que têm? Vinte e cinco!

Fala em mais algum? Não! É porque só têm 25. Parece-me que a interpretação não pode ser outra. Não é?

Tem esses deputados: tem o Deputado Vasco, tem o Deputado Rodolfo Franca, tem o Deputado Berto Messias, que continua nesta Casa...

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e dos Membros o Governo)

... o Sr. Deputado Francisco César. Têm vários deputados, não têm outros.

Se é cedência temporária, não pode ter outro tipo de cedências.

Diz V. Exa., fica mais claro!

Eu acho que não fica nada mais claro. Mais claro do que isto, que é meter na epígrafe que é “cedência temporária”? Queriam uma técnica melhor?

Eu lamento! Não podemos.

Sr. Deputado, só lhe vou dizer uma coisa: do alto da minha experiência parlamentar, também não convém ser tão humilde, e dizer que é preciso chegar aqui o Sr. Deputado Nuno Barata para aprender aquilo que significa uma cedência temporária.

Vou dizer-lhe uma coisa: nessa matéria eu não posso ser tão humilde como V. Exa., porque eu reconheço que o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista sabiam bem o que era uma cedência temporária.

Não foi a chegada do Sr. Deputado Nuno Barata que lhes veio ensinar qualquer coisa a este respeito.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não é para eternizar esta questão, mas respondendo ao Sr. Deputado Rodolfo Franca, uma vez que falou diretamente para esta bancada e para a Deputada Catarina Cabeceiras, eu não sou jurista, mas continuo a dizer que se temos

um artigo 82.º, em que temos, “cedência temporária”, como é que no âmbito deste artigo 82.º poderia ser incorporado outro tipo de cedência?

A interpretação que faço é que o artigo 82.º, na altura, quando o Partido Socialista apresentou, nesta Casa, este DLR, é que efetivamente a cedência é temporária. Os bens podem ser incorporados, ou por via da cedência temporária, ou por via do depósito, que pertence ao Capítulo VI, referente a este artigo, ou então através de uma incorporação.

Essa incorporação, sim, é que prevê uma transferência, é que prevê uma permuta, é que prevê a afetação permanente.

Como tal, não consigo entender como é que se pode dizer que este novo articulado é que veio clarificar, quando ao ler a legislação que está em vigor o entendimento é de que uma cedência é de cariz temporário, até porque todos os pontos deste artigo referem que a cedência é temporária.

Como é que se fez até agora? O que me querem dizer é que agora é está agora, porque a ter cedência temporária no artigo 82.º, podia ser outro tipo de cedência.

Então a pergunta que faço é: mas então até agora foram cedidos bens, sendo uma cedência permanente, ou seria uma transferência, ou seria uma incorporação, ou seria por via do depósito?

No meu entendimento, a integração desses bens era por essas vias, a cedência seria sempre temporária. É esta a interpretação, pelo menos que o Grupo Parlamentar faz, o que se compreende que até a este momento, todas as cedências que foram autorizadas no âmbito deste diploma, desde 2016, foram cedências temporárias.

Também para dizer que efetivamente consideramos que é importante continuar a existir esta dinâmica entre os museus, entre os núcleos museológicos, entre as coleções visitáveis, para que também exista esta dinâmica nas várias ilhas, este acesso, desde que sejam garantidas as tais técnicas de conservação e segurança.

Portanto, o nosso Grupo Parlamentar é apologista de que se deve manter essa dinâmica, porque até parece que agora temos uma cedência temporária, que antes era possível fazer outro tipo de cedência que não fosse temporário. Não nos parece que isso seja a interpretação de quem legislou na altura, que fosse essa a intenção, de estar neste artigo subentendida outro tipo de cedência, quer seja o que tem sido praticado até agora por parte da Direção Regional da Cultura.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca. Faz favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não tenciono prolongar por mais tempo esta discussão até porque já durou horas, na Comissão de Assuntos Sociais, a questão do que é a “cedência” e do que é a “transferência”. E, precisamente, por isso, precisamente porque o próprio Governo não teve o mesmo entendimento entre a “cedência” e a “transferência”, como todos nós sabemos, ou seja, há claramente a opiniões diferentes, legitimamente diferentes, tenso uma visão e outra sobre esse mesmo assunto, é precisamente por isso que o Grupo Parlamentar do PS entende que deve clarificar, porque nem todos interpretamos do mesmo modo. Apenas por isso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, é essa a nossa posição, precisamente porque tencionamos clarificar aquilo que, legitimamente, cada um tem uma visão diferente do outro.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Nós estamos fazendo a apreciação de um Decreto Legislativo que tem por objeto a revisão do Regime Jurídico dos Museus, que é um regime consagrado num diploma, extenso, profundo, minucioso, constituído por 159 artigos, e esta alteração apresentada pela Iniciativa Liberal cinge-se à alteração de apenas quatro, desses 159 artigos. Portanto, uma parte ínfima deste conjunto de regras que ordenam o funcionamento dos nossos museus e da rede de coleções visitáveis.

É evidente que a motivação que esteve na base desta proposta da Iniciativa Liberal, é muito diferente daquela que agora nos faz convergir na concordância à volta dos termos em que o Projeto de diploma está redigido.

A motivação foi outra, circunscrita a um facto e a um tempo.

O Sr. Deputado Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, teve o bom senso de ir fazendo as correções de trajetória, que quem corre depressa por vezes tem necessidade de fazer. Não é nada que não tenha acontecido a nenhum de nós, portanto, daí também não vem mal nenhum ao mundo, bem pelo contrário, estou convencido que vem um bem, que é o concurso desta iniciativa para melhor se conformar aquilo que devem ser as decisões dos responsáveis regionais, seja ao nível da administração, seja no seu todo, seja até a própria tutela, conformando-se com os pareceres técnicos que, no fundo, é aquilo que está com mais substância consagrado neste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Portanto, apetece-me quase dizer que há males que vêm por bem.

Portanto, foi um acontecimento muito polémico, que suscitou muitas paixões; como todas as paixões têm as suas vulnerabilidades, foi uma paixão que já se esfumou, eu diria até que murchou, já passou, como diria, uma canção infantil muito em voga, da Disney.

Portanto, estamos aqui concentrados nesta proposta concreta que é de efetivamente dar maior peso aos pareceres técnicos para conformar as

decisões que efetivamente têm de ser tomadas quando se trata da cedência de bens.

Eu vou retirar-me da discussão da cedência ser temporária ou não, se estava bem explícito ou não. Eu creio que estava bem. A redação que é dada também não fica pior.

Portanto, acho que tudo se conjuga para uma coisa que é importante, e era isto que queria sublinhar: para acautelar os bens móveis existentes na rede de museus regional, bens móveis, em muitos casos de grande singularidade, peças únicas, que têm de convocar o esforço de todos nós, não só do poder político, não só da administração pública regional, mas de todos os açorianos através de uma sensibilização para a preservação daquilo que nos identifica como povo, sabe-se lá se há 600 ou mais anos aqui neste espaço, seguramente a aproximar-se dos 600 anos, porventura há mais tempo aqui até terra pisada por outros, quiçá. Isso a história e os meios tecnológicos hão de permitir seguramente, num futuro próximo, deslindar estas interrogações que se colocam sobre a nossa presença, em qualquer circunstância daquilo que Vitorino Nemésio chama de açorianidade.

Isto tudo também para dizer que quanto mais precisos forem os termos das medidas necessárias para a conservação desse património móvel, além do imaterial, com certeza, estamos no bom caminho, porque neste momento há 94 peças que estão há muito cedidas sem que tivesse essa cedência, ou depósito, sido objeto de qualquer parecer técnico.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, esta discussão que se gerou à volta de um parecer técnico para uma possível cedência, por tempo determinado, com as condições de segurança que naturalmente são sempre exigidas por quem tem a responsabilidade de produzir as respetivas autorizações, de um boi da raça anã, do Museu Carlos Machado para o Pico, afinal permitiu identificar a existência de 94 peças sem que tivesse existido qualquer parecer técnico.

Para que isso não se repita e sejam acautelados estes bens preciosos que nos identificam como povo, com uma matriz cultural, muito, muito própria, nós naturalmente não podíamos deixar de dar o voto favorável a esta iniciativa.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital. Faz favor, Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (Susete Amaro): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço a oportunidade que me dão para falar sobre este assunto que, como o Sr. Deputado Joaquim Machado referiu, suscitou muita paixão; paixão, que suscitou uma petição, uma chamada de urgência à Comissão, a um pedido de alteração da lei e ainda uma providência cautelar.

Mas, de tudo aquilo que foi dito, houve uma afirmação que me suscitou alguma preocupação, uma afirmação proferida pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, que, ao elencar a cronologia desta iniciativa, referiu que o boi desapareceu.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Desapareceu do preâmbulo!

A Oradora: O boi não desapareceu. O boi continua no Museu Carlos Machado.

Poderia ter desaparecido no transporte entre o Museu Carlos Machado e o Ecomuseu do Corvo, mas, como esse transporte até tem de ser feito de forma cuidadosa, como está referido na lei, nem chegou a ser feito. Ele continua no Museu Carlos Machado.

Relativamente à iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, o Governo concorda com a mesma, porque clarifica aquilo que já era bastante claro, ao contrário do que o Sr. Deputado Rodolfo Franca diz, uma cedência é sempre temporária. Não há outro tipo de cedência. Isso já estava clarificado na lei, na lei que foi votada em 2016, e que foi considerada nos vários pareceres dos vários diretores dos serviços externos, como uma lei que satisfazia amplamente as necessidades dos museus. Eles continuam a considerar isso.

Estes pormenores que agora são adicionados vêm clarificar aquilo que já era considerado claro. Portanto, nada temos contra isso.

Mais uma questão que eu gostaria de referir: relativamente à divulgação dos pareceres, não sei se querem que também divulguemos todos os pareceres das outras 209 peças do Museu Carlos Machado que foram cedidas anteriormente e que não são do conhecimento público? Penso que algumas nem têm pareceres, mas podemos fazê-lo desse e de todos os outros. Podemos divulgar, não temos qualquer problema com essa questão.

Portanto, penso que as questões colocadas estão esclarecidas e nós concordamos com a alteração à lei, porque vem clarificar aquilo que já era claro.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A referência do desaparecimento do boi era do preâmbulo!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A recente polémica relativa à deslocalização de um exemplar que faz parte de uma peça da coleção de história natural dos Açores à guarda do Museu Carlos Machado e que não reuniu consenso e levantou questões relativamente à sua deslocalização para outra ilha, uma vez que os pareceres técnicos

mostraram relutância, alertou para a necessidade de precaver situações futuras.

Bem sabendo que não vivemos num sistema tecnocrata, nem querendo semelhante coisa, e não querendo entrar no campo filosófico desta questão, na verdade, este Governo, mais concretamente a Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, tem desmerecido, desconsiderado, ignorado, como nunca se viu nesta Região, os pareceres técnicos em prol de facilitismos, sempre com argumentos, no mínimo, subjetivos.

Deputado Flávio Soares (PSD): A senhora não ouviu a intervenção do Deputado Joaquim Machado!

A Oradora: Poderia, eventualmente, mencionar o caso do Projeto para o Mercado Municipal de Angra do Heroísmo, que embora situado no centro histórico da primeira cidade portuguesa a integrar as cidades património da Unesco, e tendo reunido pareceres desfavoráveis, pois este projeto desrespeita a lei nacional referente à preservação do património, pareceres estes que indicavam, minuciosamente, os detalhes a serem corrigidos, a Sra. Secretária Regional da Cultura, após reunião com o Sr. Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, decidiu emitir um parecer favorável devido à unanimidade que aquela obra reuniu em Assembleia Municipal. Relembro que estamos a falar de um mercado que se situa naquela que é a primeira cidade portuguesa na Unesco, e que merece todo o nosso respeito na preservação do seu património.

E o que a Sra. Secretária fez foi...

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que se centre no conteúdo da iniciativa.

A Oradora: Sr. Presidente, permita-me a latitude da questão, porque é só para dar um exemplo da forma como a Secretaria...

Presidente: Essa é uma latitude enorme.

A Oradora: ... tem desrespeitado. As pessoas realmente sabem e percebem da questão do património na nossa Região.

Mas não vou falar dessa questão. Vou falar, sim, da necessidade que se tem de clarificar a legislação, nomeadamente este diploma e assegurar que as decisões políticas devem ser tomadas, tomando em conta os pareceres de quem realmente percebe do assunto.

Aqui, está a tentar-se omitir há bocado que, esta alteração, nomeadamente o seu ponto 3, tem uma coisa muito importante, que é quando o parecer for desfavorável e o decisor político tomar a iniciativa de ir contra aquele parecer, vai ter de justificar, minuciosamente, porque é que o faz, que é para depois não virmos com questões subjetivas de houve unanimidade na Assembleia Municipal.

Portanto, vamos dar cabo do património, porque na Assembleia Municipal aceitaram.

Terminando o assunto, falta também aqui esclarecer uma coisa: é que se estamos hoje (e já percebi que houve várias tentativas de fugir a esta questão) a debater esta alteração, foi só por uma coisa, Sra. Secretária, permita-me que o diga: foi devido à trapalhada e à falta de comunicação da Secretaria Regional da Cultura com a Direção Regional da Cultura. Foi só isso.

Como já perceberam, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vai acompanhar esta iniciativa, porque realmente o nosso património merece ser preservado, merece que seja acautelado o futuro e merece que seja protegido deste Governo.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º

25/2016/A, de 22 de novembro, que aprova o Regime Jurídico dos Museus da Região Autónoma dos Açores”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XII, foi aprovado, na sua generalidade, por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Este diploma tem três artigos. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

(Pausa)

Não havendo oposição é o que farei.

Estão à votação os artigos 1.º, 2.º e 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XII, foi aprovado, por unanimidade, em votação final global.

Presidente: Muito obrigado.

Está, assim, encerrado este ponto 6 da nossa ordem de trabalhos.

Avançamos para o ponto 7 - **Petição n.º 7/XII – “Pela revogação do despacho da Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição**

Digital, que determina a cedência de um exemplar taxidermizado do Museu Carlos Machado ao Ecomuseu do Corvo”.

É uma petição apresentada pelo Sr. Rui Moreira da Silva Coutinho, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do nosso Regimento.

Os tempos são aprovados pela Conferência de Líderes tendo uma única intervenção, cada grupo parlamentar, 8 minutos; a Representação Parlamentar e o Sr. Deputado Independente 5 minutos.

Para apresentação do relatório tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Délia Melo. Faz favor.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 7/XII

“Pela revogação do despacho da Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital que determina a cedência de um exemplar taxidermizado do Museu Carlos Machado ao Ecomuseu do Corvo”

INTRODUÇÃO

A 17 de maio de 2021, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 7/XII, intitulada “Pela revogação do despacho da Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital que determina a cedência de um exemplar taxidermizado do Museu Carlos Machado ao Ecomuseu do Corvo”, cuja primeiro signatário é Rui Moreira da Silva Coutinho.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, as matérias relativas a “cultura”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos

do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

O primeiro peticionário refere, em sede de exposição de motivos, que “Após solicitação apresentada pela Senhora Diretora do Ecomuseu do Corvo, a Exma. Senhora Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital emitiu despacho fundado no parecer da autoria do Senhor Diretor Regional da Cultura, embora contrariando o parecer técnico do Museu Carlos Machado, a determinar a cedência de um exemplar taxidermizado de bovino da denominada raça anã do Corvo, por parte do Museu Carlos Machado ao Ecomuseu do Corvo.

O despacho que determina a cedência deverá ser revogado, permanecendo a peça museológica na coleção de História Natural do Açores, pertencente ao Museu Carlos Machado, atendendo a que:

A denominada raça anã de bovinos do Corvo não será exclusiva da ilha Corvo, tendo havido criação destes animais noutras localidades, designadamente nas ilhas das Flores e de São Miguel;

Os dois exemplares existentes no Museu Carlos Machado serão provenientes da exploração da quinta do Conde dos Fenais, em Ponta Delgada, ilha de São Miguel;

Estes exemplares são considerados peças singulares da coleção de História Natural do mais antigo museu da Região Autónoma dos Açores, cuja coleção assume relevância a nível nacional;

A cedência preconizada provoca a fragmentação da coleção e conduz ao seu empobrecimento.

Os exemplares em questão foram preparados há mais de cem anos, com recurso a técnicas de taxidermia, e exigem particulares cuidados de manuseio e conservação que desaconselham a sua mobilização;

Retira o exemplar do enquadramento museológico do fim do século XIX / início do século XX em que está inserido.

Existe a possibilidade de se realizarem estudos genéticos de modo a confirmar a existência de animais vivos da raça anteriormente criada e que possam vir a ser reintroduzidos, integrando o património do Ecomuseu do Corvo”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder às audições do primeiro peticionário, o Prof. Dr. Rui Moreira da Silva Coutinho, do Diretor do Museu Carlos Machado, do Diretor do Museu de Angra do Heroísmo, do Coordenador da Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores, do Diretor do Museu da Horta e do Diretor do Museu do Pico.

As audições do primeiro peticionário, do Diretor do Museu Carlos Machado e do Museu de Angra do Heroísmo ocorreram no dia 28 de maio de 2021, pelas 14h30, 16h00 e 17h30, respetivamente. A audição do Coordenador da Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores ocorreu no dia 23 de junho de 2021, pelas 16 horas. As audições dos Diretores do Museu da Horta e do Pico ocorreram no dia 30 de junho de 2021, pelas 10h15 e 11h15, respetivamente.

- **Audição do primeiro peticionário, Prof. Dr. Rui Coutinho:**

O primeiro peticionário referiu que a Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital decidiu transferir para o Ecomuseu do Corvo um dos dois exemplares de bovinos de raça anã, denominada raça do Corvo, que fazem

parte da Coleção de História Natural do Museu Carlos Machado. O parecer deste último Museu, solicitado pela Direção Regional da Cultura, foi negativo, mas a decisão de transferir o exemplar para o Ecomuseu do Corvo foi comunicada à instituição por despacho. Esta situação motivou a elaboração da petição, onde se pede a revogação do despacho porque, de acordo com o peticionário, a raça não é exclusiva da ilha do Corvo. Para defender esta afirmação, o peticionário partilhou alguns documentos que, na sua opinião, atestam a proveniência dos animais. Explicou que os bois são exemplares do Conde dos Fenais, logo, foram criados em São Miguel. Nesta sequência, referiu que seria fundamental serem desenvolvidos estudos de genética para se confirmar a existência de uma raça gerada na própria da ilha do Corvo.

Para além do referido, o peticionário alegou que não há fundamento técnico para se decidir ao contrário do parecer técnico emitido pelo Museu Carlos Machado. Por último, mostrou preocupação com a conservação das peças, referindo que não se pode correr o risco de perder um dos exemplares devido aos danos da sua mobilização, dado que se tratam de peças frágeis e que facilmente podem ficar danificadas.

Terminou explicando que o conceito da museologia na atualidade permite que se recorra a réplicas que podem ser produzidas com todo o rigor.

Finda a sua exposição, abriu-se a primeira ronda de intervenções, tendo-se inscrito os deputados Paulo Estevão (PPM) Marta Matos (PS) e Délia Melo (PSD).

O deputado Paulo Estevão questionou o peticionário se o mesmo tinha conhecimento que já tinha havido, por parte do Dr. Artur Machado, uma tentativa de recolha de ADN dos animais, como proposto na petição, mas que a mesma se revelou infrutífera.

Acrescentou que a comunidade científica reconhece como espécie autóctone outros animais que tiveram um período de adaptação como aquele que os

bovinos de raça anã tiveram e que adquiriram, ao longo de 400 ou 500 anos, características específicas.

O deputado Paulo Estevão referiu, ainda, que todos os exemplos apresentados pelo peticionário têm um denominador comum - apontam para a origem dos bovinos. De acordo com o que foi exposto, os animais são originários da mais pequena ilha do arquipélago, ainda que tenham sido vendidos para outras ilhas. O deputado corroborou a sua afirmação com uma referência à placa de identificação dos dois bovinos que tem inscrita, precisamente, esta informação. Ainda na senda da contra-argumentação, lembrou que no programa “Casa do Tempo”, foi proferido pelo Dr. João Paulo Constância que “uma das peças mais interessantes da coleção de história natural são estes dois exemplares de uma raça anã, bovina, que foi criada na ilha do Corvo até aos princípios do século XX.”. A concluir, perguntou se o peticionário tinha conhecimento que a Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital autorizou uma cedência temporária, como consta do artigo publicado no Açoriano Oriental, do dia 25 de abril, pelo que a peça ficaria temporariamente exposta no Ecomuseu do Corvo, voltando, posteriormente, ao Museu Carlos Machado. A esse propósito, perguntou ao peticionário se tinha conhecimento que a conservação da peça é da responsabilidade de técnicos do Museu de História Natural que se deslocam aos Açores para este efeito.

Em réplica, o Prof. Dr. Rui Coutinho afirmou que desconhecia a tentativa de recolha de material genético dos exemplares do Museu Carlos Machado por parte do Dr. Artur Machado. Relativamente às restantes questões, informou que não assistiu ao programa “Casa do Tempo”, mas que sabe que a placa identificativa dos animais refere a origem dos mesmos como sendo do Corvo. Acrescentou, todavia, que seria bom que se tentasse perceber o que conduziu a esta classificação. Ainda que se diga que os animais são provenientes da ilha do Corvo, o peticionário continuou a alegar que não se trata de uma raça exclusiva daquela ilha, fazendo, por tal, referência a uma carta de 1898, que

dá nota que os animais foram trazidos pelo Conde dos Fenais e foram criados em São Miguel, mas sem especificarem a sua proveniência.

O peticionário concluiu a sua resposta explicando que é imperativo ser feita a avaliação das condições em que se encontra a peça antes de se proceder à sua deslocação.

Em réplica, o deputado Paulo Estevão lembrou que a própria comunidade científica reconhece como autóctones os animais que adquirem características específicas após um determinado período de adaptação, como o caso dos bovinos de raça-anã. Continuou o seu discurso referindo que as próprias estruturas agrícolas do Corvo apresentam uma dimensão que só comportaria este tipo de bovino.

O deputado monárquico perguntou se o peticionário tinha conhecimento dos aspetos mencionados e se sabia que, no passado, houve um caso similar com um milhafre que foi enviado para o Museu de Angra do Heroísmo, mesmo depois de receber um parecer negativo. Por último, explicou que a autorização de cedência temporária concedida pela Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital estava condicionada a um conjunto de obrigações para ser garantida a preservação da peça.

O peticionário referiu que as informações que reuniu apontam para a introdução desta raça no Corvo num espaço temporal de 350-375 anos, pelo que não se trata de um tempo suficientemente alargado para que os animais adquiram características próprias. Para além do referido, lembrou que são exemplares únicos, pelo que é um risco acrescido proceder-se à deslocação de uma destas peças, dado que, a ficar danificado, jamais poderá ser recuperado. Ainda em resposta às questões colocadas, o peticionário confirmou que conhece perfeitamente a ilha do Corvo, mormente as casas que albergavam os animais em questão e explicou que não conhece infraestruturas das mesmas dimensões noutras ilhas. A terminar, admitiu que não acompanhou a audição da Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital.

Interveio, seguidamente, a deputada Marta Matos (PS) para pedir a opinião do peticionário acerca da possibilidade da descrição da peça estar ligada ao facto de a mesma ter vindo da ilha do Corvo sem que isso implique que seja originária desta ilha. A deputada socialista referiu, ainda, que nunca esteve em causa a cedência de peças entre museus da Região, mas sim o desrespeito do Governo Regional em relação ao parecer técnico emitido sobre este assunto. Neste seguimento, questionou o peticionário se a cedência poderá representar uma perda significativa para a maior coleção da história natural dos açores e se a movimentação desta peça em especial trará sérios riscos para a sua preservação e salvaguarda.

Em resposta, o Prof. Dr. Rui Coutinho argumentou que, tendo em consideração a existência de somente dois exemplares e o seu valor museológico, tenderia a manter a coleção intacta tal como está.

O peticionário reforçou a importância de um parecer técnico por parte de quem conhece os exemplares, como, de resto, aconteceu, e de se respeitar o parecer que, neste caso, foi negativo.

No que concerne à descrição na placa de identificação dos animais, pode-se presumir que seja uma referência à origem dos exemplares, ou seja, vieram da ilha do Corvo, mas não se pode garantir que não tivesse havido reprodução da mesma em São Miguel, ou seja, não há certezas da exclusividade da origem genética da raça. Por tal, defende que seria, eventualmente, necessário colocar esta questão à Universidade dos Açores, para uma nova tentativa de recolha de material genético para se definir a sua verdadeira origem.

A próxima deputada a tomar da palavra foi Délia Melo (PSD) que fez alusão não só à placa identificativa que se encontra no Museu Carlos Machado, como também ao programa “A casa do Tempo”, em que o Dr. João Paulo Constância falava sobre a origem dos bovinos de raça anã, referindo a sua origem como sendo da ilha do Corvo. Perante estes factos, questiona como se continua a afirmar que há dúvidas em relação à origem destes exemplares. A deputada explicou que outra preocupação levantada pelo peticionário se

prendia com a conservação das peças e, nesse seguimento, lembrou que o despacho assinado acautela este aspeto, como, de resto, a própria legislação prevê na indicação das competências dos museus e do ecomuseu. Assim, indagou o presente se, caso fossem garantidas todas as questões de segurança e preservação da peça, este já consideraria que a cedência poderia ter lugar, relembrando que um dos objetivos da rede de museus e coleções visitáveis é possibilitar a troca de peças entre os diferentes museus para os colocar à disposição dos visitantes destes espaços de cultura em todas as ilhas.

Em resposta, o peticionário referiu que é inegável que os exemplares vieram da ilha do Corvo, não se pode é especular que não tenha havido criação e procriação de animais na ilha de São Miguel.

No que toca à deslocação das peças, o Prof. Dr. Rui Coutinho deu nota que tratar e transportar com todo o rigor a peça em questão é assumir que o exemplar se encontra em condições de ser deslocada. Sendo uma peça única e muito frágil, é preciso garantir que possa ser deslocada. Assim, é da opinião que qualquer decisão deve ser antecipada por uma avaliação a esse nível. Como forma de colmatar esta situação, considera que hoje em dia já existem técnicas de musealização que apresentam réplicas quase perfeitas, pelo que são alternativas válidas.

Face às declarações emitidas, a deputada quis saber se o peticionário manteria a sua decisão caso houvesse um parecer técnico que garantisse que as condições de transporte, segurança e conservação da peça estariam acauteladas, ao que obteve a resposta que, ainda que tal venha a acontecer, continua a ser da opinião que a peça se deverá manter no museu onde se encontra atualmente.

Foi aberta uma segunda ronda de intervenções, tendo-se inscrito os deputados Paulo Estevão (PPM), Marta Matos (PS) e Flávio Soares (PSD).

O deputado Paulo Estevão (PPM) reiterou que há evidências que demonstram claramente a origem dos animais e partilhou que teve o cuidado de contactar biólogos para compreender a evolução biológica da espécie. Nesse

seguimento, a informação recolhida foi a de que são necessários milhares de anos para haver uma adaptação biológica. No caso do bovino de raça anã, o que existe são algumas características específicas que foram desenvolvidas durante centenas de anos, levando à diferenciação da espécie, mas sem criar uma identidade absolutamente diferente daquela que lhe deu origem.

O mesmo deputado lembrou, ainda, que a própria lei permite que sejam efetuadas cedências apenas quando garantidas as condições de segurança e conservação. Como uma das preocupações do peticionário se prendia com esta questão, mais especificamente com as temperaturas e humidade, o deputado questionou se o peticionário tinha conhecimento de que existem técnicas de climatização que podem ser aplicadas no Ecomuseu do Corvo, de modo a proporcionar as mesmas condições que as do museu onde atualmente se encontra a peça.

O Prof. Dr. Rui Coutinho não se quis pronunciar em relação à legislação, mas referiu que poderá ser difícil replicar as condições do Museu Carlos Machado no Ecomuseu do Corvo, visto não serem estáveis.

Ainda no uso da palavra, o peticionário deixou claro que gostaria de ser esclarecido se já foram definidas, do ponto de vista técnico, as condições para a deslocação da peça.

A deputada Marta Matos (PS) perguntou se, no caso de se receber uma avaliação técnica negativa aquando da elaboração do protocolo, o peticionário receia que o Governo Regional desconsidere o parecer, como fez com aquele que foi emitido pelo Museu Carlos Machado, tendo recebido a resposta de que, a acontecer, estaríamos perante uma enorme falta de bom senso.

Por último, foi a vez do deputado Flávio Soares (PSD) intervir, referindo que não se trata de um processo novo, e deu como exemplo a cedência de um milhafre para o Museu de Angra do Heroísmo, mesmo depois de ter sido emitido um parecer técnico negativo.

Posteriormente, insistiu numa questão já colocada, esperando uma resposta objetiva da parte do peticionário. No fundo, quis saber se, estando salvaguardadas todas as condições de segurança, transporte e conservação da peça e se os pareceres dos técnicos garantissem estas condições, o peticionário concordaria com a cedência temporária ou não.

Para responder à questão, o Prof. Dr. Rui Coutinho referiu que, do ponto de vista museológico, é desaconselhado.

- **Audição do Diretor do Museu Carlos Machado:**

O Diretor do Museu Carlos Machado, Dr. Duarte Melo, começou por referir que “há claramente em todo este processo uma confusão de conceitos museológicos entre transferência e cedência”. O dirigente esclareceu que “o que foi pedido [pelo Ecomuseu do Corvo] era a desincorporação de um bem material de um núcleo museológico, para uma incorporação noutra”, e foi a essa requisição que deu um parecer negativo. Esse pedido foi recebido com um parecer do Diretor Regional da Cultura que “evidencia uma ambiguidade de conceito e de lei: é favorável à transferência sem termo (desincorporação), ao mesmo tempo que afirma que se deve manter propriedade do Museu Carlos Machado”. Para o Diretor do Museu Carlos Machado, houve uma confusão de termos, tendo a mesma gerado toda a confusão em torno desta matéria, pois garantiu que é prática corrente dos museus a cedência de peças, por tempo determinado, desde que sejam assegurados todos os procedimentos no que toca à preservação dos bens.

Ainda que assim seja, o dirigente referiu que a peça faz parte da coleção fundadora do museu, é um objeto patrimonial e vocativo da memória museológica da época, integra a exposição de circuito permanente e apresenta zonas de fragilidade, pelo que é desadequada a sua cedência. Noutros museus de História Natural optam por réplicas, sendo esta uma possibilidade a ter em conta.

O Diretor concluiu a sua exposição acusando a Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital de represálias ao referir que a situação “deu origem a repercussões nefastas ao Museu Carlos Machado, por parte da tutela”, que não renovou “a mobilidade interna de dois técnicos superiores” daquela instituição.

Feita esta explanação inicial, abriu-se a primeira ronda de intervenções, tendo-se inscrito os deputados Marta Matos (PS), Alexandra Manes (BE), Paulo Estevão (PPM) e Flávio Soares (PSD).

A deputada socialista, Marta Matos, pediu que o dirigente sintetizasse os fundamentos do parecer negativo emitido pelo Museu Carlos Machado. Referiu, ainda, que aquando da audição à Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, fez-se menção a uma situação semelhante ocorrida no passado, mormente sobre uma cedência autorizada de um milhafre, contrariando um parecer desfavorável. Neste seguimento, pediu esclarecimentos sobre esta situação.

Em réplica, o Diretor do Museu deu nota que nunca tinha havido um parecer desfavorável quanto à cedência do milhafre ao Museu de Angra e que, na questão mencionada, havia peças em reserva, pelo que não se podem comparar as duas situações.

Seguidamente, foi vez da deputada Alexandra Manes (BE) intervir. A mesma questionou há quanto tempo é que o Dr. Duarte Melo é diretor do Museu Carlos Machado e se este sentiu algum tipo de represálias devido a toda a situação. Quis ainda que se clarificasse qual foi o pedido e qual o despacho dado.

Em resposta, o dirigente deu nota que era diretor há quinze anos e que, devido à celeuma da questão em discussão, sentiu represálias. Esclareceu, ainda, que houve uma confusão de termos, porque primeiramente foi feito um pedido de incorporação da peça no Ecomuseu, mas que o despacho da Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital autorizava uma cedência temporária da peça.

Sobre a transferência ou cedência do exemplar do bovino de raça anã, o parlamentar eleito pela ilha do Corvo, Paulo Estevão (PPM) referiu que a confusão foi gerada pelo Diretor do Museu, o Dr. Duarte Melo. “Não há confusão, há uma relação hierárquica - a senhora secretária diz que é uma cedência”, concretizou, antes de esclarecer que “aquilo que foi pedido pelo Ecomuseu do Corvo não foi aprovado. Agora, não há nenhuma dúvida de que estamos a falar de uma cedência, com um protocolo.”.

Para o deputado monárquico, o Diretor do Museu Carlos Machado “fez afirmações gravíssimas” ao ligar “esta questão do boi com questões administrativas”, acusações essas que são inaceitáveis e têm de ser provadas. O dirigente do museu lamentou as palavras do deputado Paulo Estevão e leu tanto o despacho do Diretor Regional da Cultura, como o da Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, fazendo notar que o teor de ambos é contraditório, mas que a confusão de termos “transferência” e “cedência” já tinha sido esclarecida. Neste seguimento, o deputado Paulo Estevão reforçou, mais uma vez, que há requisitos que garantem o que está na lei, acautelando a integridade da peça, e referiu que não há qualquer confusão, pois a decisão que o superior hierárquico do Diretor Regional da Cultura assinou foi uma autorização de cedência.

De seguida, o deputado Flávio Soares (PSD) perguntou quais os critérios para a cedência das peças; qual o tempo máximo de cedência de peças; como se processou a cedência do milhafre ao Museu de Angra do Heroísmo e se alguma vez já tinha sido feito uma cedência sem que o parecer recolhido fosse favorável.

O Dr. Duarte Melo respondeu que cada caso é um caso. Os empréstimos são feitos pela solicitação de uma instituição a outra e são verificadas se há condições que acautelem a integridade das peças e, no caso do milhafre, o parecer foi favorável. Revelou que todas as peças são património da Região e que devem circular, o que é lamentável é que algumas estejam a decorar gabinetes de diretores e, neste seguimento, listou um conjunto de peças que

estão a servir este propósito, tanto em gabinetes de diretores regionais, como em outras instituições da Região.

Foi aberta a segunda ronda de intervenções, com as inscrições dos deputados Alexandra Manes (BE), Marta Matos (PS), Flávio Soares (PSD) e Paulo Estevão (PPM).

A deputada bloquista, Alexandra Manes, quis confirmar se havia peças do museu que estivessem a decorar o gabinete do Diretor Regional da Cultura e se existe enquadramento legal para o efeito, tendo sido informada que há enquadramento legal, por se tratarem de cedências, ainda que seja contra esta prática, e acrescentou que não podia afirmar se o diretor em causa tinha ou não peças no seu gabinete.

Já a deputada Marta Matos (PS) indagou o dirigente se, do ponto de vista técnico, a cedência da peça representará uma perda significativa para a maior coleção de História Natural dos Açores e se a movimentação da mesma acarretará riscos para a sua preservação, ao que o Diretor do Museu retorquiu ser prudente não arriscar a movimentação desta peça centenária.

O deputado Flávio Soares (PSD) pediu a palavra para solicitar a audição da Secretária Regional da Cultural, Ciência e Transição Digital, de modo a que a mesma possa responder às acusações que lhe foram feitas. Requereu, ainda, uma cópia do despacho de cedência do milhafre; informação sobre a instituição que não devolveu uma peça museológica quando solicitada a fazê-lo e o estado de conservação das peças que foram cedidas para fins decorativos dos gabinetes. Por último, quis saber a razão de não ter havido uma posição pública sobre o pedido de transferência dos dois bovinos de raça anã em 2019, com a apresentação de um Projeto de Resolução do PPM.

Face às questões colocadas, o Diretor do Museu Carlos Machado explicou que não houve celeuma em torno da questão, em 2019, pelo facto de a mesma ter sido tratada internamente. Quanto às solicitações feitas, o dirigente daquele museu comprometeu-se a enviar toda a documentação com a informação pretendida.

A terminar a ronda, foi a vez do deputado Paulo Estevão (PPM) intervir para questionar se a informação que se encontra no Museu Carlos Machado, no que toca à origem dos bovinos raça-anã, está correta. Para além disso, quis confirmar se houve pedidos de cedência de peças museológicas para os gabinetes do atual Diretor Regional da Cultura e da Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital. Por fim, indagou o dirigente sobre o modo como acompanha o estado em que se encontram as peças cedidas para as diferentes entidades.

O Diretor do Museu Carlos Machado confirmou que a placa identificativa que se encontra no museu está certa, mas isso não significa que a origem seja do Corvo. No que toca à cedência das peças a diferentes entidades, é feita uma aferição do estado das mesmas por parte da gestora de arte do museu, na medida do possível. Terminou confirmando que não houve qualquer pedido de peças museológicas para a decoração dos gabinetes por parte do atual executivo.

Na terceira e última ronda, a deputada Délia Melo (PSD) lembrou que os museus têm várias competências e têm a obrigatoriedade em cumprir o legislado. Face ao exposto, e esclarecida a confusão em torno dos termos utilizados, a deputada quis saber se o parecer do dirigente do Museu Carlos Machado seria, no momento atual, diferente daquele que emitiu na altura em que foi chamado a se pronunciar sobre esta matéria. A mesma deputada fez uma observação às acusações feitas pelo Diretor Museu Carlos Machado, classificando-as como muito graves, pelo que a Secretária Regional deveria ter a possibilidade de esclarecer a Comissão acerca da decisão tomada em relação à não renovação da requisição de dois técnicos para o Museu.

O Dr. Duarte Melo reiterou que, de acordo com a sua leitura, houve represálias por parte da governação devido à polémica gerada em torno do assunto em questão.

Na sequência das declarações proferidas, o deputado Paulo Estevão (PPM) pediu uma interpelação para deixar claro que as palavras do dirigente do

Museu Carlos Machado eram caluniosas e muito graves. A deputada Ana Luís (PS) pediu, igualmente, a palavra para uma interpelação para dar nota que a figura regimental utilizada pelo deputado anterior não se aplicava às Comissões.

- **Audição do Diretor do Museu de Angra do Heroísmo:**

O Diretor do Museu de Angra do Heroísmo, Dr. Jorge Bruno, revelou a dificuldade em expressar uma opinião objetiva sobre a matéria por desconhecer os contornos da questão, nomeadamente a fundamentação de ambas as partes – do Ecomuseu, no pedido feito, e dos despachos. Todavia, referiu ser muito importante o diálogo entre museus e a partilha de acervos, que, no fundo, se constitui como uma prática comum e uma mais-valia. Lembrou, contudo, que nenhuma peça é cedida sem que se faça uma avaliação prévia.

Feita esta explanação, foi aberta a primeira ronda de intervenções, tendo-se inscrito o deputado Flávio Soares (PSD) para saber se é sempre solicitado um parecer ao museu que cede as peças e quais os critérios existentes para o efeito, tendo sido informado que há diferentes trâmites a seguir, mas que é preciso concertar a questão, primeiramente, em diálogo. O dirigente do museu acrescentou, ainda, que as cedências têm critérios claramente definidos.

O deputado social-democrata quis também confirmar se houve um parecer negativo no que toca à cedência do milhafre ao Museu de Angra do Heroísmo, ao que o Diretor retorquiu que não tinha conhecimento de tal.

Aberta a segunda ronda, a deputada Marta Matos (PS) questionou o dirigente do Museu de Angra do Heroísmo se foi chamado a emitir parecer sobre a cedência do bovino raça-anã, tendo recebido a resposta que tal não aconteceu.

O deputado Paulo Estevão (PPM) indagou o dirigente acerca das condições especiais indicadas pelo Museu Carlos Machado para a preservação da peça

empalhada que cedeu ao Museu de Angra do Heroísmo, ao que lhe foi respondido que a peça chegou com recomendações de controlo de humidade, temperatura e luminosidade.

A deputada Alexandra Manes (BE) interveio no sentido de saber se o Dr. Jorge Bruno conhecia a peça sobre a qual recai a petição, qual seria o seu parecer em relação ao pedido de cedência e se havia outros cuidados a ter com esta peça centenária, ou seja, diferentes aos exigidos a outras peças como o milhafre.

Em réplica, o Diretor do Museu de Angra do Heroísmo referiu que conhecia os exemplares e reiterou que não conhecia os contextos da situação, pelo que não estaria apto a emitir qualquer parecer. Relativamente aos cuidados, os genéricos são sempre os mesmos, já em termos de conservação requer especiais cuidados que se prendem com a longevidade e raridade da peça, entre outros.

- **Audição do Coordenador da Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores:**

O Coordenador referiu que houve um exercício legítimo de uma estrutura museológica – pedido de uma peça, no caso do Ecomuseu – tendo o Museu Carlos Machado explicado que a peça em concreto fazia parte do seu discurso explícito, ou seja, não se trata de uma peça em reserva, mas sim uma peça única em exposição. Contudo, a administração pública é a depositária do conjunto de peças adquiridas por conta do orçamento da Região. Por tal, é um direito público normal decidir que se possa mudar de sítio as diferentes peças, de modo a que as mesmas criem mais impacto junto dos visitantes.

A realidade é que, para o Dr. Francisco Maduro Dias, ambos têm razão – tanto o Ecomuseu no seu pedido, como o Museu Carlos Machado na sua resposta. Considera, contudo, que foram tomadas decisões apressadas, pois nada impede que o Museu Carlos Machado, perante os cuidados a ter com a

peça, refira que só concorda com a cedência se a peça for restaurada e que o depósito temporário aconteça desde que a sala final também tenha as condições necessárias. Garantir-se-ia, deste modo, que na Região pudéssemos ter a peça bem conservada e um espaço museológico com melhores condições para receber a mesma.

A terminar, o Coordenador da Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores deu nota que há outras formas, mais modernas e com base nas tecnologias, que se poderiam constituir como uma solução.

Terminada a sua explanação, foi aberta a primeira ronda de intervenções, tendo-se inscrito o deputado José Pacheco (CH) no sentido de afirmar que a Região tem de trabalhar para enriquecer o seu acervo geral, ajudando os dois museus em questões. Para o Coordenador da Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores, é necessário perceber-se a razão do pedido, ou seja, o discurso interpretativo em torno da peça. É necessário, também, ver como podemos ajudar os dois museus, enriquecendo ambos.

O deputado Paulo Estevão (PPM) interveio no sentido de esclarecer os contornos da discussão em torno dos bovinos de raça-anã e o que despoletou a polémica.

Após a sua explanação inicial, deixou duas questões:

- No caso do Ecomuseu do Corvo, quem concretiza as tarefas no âmbito da conservação das peças?
- A solução encontrada, condicionada à elaboração de um protocolo, é ou não aceitável?

Em resposta, foi informado que a cedência e circulação de peças entre museus é um procedimento normal. Acrescentou que a estrutura do Ecomuseu do Corvo necessita ter recursos suficientes para garantir a preservação da memória, adquirindo competências e capacidades de salvaguarda e conservação de peças e que haja uma relação com as várias entidades. Quanto ao despacho, o dirigente considera ser necessário regressar

às questões técnicas. Para tal, há que haver diálogo, concertação e, a partir daí, não haverá problema.

Seguidamente, foi a deputada Marta Matos (PS) que indagou o Coordenador acerca da sua opinião em relação à efetivação da cedência do ponto de vista da salvaguarda e segurança do bem em causa. Perguntou, ainda, se tinha conhecimento de alguma situação passada em que, havendo um parecer negativo de uma das partes, a cedência tenha sido efetivada. A resposta recebida foi de que é necessário ouvir todas as partes envolvidas, em busca de soluções viáveis. Assim sendo, o técnico deve entregar propostas que resolvam os problemas. Já no que toca à segunda questão, o Dr. Francisco Maduro Dias referiu que não tinha conhecimento de nenhuma outra situação, dado que, no momento em que surge um parecer negativo, as várias partes dialogam no sentido de contornarem os problemas encontrados.

A deputada Délia Melo (PSD) pediu a palavra para questionar o convidado se este não considerava legítimo que a mais pequena ilha do arquipélago, que tanto lutou para ter um projeto museológico, pudesse expor uma peça que faz parte da sua identidade cultural, tendo em conta o objetivo da rede de museus e o que está legislado, que salvaguarda a segurança e a conservação da peça.

Como réplica, o Coordenador insistiu em frisar que ambos os espaços museológicos têm legitimidade na sua argumentação e que compete à administração da Região Autónoma dos Açores tentar encontrar uma solução para esta questão em que não se crie problemas para nenhuma das partes.

A deputada Alexandra Manes (BE) quis saber qual o parecer que o Dr. Francisco Maduro Dias emitiria sobre esta questão, caso fosse chamado a se pronunciar e, se o mesmo fosse negativo, como resolveria a questão. Perguntou, ainda, se concordava ou não com a petição.

A resposta obtida foi que as cedências estão previstas na lei, mesmo contra os pareceres negativos da partida, neste caso concreto, do Museu Carlos Machado. Acrescentou, ainda, que, no caso de um parecer negativo, tentaria procurar uma solução, uma alternativa de modo a resolver o problema.

Na última ronda, o deputado Paulo Estevão (PPM) perguntou se era um comportamento aceitável, do ponto de vista ético, remeter para os jornais e tornar pública informação de carácter reservado, tendo a mesma questão merecido uma resposta negativa.

- **Audição do Diretor do Museu da Horta:**

O Diretor do Museu da Horta, Dr. José Luís Neto, iniciou a sua exposição a dar nota que não se sente competente na matéria para falar sobre o assunto, dado não conhecer a documentação técnica. Partilhou a sua opinião de que este é um tema que não deveria estar em discussão pública, porque rapidamente se corre o risco de se passar de argumentos científicos para os pseudocientíficos. Deixou, porém, implicitamente a sua visão sobre a desintegração de peças das suas exposições originais. Através da alusão a situações passadas, deu conta que nem sempre a decisão da maioria é a mais acertada.

Na primeira ronda de inscrições, fez uso da palavra a deputada Marta Matos (PS) que quis saber se o Diretor do Museu da Horta tinha conhecimento de alguma situação anterior em que tivesse sido emitido um parecer negativo, mas que ainda assim a cedência se tivesse efetivado.

Em resposta, o dirigente referiu que o Museu da Horta não se tem oposto à cedência de peças. Mais adiantou, perante a insistência da deputada Marta Matos em saber a sua opinião em relação à efetivação da cedência, que há legislação que salvaguarda as questões de segurança das peças. Reconheceu, porém, que há muitos técnicos com conhecimento geral, estando a faltar técnicos especializados que são aqueles que deveriam emitir os pareceres, como conservadores e restauradores. A este propósito, deu nota que já fez o pedido para ter técnicos especializados a trabalhar no museu.

O deputado Paulo Estevão (PPM) explicou que o despacho da Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital contemplava todos os

procedimentos previstos na lei. Relembrou, também, que o despacho respeitou parte do que eram os problemas levantados pelo Museu Carlos Machado, que não aceitava uma transferência. Facto é que o despacho autoriza a cedência, situação que o próprio Diretor do Museu Carlos Machado disse, em audição, que nada tinha a obstar, desde que garantidos os procedimentos de segurança da peça. O deputado Paulo Estevão lembrou que os técnicos que fazem a preservação das peças se deslocam de Portugal Continental. A terminar, questionou a visão do dirigente do Museu da Horta sobre a circulação de peças entre os vários museus da Região. Neste seguimento, foi informado que esta é uma prática comum e permite que mais pessoas tenham acesso às mesmas.

Na segunda ronda de intervenções, a deputada Marta Matos (PS) indagou o Diretor do Museu da Horta qual era a sua opinião acerca das novas formas de museologia que recorrem às altas tecnologias e foi informada que esta não seria uma opção viável dado o elevado valor das mesmas.

Já a deputada Délia Melo (PSD) elencou um conjunto de argumentos - a identidade arquipelágica, a igualdade de oportunidades, os benefícios da partilha, a salvaguarda da peça com base na legislação em vigor e o preço avultado do recurso a novas tecnologias - de modo a questionar o dirigente do Museu da Horta qual seria a sua posição se tivesse de emitir um parecer, tendo por base o que tinha acabado de expor. A deputada perguntou, ainda, há quanto tempo havia feito o pedido para ter recursos humanos especializados, como conservadores e restauradores, a trabalhar no Museu.

Em resposta, o dirigente do Museu da Horta deu nota que estava em funções há nove meses e que, durante esse período, já tinha feito o pedido de recrutamento de técnicos especializados e que antes desse período já o seu antecessor o tinha feito, mas sem sucesso. No que toca ao hipotético parecer, referiu que tudo depende da narrativa que se quer dar à peça, ou seja, qual o fim a que se destina, pelo que, não conhecendo os documentos, não se poderá pronunciar acerca desta matéria.

Já na terceira e última ronda, a deputada Marta Matos (PS) clarificou que seria importante averiguar outras soluções para não se colocar em causa a segurança e integridade da peça. Quis, também, certificar-se se, de facto, nunca este dirigente foi chamado a emitir parecer sobre a matéria em discussão.

O deputado Paulo Estevão (PPM) reforçou a ideia de que os novos caminhos da museologia são importantes como complementares e nunca numa ótica de substituição das peças originais e perguntou se o dirigente conhecia qual o discurso interpretativo ligado aos bois de raça-anão no Museu Carlos Machado.

Em réplica, e a concluir a audição, o Diretor do Museu da Horta disse não ter sido chamado a pronunciar-se sobre a matéria, referindo mesmo que seria deselegante que tal acontecesse. Acrescentou, na sequência da questão colocada pelo deputado monárquico, que conhecia o discurso interpretativo e museográfico em torno do casal de bovinos, mas que não se pronunciaria em relação ao mesmo.

- **Audição do Diretor do Museu do Pico:**

O Diretor do Museu do Pico, Dr. Manuel Costa, fez uma apreciação do objeto da petição referindo que não conhece nem teve acesso ao parecer técnico do Museu Carlos Machado pelo que desconhece o teor do mesmo. Situação semelhante acontece em relação ao pedido do Ecomuseu, ao parecer técnico sobre este assunto e ao despacho da Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital. Não tem recursos para além da petição e percebe a pretensão dos peticionários, mas sem a fundamentação técnica, sente-se condicionado na capacidade de poder ajuizar sobre a discussão em causa. Contudo, deu nota que existe um regime jurídico dos museus, documento estruturante e peça nevrálgica que permite governar os museus, com um vasto conjunto orientações que se consagraram como os procedimentos técnicos e

especializados para se lidar com situações deste género. Este documento especifica a política de incorporações, cedências, depósitos, transferências e permutas de bens culturais e museológicos que se encontram regulados jurídica e tecnicamente. O Diretor do Museu do Pico chamou, ainda, a atenção para um aspeto importante – os museus dos Açores são serviços externos da Direção Regional da Cultura e não possuem autonomia administrativa nem financeira. Os pareceres técnicos dos museus têm de ser devidamente sustentados e podem ser sempre revertidos pelo órgão com capacidade de decisão em matéria de cultura, neste caso a tutela, desde que esta produza outro parecer técnico devidamente especializado e tecnicamente sustentado. Os pareceres dos museus não são vinculativos do ponto de vista legal e jurídico.

Aberta a primeira ronda de intervenções, inscreveu-se a deputada Marta Matos (PS) referindo que, apesar de já ter sido solicitado, os deputados ainda não tiveram acesso à documentação técnica produzida sobre a questão em análise. Referiu, também, que o objeto desta petição não se centra na mobilidade de peças, mas sim de uma peça museológica específica, cujo parecer recebido da parte do Museu Carlos Machado foi negativo. Neste seguimento, questionou se o dirigente do Museu do Pico tinha conhecimento de alguma vez ter acontecido algo semelhante, isto é, receber um parecer negativo, mas ainda assim se avançar com a cedência de uma peça.

A resposta que recebeu foi negativa, tendo o dirigente do museu acrescentando que é imperativo que se contrarie o pensamento individualizado, isto é, que os museus se sintam proprietários e donos dos bens públicos e que não os queiram partilhar. Concluiu dizendo que nenhuma ilha deve ficar para trás e que devemos sentir a Região como um todo.

De seguida, interveio o deputado Paulo Estevão (PPM) para contrariar o discurso da deputada Marta Matos, dando nota que os elementos da Comissão de Assuntos Sociais tiveram acesso ao teor das comunicações ocorridas entre os vários envolvidos – Ecomuseu, parecer do Museu Carlos

Machado, despacho da Direção Regional da Cultura e aquele assinado pela Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital.

Seguidamente, questionou o Diretor do Museu do Pico se o mesmo não considerava compreensível que, sendo um elemento muito importante para a identidade cultural da ilha, a peça fosse exposta na mais pequena ilha do arquipélago, de modo a recuperar a memória histórica daqueles ilhéus.

O Diretor do Museu do Pico respondeu afirmativamente, comungando da visão do deputado Paulo Estevão, considerando que somos um todo, pelo que a partilha deve acontecer. O dirigente do museu afirmou, também, que a cedência é uma prática comum desde que cumpra os procedimentos previstos na lei.

Na segunda ronda, a deputada Marta Matos (PS) questionou o dirigente do museu acerca da sua visão no que toca ao uso de tecnologia avançada para resolver a situação sem deslocar a peça. Quis, igualmente, saber qual o impacto dos recursos tecnológicos no público, tendo por base a sua experiência no museu que dirige.

No seguimento das questões colocadas, o Dr. Manuel Costa deu nota que a tecnologia nunca substitui a peça original e disse que defende a fisicalidade dos objetos e valoriza a experiência sensorial, emocional e afetiva que só o objeto fornece às pessoas quando se confrontam com a mesma. O lado vernacular é complementado com a parte tecnológica, mas os visitantes escrevem sobre a emoção sentida ao se depararem com os objetos e a arquitetura.

Por último, interveio o deputado Paulo Estevão (PPM) que leu uma passagem da obra de Raúl Brandão onde destacou os bovinos de raça-anã, comprovando, assim, que houve uma ligação emocional com os mesmos. Adiantou que é esse o património que se pretende preservar.

A terminar, perguntou qual o número de cedências solicitadas ao Museu do Pico, ao que o dirigente daquele museu retorquiu que eram muitas, referindo que “talvez o Museu do Pico seja o maior fornecedor regional de exposições

temporárias para outros museus regionais”, dado haver abertura para tal e reconheceu que as peças pertencem à Região Autónoma dos Açores, não aos museus onde se encontram expostos.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 337 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. Primeiramente foi feito um pedido de incorporação da peça no Ecomuseu, tendo o parecer técnico do Museu Carlos Machado sido negativo. Por seu turno, a Direção Regional da Cultura emitiu um parecer condicionalmente favorável à transferência da peça, situação que foi retificada pelo despacho da Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital que autorizava uma cedência temporária da peça, ficando, assim, esclarecida a confusão inicial entre os termos “cedência” e “transferência”.
3. As opiniões sobre a decisão tomada não são consensuais entre os membros auscultados na Comissão de Assuntos Sociais. Por um lado, há quem argumente que a referida peça faz parte da coleção fundadora do Museu Carlos Machado, é um objeto patrimonial e evocativo da memória museológica da época, integra a exposição de circuito permanente e apresenta zonas de fragilidade, pelo que é desadequada a sua cedência. Por outro, há quem defenda que as cedências estão devidamente legisladas e que “os museus regionais, os museus de ilha e o ecomuseu têm competências no âmbito da recolha, conservação e exposição de testemunhos materiais e

intangíveis do homem e do seu meio ambiente, para fins de estudo, preservação, educação e recreio”, pelo que são acauteladas todas as condições para a salvaguarda do bem que, neste caso, se refere a uma raça que pertence à identidade cultural da ilha do Corvo.

4. Os pareceres técnicos dos museus têm de ser devidamente sustentados e podem ser sempre revertidos pelo órgão com capacidade de decisão em matéria de cultura, neste caso a tutela, desde que produza outro parecer técnico devidamente especializado e tecnicamente sustentado. Os pareceres dos museus não são vinculativos do ponto de vista legal e jurídico.

5. A administração pública é a depositária do conjunto de peças adquiridas por conta do orçamento da região. Por tal, é um direito público a decisão de mobilidade de peças entre museus, de modo a que as mesmas criem mais impacto junto dos visitantes. É, porém, importante que se analise cada caso e que haja um diálogo entre todas as partes envolvidas em busca da melhor solução.

6. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 26 de julho de 2021.

A Relatora, Délia Melo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Joaquim Machado

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório desta Petição e estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Lubélio Mendonça, faz favor. Tem a palavra.

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero saudar os peticionários na pessoa do primeiro signatário o Sr.º Doutor Rui Coutinho pelo exercício deste direito, e também pela manifestação de participação de cidadania.

Considerando as pretensões dos peticionários sobre esta matéria que são legítimas, quero dizer que percebemos as preocupações dos mesmos neste caso em particular. As cedências de peças entre museus da nossa Região são uma prática corrente e de extrema importância para a divulgação da nossa história junto dos Açorianos espalhados pelas nove ilhas dos Açores.

Neste caso em particular, o que os peticionários solicitam e a revogação da decisão da Sr.ª Secretária da Cultura responsável pela matéria em questão, decisão esta que vai contra os pareceres técnicos do Museu Carlos Machado que foram desfavoráveis a cedência da respetiva peça, por ser uma peça única e de extrema importância e de extrema fragilidade.

Todos sabemos que o parceiro técnico dos museus tem de ser devidamente sustentado e podem ser sempre revertidos pelo órgão com capacidade de decisão em matéria de cultura desde que este produza um novo parecer técnico devidamente especializado e tecnicamente sustentado.

Sendo a administração pública a depositaria do conjunto de peças adquiridas por conta do orçamento da região, por tal e um direito público a decisão de mobilidade de peças entre museus, de modo a que as mesmas criem mais impacto junto dos visitantes. É, porém, importante que se analise cada caso e que haja um diálogo entre todas as partes envolvidas em busca da melhor solução e sempre tendo em conta a preservação das peças.

Assim sendo, esta decisão de cedência é de inteira responsabilidade do órgão com competência em matéria de cultura, neste caso a Sr.ª Secretária Regional da Cultura, que após a sua decisão de fazer a cedência da peça em questão, tem de fazer acompanhar esta decisão de um novo parecer técnico devidamente fundamentado, e também assegurar que todo o processo será feito sobre o máximo rigor sempre com o intuito de salvaguardar a

conservação e preservação da peça em questão dado ser uma peça única e de extremo valor para a Região Autónoma do Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O direito de petição é instrumento de participação política democrática, constitucionalmente consagrado, e nessa medida os seus autores e subscritores devem ser saudados pelo contributo que dão à pluralidade da opinião, na busca, cremos, de um bem comum.

No caso concreto desta petição, que pretende a revogação do despacho da Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital, determinando a cedência de um exemplar taxidermizado do Museu Carlos Machado ao Ecomuseu do Corvo” – o famoso boi anão – com todo o respeito, o propósito dos peticionários merece algumas considerações, que se seguem, por agora dispensando de tecer qualquer consideração sobre a sua motivação.

Vejamos, por isso, algumas razões invocadas.

Por exemplo, que a cedência daquela peça museológica não deve ser cedida temporariamente para o Ecomuseu do Corvo porque, dizem, “a denominada raça anã de bovinos do Corvo não será exclusiva daquela ilha, tendo havido criação destes animais noutras localidades, designadamente nas ilhas das Flores e de São Miguel”. E depois acrescentam que “Os dois exemplares existentes no Museu Carlos Machado serão provenientes da exploração da quinta do Conde dos Fenais, em Ponta Delgada” – note-se que nem os peticionários estão convencidos do que afirmam, fazendo-o de modo condicional. Aliás, o museu contradi-los, exibindo uma placa de identificação e inventário onde se lê: “Bovino de raça anã/Ilha do Corvo”.

Podíamos analisar, uma por uma, as razões invocadas. Invariavelmente, todas carecem de fundamentação histórica e científica, e bem assim de rigor, tanto no plano da museologia, como da museografia.

Avancemos, então nalgumas considerações que esta matéria convoca. Desde logo, dizendo que não é possível defender nenhum acervo museológico sem tratar de garantir infraestruturas e meios técnicos para a sua preservação e consequente fruição. E daqui lembrar a errância das políticas culturais de diversos governos socialistas.

Não podemos esquecer ou omitir que o Museu Carlos Machado foi encerrado em 2006 para obras de ampliação. Até à adjudicação do projeto demorou três anos, mas logo depois o Governo Regional desistiu da ampliação. Em 2011, aproximando-se as eleições regionais, contratualizou a elaboração de um novo projeto, num processo atribulado que acabou com a recusa do visto pelo Tribunal de Contas. Chegados a 2013, o Secretário Regional da Cultura, Fagundes Duarte, dizia na Comissão de Assuntos Sociais “o edifício entrou em degradação por estar fechado”, prometendo novas obras, já não no valor de 400 mil euros, mas de 52 mil e a realizar em 60 dias, garantindo que terminariam em dezembro desse ano de 2013. Mais uma vez nada se cumpriu e o secretário com a tutela da cultura acabou remodelado, muito antes que se visse obra feita.

A progressiva degradação das instalações do vetusto convento, edificado no século XVI, veio depois a justificar obras de reparação, de maior envergadura, supostamente para concluir em 2016, altura em que passados 10 anos, sobre o seu encerramento, o núcleo de Santo André voltou a abrir,...

Deputada Ana Luís (PS): Isto não tem nada a ver com a Petição!

O Orador: ... ainda e até hoje, parcialmente, já lá vão 15 anos. E tudo isso se passou perante a indiferença da governação socialista...

Deputada Ana Luís (PS): E do boi anão, Sr. Deputado?

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, eu pedia-lhe que apreciasse o âmbito e o objeto da petição.

O Orador: É precisamente isso que eu estou a fazer, Sr. Presidente.

Presidente: Não me parece. Muito sinceramente, não me parece.

Deputada Ana Luís (PS): Não está não! Está a falar de tudo menos do boi-anão!

O Orador: ... com todo o respeito que verá já da conclusão que tenho para tirar, porque entendo que sem a existência de um espaço museográfico, em devidas conclusões, não é possível fazer a preservação...

Presidente: Fico ansiosamente à espera dessa conclusão. Faça favor.

O Orador: ... do acervo que é pretensão dos peticionários, como V. Exa. sabe.

... e de muita gente que agora se arregimenta e se faz guardião de dois bovinos empalhados. Está a ver como estava mesmo no objeto da petição?

A propósito, cabe aqui citar com toda a propriedade o ex-diretor do Museu, Duarte Melo, num escrito publicado em maio: “o Museu Carlos Machado apresenta, AINDA, metade do Núcleo de Santo André por abrir (...) – acrescentando – os atrasos ocorridos na abertura do Museu deveram-se ao real dono da obra, ou seja, à Direção Regional da Cultura que, como todos sabemos (e estou a citar o Padre Duarte Melo), navega, sem critérios ao sabor das nomeações do vento”. Mais implacável com a governação socialista não podia ser.

Estranhamente, ou talvez não, não vimos os peticionários, ou outra sorte de iniciativa, insurgirem-se contra a degradação do espólio do Museu Carlos Machado, contra os prejuízos para o público, privado que foi, e continua, de grande parte das instalações ou, tão pouco esboçar uma manifestação de incómodo pelo facto de quase uma centena de peças dos museus dos Açores terem sido cedidas sem qualquer parecer técnico, como já tive oportunidade de hoje, aqui, referir.

A pretensão dos peticionários, em tese e neste caso concreto, atenta contra a coesão regional, por pretender privar outros açorianos de fruirmos de bens culturais, independentemente da ilha de origem e residência. E é, no plano da

museografia, uma posição anacrónica, que entende os museus na visão do século XIX – espaços fechados sobre si mesmos, locais de deposição de memórias materiais que deviam ser minuciosamente guardadas, às vezes até longe da vista do público.

Uma política integrada e integradora do património cultural e de promoção da educação patrimonial, como instrumento de cidadania, não se compagina com conceitos de confinamento geográfico ou interesses grupais, antes convoca um trabalho cooperativo e colaborativo, implica a contextualização do museu com o território, dinâmico na sua relação com os públicos, aberto a novas expressões artísticas emergentes na sociedade, interagindo com outras instituições e espaços, como acontece na cedência a entidades diversas, como a Casa dos Açores em Lisboa, Cinemateca Nacional ou Centro Comercial Parque Atlântico, de 210 peças do Museu Carlos Machado e de mais uma centena, pertencente a outros museus da Região.

Concluindo: independentemente do tempo e da autoria das decisões subjacentes a tais cedências, registamo-las com elevada satisfação e exortamos o Governo Regional a acautelar a proteção e preservação de peças cedidas a entidades exteriores à Região, algumas sem a devida inventariação e catalogação”.

Isso sim, preocupa-nos, porque, verdadeiramente, coloca em risco o património dos Açores e dos açorianos.

Disse.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda começa por saudar as mais de 300 pessoas que, num ato de cidadania, manifestaram a sua posição pela revogação do Despacho da Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, que determina a cedência de um exemplar taxidermizado do Museu Carlos Machado ao Ecomuseu do Corvo.

É, exatamente, para isso que a Petição serve e as opiniões e posições dos cidadãos e cidadãs é mais um ato democrático que são aceites pelo Bloco de Esquerda.

Realmente a pasta da cultura, embora como secretaria própria, não tem os seus melhores dias.

Esta petição é mais um sinal de que a falta de comunicação entre a Direção Regional da Cultura e a Secretaria Regional da Cultura, transparece e é alvo de avaliação por parte das/os cidadãos nesta região, e ainda bem que o é.

É impossível desassociar o conteúdo desta petição à iniciativa da Representação Parlamentar do Partido Monárquico, na legislatura passada, que recomendava ao Governo Regional que transferisse para o espólio do Ecomuseu da Ilha do Corvo os dois exemplares empalhados do boi raça anã, da Ilha do Corvo, que integram atualmente a coleção de História Natural do Museu Carlos Machado, pois a leitura imediata de muitas pessoas foi a de que não o teria conseguido enquanto representação, o conseguia enquanto grupo e fazendo parte do atual elenco governativo, ou seja, uma decisão política, deixando de fora a centralidade do Parlamento.

É evidente que existe legislação em vigor que assegura as condições e critérios para as cedências e transferências de peças museológicas entre museus.

De facto, houve falta de comunicação e que levou a este desentendimento que se generalizou.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, em requerimento, solicitou toda a documentação trocada entre o Ecomuseu do Corvo, a Direção Regional da Cultura e o Museu Carlos Machado.

Aqui convém esclarecer (ainda há bocadinho estivemos a esclarecer isso), que as designações “cedência” e “transferência” não são sinónimas.

A cedência de uma peça é temporária e a transferência é permanente.

O que foi solicitado pelo Ecomuseu do Corvo, a 13 de abril, foi, realmente, a transferência definitiva de um exemplar empalhado do boi raça anã, para a sua incorporação no Ecomuseu.

Essa solicitação foi recebida pelo Sr. Diretor Regional da Cultura que, por sua vez, pediu um parecer técnico ao Museu Carlos Machado, do então Diretor Duarte Melo, agora afastado do museu, (sabe-se lá!) que fez alguns alertas relativos à prática...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sabe-se!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não seja tendenciosa!

A Oradora: Eu não sei o que é que o Churchill diria, mas se calhar um comprimido para acalmar, eu não sei!

... da taxidermia estar em desuso, há importância do acervo da história natural do museu, aos perigos que a sua movimentação acarreta.

No dia 15, o Sr. Diretor Regional da Cultura, emite um parecer favorável à transferência de um exemplar, mas relevando o facto de estar – e isto aqui é muito importante – a desenvolver diligências junto da família real inglesa...

Deputado Sérgio Ávila (PS): Que cena!

A Oradora: ... (note-se! Um site a que qualquer pessoa pode aceder) para aferir se ainda existe linhagem para o Governo Regional adquirir um ou dois casais.

Portanto, aqui, por parte da Direção Regional da Cultura, houve uma resposta positiva: quis interceder junto da família real inglesa para ver se ainda há uns boizinhos, aquelas vaquinhas fofinhas, para o Governo Regional adquirir.

No dia 21, e já com a polémica instalada, a Sra. Secretária da Cultura, emite um despacho para se cumprir o parecer do Sr. Diretor Regional da Cultura, através de um protocolo de cedência (de cedência!), entre o Museu Carlos Machado e o Ecomuseu do Corvo. Cedência, portanto, temporária. Ou seja, aquilo que até agora era transferência, a Sra. Secretária realmente corrigiu para a cedência e passou a ser temporária, e muito bem, Sra. Secretária.

Esta matéria não foi trazida a debate e, portanto, não estamos aqui para votar a ida ou não do exemplar para a Ilha do Corvo. A nós não nos foi pedida qualquer opinião, nem debate, aqui, nesta Casa, acerca disto.

Isto ficou à responsabilidade da Secretaria Regional da Cultura, com toda a legitimidade que a tem.

Portanto, resta-me, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, agradecer imensamente a estas pessoas que manifestaram, com toda a legitimidade, a sua insatisfação perante uma decisão política, mais uma em matéria de cultura, e esperar que a cumprir-se, que este exemplar siga, devidamente acondicionado, e que o mar esteja de vontade para que possa ser descarregado no “Thor”, no Porto da Casa e, já agora, que Sua Excelência, a Rainha, responda favoravelmente ao Sr. Diretor Regional da Cultura, e que ainda haja uns exemplares destas vacas fofinhas.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (PSD): A ridicularizar Sua Excelência, a Rainha, e o PS ainda aplaude! Que miséria!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade à apreciação desta Petição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que motiva a minha intervenção (não estava planeado falar) é a intervenção que aqui foi realizada, por parte da Sra. Deputada do Bloco de Esquerda...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): E com os aplausos do PS!

O Orador: ... que não discutiu, de facto, a petição, e veio aqui fazer um ataque político ao PPM.

Não foi só ao PPM.

Vestiu a pele de Robespierre, e como a Inglaterra tem uma rainha, ela achou mal que Sua Excelência, a rainha, esteja a exercer as suas funções num regime democrático, como é a monarquia inglesa, ou como é a monarquia holandesa ou a monarquia belga.

Mas essa é uma escolha democrática desses povos e, portanto, V. Exa. com certeza não quer mudar o regime dos ingleses.

Deputada Alexandra Manes (*BE*): O senhor é que está a incitar isso.

O Orador: Penso que não terá essa pretensão, porque V. Exa. muda muita coisa. Por exemplo, em relação ao Bloco de Esquerda.

O Bloco de Esquerda, o ano passado, acompanhou-me (Sr. Presidente, tenho de fazer esta referência) e votou favoravelmente a proposta para trazer os bois de raça anã da Ilha do Corvo, para a Ilha do Corvo. O Bloco de Esquerda estava de acordo.

Agora, houve aí uma aragem qualquer e mudou de posição em relação a esta matéria, houve aí uma alteração.

Depois, V. Exa. faz também uma referência à mudança. O anterior Diretor do Museu (uma referência que foi feita por parte da Sra. Deputada), não está em funções.

Não está em funções, porque não concorreu!

Olhe, o Sr. Diretor do Museu do Pico concorreu. Concorreu, ganhou o concurso. É o mesmo.

O Sr. Diretor do Museu de Angra concorreu. Concorreu, ganhou! É o mesmo.

O Sr. Diretor do Museu da Horta, está em funções. Ninguém o afastou.

E em relação ao anterior Diretor do Museu Carlos Machado, não está em funções porque não concorreu.

V. Exa. como é que quer fazer?

Deputada Alexandra Manes (BE): Não coloquei essa questão! O senhor é que acha que tem de justificar!

O Orador: Se ele não concorreu não pode continuar em funções.

Não sei como é que quer fazer uma nova nomeação, é que ele nunca ganhou nenhum concurso, que era uma coisa que ele não estava habituado, era ir a concursos.

Mas nós, fizemos concursos. Onde foram realizados concursos e anteriores diretores concorreram, ganharam. Nada mais democrático!

Agora, V. Exa., Sra. Deputada, fica chateada e considera esquisito que alguém que não concorreu num concurso não continue em funções.

Deputado Nuno Barata (IL): Isto tudo por causa de um boi anão! Imaginem se ele fosse grande!

O Orador: Ouça uma coisa: então se não concorre como é que queria? Quer que se faça uma nomeação.

O senhor não concorre. Então não concorre, continua em funções, nós nomeamo-lo para esta função, mesmo o senhor não tendo concorrido.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Deputado, eu já conheço a sua técnica, não tem necessidade de justificar isso!

O Orador: Obviamente, Sra. Deputada, que a sua argumentação anda perdida nesta matéria. É o vaivém, está a favor, deixa de estar a favor.

Deputada Alexandra Manes (BE): Eu já o conheço, Sr. Deputado!

O Orador: O senhor Diretor não concorre, a Sra. Deputada quer que ele continue em funções.

Eu não a possa acompanhar neste desvario, Sra. Deputada, mas devo dizer-lhe o seguinte:

Eu quero enaltecer os peticionários. Realmente, no âmbito da petição e da audição que foi realizada, é importante aquilo que o Dr. Rui Coutinho nos veio dizer.

O Dr. Rui Coutinho, com um exemplar de honestidade intelectual, veio dizer que tinha investigado profundamente o assunto e que tinha uma descoberta que não correspondia àquela que está no início da Petição. Era que, de facto, na pág. n.º 8, diz o Dr. Rui Coutinho, com esta grande honestidade: “O peticionário referiu que é inegável que os exemplares vieram da Ilha do Corvo”. Isto foi importante e foi honesto. Não era isso que estava na petição. Na petição, afinal, a raça podia não sair da Ilha do Corvo, aqueles exemplares não eram, tinham outra proveniência, mas afinal os boizinhos (naquela altura eram boizinhos), foram adquiridos na Ilha do Corvo e foi o próprio peticionário que veio comprovar isso e veio comprovar que aquilo que lá estava escrito, por baixo deste boizinho...

(Neste momento o Sr. Deputado mostra uma foto à Câmara)

Este não é o boi, este é vaca!

(Risos da Câmara)

Bastou-me uma simples observação. Como sabem, existe uma vaca e um boi. E não sabia qual era a fotografia que os meus serviços tinham deixado aqui; não sabia se era a fotografia do boi ou da vaca, mas mal olhei para a fotografia verifiquei logo que era uma vaca.

(Risos da Câmara)

Srs. Deputados, eu não percebo... Eu vi logo!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Perspicaz, o Sr. Deputado!

O Orador: Nota-se!

O que está por baixo da vaquinha é: origem – Corvo.

Portanto, o que lá estava era uma informação correta. É que a origem é da Ilha do Corvo.

Portanto, eu considero que os senhores peticionários podem, depois de toda esta discussão, ter chegado à mesma conclusão que também o anterior Diretor do Museu Carlos Machado, que numa das suas declarações (e tenho aqui, não me deixa mentir, este jornal), diz o seguinte: Museu Carlos Machado disposto a ceder boi anão ao Ecomuseu do Corvo.

O anterior diretor chegou a esta conclusão.

Deputada Ana Luís (PS): Ele não chegou diretamente a essa conclusão, Sr. Deputado!

O Orador: Era uma cedência temporária. É muito importante, desde que estejam criadas as condições para preservar a peça, desde que existam (porque era isso que também estava estabelecido por parte da Secretaria) as condições para preservar a peça, para que o transporte seja feito em segurança.

Deputada Ana Luís (PS): Ou encontrar soluções alternativas!

O Orador: Todas estas condicionantes.

Há um conjunto de condicionantes.

Se isso tudo for feito, não vejo nenhum motivo para que os bois da Ilha do Corvo, possam, depois de uma longa viagem na história, regressar à origem e aí possam ser vistos por todos os açorianos, valorizando, claro, o nosso património e valorizando aquela que é a história também dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições, no âmbito desta Petição.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudar os peticionários, pois é sempre importante este instrumento no contributo de proximidade entre eleitores e eleitos. Contudo, temos de abordar alguns dos considerandos que levaram à apresentação desta Petição.

Consideramos que foi útil as audições que foram realizadas no âmbito da Petição para se clarificar algo que estava na opinião pública, envolto em grande discussão e grande polémica. Portanto, acho que foi útil nesse âmbito e dizer que continuamos a defender que deve existir uma dinâmica de peças e bens entre os museus da Região, deve existir este espírito de cooperação entre todos os museus, desde que esteja sempre salvaguardada a integridade e a conservação do bem.

Da mesma forma que foi legítimo estes peticionários apresentarem esta petição, também todo este processo foi legítimo. Foi legítimo, no nosso entender, o Ecomuseu solicitar a transferência, como foi legítimo à Sra. Secretária autorizar a cedência temporária deste bem.

E esta situação e esta discussão à volta da ida ou não destes exemplares para a Ilha do Corvo, a verdade é que não é novo nesta Casa. Ainda em 2019, esta temática foi discutida no âmbito do debate parlamentar e, na altura, um dos partidos, nomeadamente da bancada em que falou a Sra. Deputada que me antecedeu, dizia assim.

“Estamos a falar de dois exemplares do património natural da Ilha do Corvo, que faz todo o sentido que estejam neste momento conservados na respetiva ilha.

Se existem condições ou não, aparentemente não existem condições, mas também me parece que aqui, para aqui levar dois exemplares deste boi da raça anã para o Corvo e manter estes dois exemplares empalhados, não é propriamente uma tarefa impossível.

Criadas as condições mínimas, penso que isso seria totalmente viável.”

Mais à frente dizia: “se temos dois exemplares porque não manter-se um no Museu Carlos Machado e outro também na Ilha do Corvo”.

A verdade é que esta temática já foi trazida a esta Casa, na altura todos os partidos foram a favor, à exceção da bancada do Partido Socialista. Não é uma temática nova e continuamos na bancada do Grupo Parlamentar do CDS a dizer que, desde que sejam salvaguardadas as condições de integridade da conservação da peça, deve existir esta dinâmica de bens culturais dentro da nossa Região.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, damos assim por encerrada e apreciada esta Petição.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, pede a palavra para?

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada. Faz favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Obrigada.

Presidente: Peço aos Srs. Líderes, à Sra. Líder, e ao Sr. Subsecretário que se acerquem da Mesa, por favor.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Conferência de Líderes deliberou, por unanimidade, encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10h00.

Boa noite a todos, bom descanso.

Eram 19 horas e 09 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Partido Social Democrata (PSD)

Vitória Alexandra Correia Pereira

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel José da Silva Ramos

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

Listagem da correspondência

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 969/XIV (PAN) – Consagra a Terça-Feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório, procedendo à décima sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro - n.º 86/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 10 – 06

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 10 – 20;

Assunto: N.º 971/XIV (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) – Altera o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias - n.º 87/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 10 – 07

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 10 – 27;

Assunto: N.º 959/XIV (BE) – Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado (vigésima primeira alteração à Lei 7/2009 de 12 de fevereiro - n.º 88/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 10 – 07

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 10 – 27;

Assunto: N.º 978/XIV (PCP) – Procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário - n.º 89/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 10 – 08

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 10 – 28;

Assunto: N.º 618/XIV/2.^a (CDS-PP) – Conta-corrente entre os Contribuintes e o Estado - n.º 91/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 11 – 04.

2- Proposta de Lei:

Assunto: N.º 116/XIV/3.^a (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2022 - n.º 90/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 10 – 12

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 10 – 25.

3- Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Que transpõe as Diretivas Delegadas (UE) 2021/647 e 2021/884 da Comissão, relativas à utilização de substâncias perigosas em equipamento elétrico e eletrónico - MAAC” - (Reg. DL 1218/XXII/2021) - n.º 46/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2021 – 11 – 01.

4- Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 39/XII

Assunto: [Regime excecional do período de realização de touradas à corda em 2021 e 2022](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15

Comissão: -----

COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

5- Propostas de Decreto Legislativo Regional

N.º 18/XII

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2014/A, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2017/A, de 7 de agosto, que estabelece o Sistema de Fiscalização e Controlo do Abastecimento de Gasóleo à Agricultura e à Pesca na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 10 – 08

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2021 – 11 – 10;

N.º 19/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15

Comissão: -----

**COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM
COMISSÃO**

6- Projetos de Resolução:

N.º 75/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo a criação de um Núcleo Museológico da Indústria Açoriana dos séculos XIX e XX para integrar a Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores](#)

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2021 – 10 – 08

Comissão: -----

**COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM
COMISSÃO**

N.º 76/XII

Assunto: [Promoção de melhorias nos Programas ESTAGIAR](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2021 – 10 – 11

Comissão: Política Geral

Limite de parecer: 2021 – 11 – 10;

N.º 77/XII

Assunto: [Programa Regional de prevenção e Combate ao *Bullying* e *Cyberbullying*](#)

Proveniência: PSD/PPM

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2021 – 11 – 15.

7- Requerimentos:

Assunto: [Formação de Profissionais de Saúde do Serviço Regional de Saúde](#)

Autores: Tiago Lopes, Ana Luís, Célia Pereira, Maria Isabel Teixeira e Rodolfo Franca (PS)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 01

Referência: 54.02.00 – N.º 195/XII;

Assunto: [Gestão dos tempos de espera para cirurgia no Serviço Regional de Saúde](#)

Autores: Tiago Lopes, Ana Luís e Maria Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 01

Referência: 54.02.00 – N.º 196/XII;

Assunto: [Contratação de Profissionais de Saúde para o Serviço Regional de Saúde](#)

Autores: Tiago Lopes e Maria Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 01

Referência: 54.02.00 – N.º 197/XII;

Assunto: [Ingerências e autoritarismos na Portos dos Açores](#)

Autores: João Vasco Costa, Francisco César e Carlos Silva (PS)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 01

Referência: 54.02.00 – N.º 198XII;

Assunto: [Discriminação em função da identidade de género](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 199/XII;

Assunto: [Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral \(SiRGIC\)](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 08

Referência: 54.10.00 – N.º 200/XII;

Assunto: [Certificação da iluminação da Pista do Aeroporto das Flores](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 08

Referência: 54.06.08 – N.º 201/XII;

Assunto: [Contratos Competir +](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 202/XII;

Assunto: [Fibromialgia](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 11

Referência: 54.06.00 – N.º 203/XII;

Assunto: [Pedido de informações sobre o Projeto de Mobilidade na Estrada Regional entre Rabo de Peixe e Ribeira Seca](#)

Autores: Carlos Silva, Sandra Faria e Francisco César (PS)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 01

Referência: 54.02.02 – N.º 204XII;

Assunto: [Apoios à cultura](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 12

Referência: 54.06.00 – N.º 205/XII;

Assunto: [Carta Aberta sobre procedimentos de socorro e emergência médica](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13

Referência: 54.06.03 – N.º 206/XII;

Assunto: [Pedido de informações sobre falta de Médicos Oncologistas no HDES – Hospital Divino Espírito Santo](#)

Autores: Francisco César, Carlos Silva, Tiago Lopes, Ana Luís, Sandra Faria e Célia Pereira (PS)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 14

Referência: 54.02.02 – N.º 207/XII;

Assunto: [Vigilantes da Natureza da Região Autónoma dos Açores](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 14

Referência: 54.06.00 – N.º 208/XII;

Assunto: [Sobre o Plano Estratégico da Empresa Portos dos Açores, S.A.](#)

Autor: Nuno Barata (IL)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15

Referência: 54.10.00 – N.º 209/XII;

Assunto: [Pedido de informação sobre o acompanhamento e controle da qualidade ambiental das lagoas](#)

Autores: Célia Pereira, Carlos Silva, José Contente, Francisco César, Sandra Faria e Vilson Gomes (PS)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15

Referência: 54.02.02 – N.º 210/XII;

Assunto: [Incumprimento nas Quotas da Pesca](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 211/XII;

Assunto: [Serviço de Oncologia - HDES](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 10 – 18

Referência: 54.06.02 – N.º 212/XII.

8-Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Pescadores açorianos estão a ser prejudicados na descarga de Atum-Bonito](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 10 – 04

Referência: 54.02.00 – N.º 186/XII;

Assunto: [Controlo de população de gamos no Monte Brasil](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13

Referência: 54.06.03 – N.º 192/XII;

Assunto: [Proposta de reconhecimento de elegibilidade da inventariação e da quantificação dos danos e prejuízos causados pelo furacão Lorenzo enviada pelo Governo Regional ao Governo da República](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15

Referência: 54.06.00 – N.º 190/XII;

Assunto: [Verbas destinadas à recuperação de danos provocados pelo furacão Lorenzo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15

Referência: 54.02.00 – N.º 191/XII;

Assunto: [Cópia da carta enviada a 17 de junho de 2021 pelo Presidente do Governo Regional ao Primeiro-Ministro](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15

Referência: 54.02.00 – N.º 194/XII;

Assunto: [Documentos/Informações – Ex-Diretor do Serviço de Informática do HDES](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 10 – 18

Referência: 54.03.00 – N.º 189/XII.

8- Informações:

Assunto: Carta a agradecer a mensagem de solidariedade com a população das Canárias afetada pelo vulcão em La Palma

Proveniência: Gustavo A. Matos Expósito, Presidente do Parlamento das Canárias

Data de Entrada: 2021 – 10 – 01;

Assunto: Ofício n.º 322/21, a enviar, a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Pesar aprovado em sessão ordinária do passado dia 10 de setembro, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, relativo ao falecimento do antigo Presidente da República Portuguesa Dr. Jorge Fernando Branco de Sampaio

Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2021 – 10 – 01;

Assunto: Ofício a informar que, na sua reunião de 8 de outubro de 2021, a Comissão de Política Geral deliberou por unanimidade, admitir a Petição n.º 14/XII – Contabilização do tempo integral do serviço prestado no SRSA

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 10 – 11;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a prorrogação de prazo para emissão de relatório e parecer da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XII (GOV) – Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, que criou o complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (COMPAMID)

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 10 – 11;

Assunto: Ofício ref.^a 52114491, a solicitar autorização para depoimento como testemunha do Senhor Deputado Nuno Alberto Barata Almeida Sousa, no âmbito do Proc.º 41125/21.2YIPRT, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo Social Cível de Ponta Delgada, Juiz 3

Proveniência: Dra. Luísa Maria de Sá Vieira de Sousa, Meritíssima Juiz de Direito

Data de Entrada: 2021 – 10 – 12;

Assunto: Ofício ref.^a S/312/2021/XII, a solicitar o agendamento, para a sessão legislativa de outubro, de um debate de urgência sobre a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência na Região

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 10 – 12;

Assunto: Ofício S00759-202110 – DIPEB do IDN a informar que vai realizar na Região Autónoma dos Açores, no ano académico 2021/2022, a 7.^a edição do Curso Intensivo de Segurança e Defesa (CISEDE) e a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a designação de dois elementos da ALRAA para a sua frequência

Proveniência: Maria Helena Chaves Carreiras, Diretora do Instituto da Defesa Nacional,

Data de Entrada: 2021 – 10 – 12;

Assunto: Correio eletrónico remetendo, conforme solicitado pela Comissão Especializada Permanente de Política Geral, a regularização formal dos Peticionários que subscrevem a Pt 14/XII

Proveniência: Carla Isabel Lopes Amaral, 1.^a subscritora

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: Correio eletrónico remetendo, para conhecimento, o Plano de Atividades 2022 do Conselho Económico e Social dos Açores

Proveniência: Gualter Furtado, Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/XII - Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, que criou o complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (COMPAMID), e consequente agendamento da mesma para a Sessão Planária de outubro de 2021

Proveniência: Paulo do Nascimento Cabral, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: Comunicação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da suspensão de mandato de Deputado Regional eleito pelo círculo eleitoral da ilha do Faial para a XII Legislatura, com efeitos a partir de 16 de outubro inclusive, por se encontrar na situação de incompatibilidade ao assumir o cargo de Presidente da Câmara Municipal da Horta

Proveniência: Carlos Ferreira, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Paulo Gomes, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 30 dias, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.ºs 24/XII (PAN) – Regime jurídico de transporte marítimo de animais na RAA, 36/XII (PAN) – Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores, 37/XII (PS) - Regime jurídico da

classificação de arvoredo de interesse público na Região Autónoma dos Açores e 38/XII (PSD/CDS-PP/PPM/PAN) - Regime Jurídico de Classificação do Arvoredo de Interesse Público na Região Autónoma dos Açores, dos Projetos de Resolução n.ºs n.º 29/XII (PPM) – “Recomenda a Atualização do Regime Jurídico da Avaliação de Impacte e do Licenciamento Ambiental vigente na Região Autónoma dos Açores, 31/XII (BE) – Medidas para garantir o cumprimento das metas de reciclagem da União Europeia nos Açores, 33/XII (PAN) – “Caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na Ilha de São Miguel – MUSAMI, e 37/XII (CH) – “Recomenda ao Governo Regional a negociação com a AMISM no sentido de dar início à incineração de resíduos não recicláveis, e das Petições n.ºs 47/XI – Pelo futuro da Gestão de Resíduos nos Açores e 8/XII – Pela preservação da zona costeira de São Vicente Ferreira

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a suspensão de mandato de Deputada Regional eleita pelo círculo eleitoral da ilha de Santa Maria para a XII Legislatura, com efeitos a partir de 14 de outubro inclusive, por se encontrar na situação de incompatibilidade ao assumir o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto

Proveniência: Bárbara Chaves, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: Ofício S/313/2021/XII, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da suspensão do mandato da Deputada Bárbara Chaves, nos termos do n.º 1

do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pela candidata Joana Sousa Pombo Tavares, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 14 de outubro (inclusive)

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: Comunicação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da suspensão de mandato de Deputado Regional eleito pelo círculo eleitoral da ilha de S. Miguel para a XII Legislatura, com efeitos a partir de 19 de outubro inclusive, por se encontrar na situação de incompatibilidade ao assumir o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: Ofício 100/021/LT, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da suspensão do mandato do Deputado Pedro do Nascimento Cabral, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pela candidata Vitória Alexandra Correia Pereira, sem poderes verificados, com efeitos a partir de 19 de outubro (inclusive)

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: Comunicação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da suspensão de mandato de Deputada Regional eleita pelo círculo eleitoral da ilha Terceira para a XII Legislatura, com efeitos a partir de 15 de outubro inclusive, por se encontrar na situação de incompatibilidade ao assumir o cargo de Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória

Proveniência: Vânia Ferreira, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 10 –13;

Assunto: Ofício 102/021/LT, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da suspensão do mandato da Deputada Vânia Ferreira, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pela candidata Maria Guilhermina Ourique Moniz da Silva, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 15 de outubro (inclusive)

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento, para a sessão plenária de outubro, de um debate parlamentar por iniciativa do Governo Regional, sobre educação

Proveniência: Pedro de Faria e Castro, Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2021 – 10 –13;

Assunto: Maria Alice Menezes da Rosa, comunica a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a suspensão de mandato de Deputada, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 14 de outubro, inclusive

Proveniência: Alice Rosa, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 10 –14;

Assunto: Ofício 101/021/LT, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da suspensão do mandato do Deputado Carlos Manuel da Silveira Ferreira, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pela candidata Maria Salomé Dias de Matos, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 14 de outubro (inclusive)

Proveniência: Pedro do Nascimento Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 10 – 14;

Assunto: Correio eletrónico a alertar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o péssimo serviço que está a ser prestado pelos CTT, empresa que está a ser responsável pelo reembolso do subsídio de mobilidade

Proveniência: Isabel Maria Mendes Fonseca

Data de Entrada: 2021 – 10 –14;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico a remeter o Relatório de Atividade Assistencial, em cumprimento do disposto no ponto n.º 1 da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º

18/2021/A, de 21 de abril e a informar que se encontra em fase de conclusão a elaboração do plano de recuperação da atividade assistencial na área da saúde a que se reporta o n.º 2 da citada resolução

Proveniência: Duarte Pimentel, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades

Proveniência: Luís Soares, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico a remeter o Relatório de Avaliação Externa do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar - ProSucesso, Açores pela Educação

Proveniência: Sofia Ribeiro, Secretária Regional da Educação

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico de Maria Alice Menezes da Rosa, que retifica a comunicação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de suspensão de mandato de Deputada, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 101.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 16 de outubro, inclusive

Proveniência: Alice Rosa, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15;

Assunto: Ofício S/317/2021/XII, a apresentar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a candidatura do Deputado José Gabriel Eduardo e da Deputada Valdemira Gouveia a Presidente e Relatora da Comissão Especializada Permanente de Assuntos

Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, respetivamente, e a remeter as declarações de aceitação

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 10 – 18;

Assunto: AT/1319/2021 a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que a Senhora Deputada Joana Pombo Tavares passa a substituir a Senhora ex-Deputada Bárbara Chaves na Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com efeitos a partir de 18 de outubro de 2021, mês e anos, inclusive

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 10 – 18;

Assunto: Ofício 103/021/LT, a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a constituição da Direção do Grupo Parlamentar do PSD, recentemente eleita, a saber: Presidente – João Bruto da Costa Machado da Costa; Vice-Presidentes – Rui Miguel Mendes Espínola e Jaime Luís Melo Vieira; Secretários - Marco José Freitas da Costa e Elisa Lima de Sousa

Proveniência: João Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 10 – 18.

9- Relatórios:

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 10 – 14;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Manuel José da Silva Ramos](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 10 – 11;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Mário José Dinis Tomé](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 10 – 11;

Assunto: [Sobre a Petição 45/XI – Revogação do DLR n.º 23/89/A, de 20 de novembro, que declarou a zona da Ponta da Fajã, ilha das Flores, como zona de alto risco](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que os Deputados Vasco Ilídio Alves Cordeiro e Tiago Alexandre dos Santos Lopes possam prestar declarações, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo de Inquérito n.º 3.3/2020/10](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: [Sobre verificação de Poderes da candidata à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Vitória Alexandra Correia Pereira](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 10 – 18;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Nuno Alberto Barata Almeida Sousa possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 41125/21.2YIPRT](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 10 – 18.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 946/XIV \(Deputada Não Inscrita Cristina Rodrigues\) – Altera a Lei n.º 46/2005 de 29 de agosto e estende a limitação de três mandatos consecutivos ao exercício do cargo de Primeiro-Ministro e Presidente do Governo Regional - n.º 85/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 10 – 11;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 72/XII \(PSD\) – Apoio à mobilidade geográfica laboral](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 10 – 14.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 10 – 18;

Assunto: [Sobre a Petição 9/XII – Manifesto açoriano – Pelos direitos fundamentais](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII \(BE\) – Sétima alteração ao DLR n.º 4/2008/A, de 26 de fevereiro, alterado pelo DLR n.º 3/2012/A, de 13 de janeiro, pelo DLR n.º 2/2013/A, de 22 de abril, pelo DLR n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, pelo DLR n.º 1/2019/A, de 7 de janeiro, pelo DLR n.º 1/2020/A, de 8 de janeiro e pelo DLR n.º 15-A/2021/A, de 31 de maio - Complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos COMPAMID](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 10 – 13;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 69/XII \(PSD\) – Plano Regional de apoio à Promoção da Saúde Mental para Crianças e Jovens](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15.

Assunto: [Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 10 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Cria o mapa das coberturas das redes de comunicações eletrónicas fixas e móveis – METD” - \(Reg. DL 1127/XXII/2021\) - Audição 42/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 10 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que – Altera a Lei da pesca nas águas interiores, permitindo a pesca lúdica nas zonas de pesca profissional – MAAC” - \(Reg. DL 1201/XXII/2021\) - Audição 43/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 10 – 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 942/XIV \(PSD\) - Altera o artigo 36.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, de modo a prorrogar o período de admissão de novas entidades ao regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira, ou Zona Franca da Madeira, até 31 de dezembro de 2023, em conformidade com o Regulamento \(UE\) 2020/972 da Comissão, de 2 de julho de 2020 - n.º 84/XII - AR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 10 – 12;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 51/XII \(CDS-PP\) – Modelo alternativo de Transporte Marítimo de Mercadoria nos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 10 – 14.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco